4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

BRASÍLIA, DE 24 A 27 DE OUTUBRO DE 2013

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

vamos cuidar do Brasil

4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente

Resíduos Sólidos

República Federativa do Brasil
Presidente: Dilma Roussef
Vice-Presidente: Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente
Ministra: Izabella Teixeira
Secretário Executivo: Francisco Gaetani

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Secretária: Regina Gualda

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental
Diretor: Geraldo Vitor de Abreu

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Secretário: Ney Maranhão

Departamento de Ambiente Urbano
Diretora: Zilda Veloso

vamos cuidar do Brasil

4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente

Resíduos Sólidos

RELATÓRIO FINAL

BRASÍLIA, DE 24 A 27 DE OUTUBRO DE 2013

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 3
APRESENTAÇÃO 5
INTRODUÇÃO 7
ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DA 4ª CNMA. 9
ETAPAS
PREPARATÓRIAS 13
ETAPA NACIONAL 15
Ciclo de debates 17
Propostas finais
- Eixo 1 – Produção e Consumo Sustentáveis 29
- Eixo 2 – Redução dos Impactos Ambientais 31
- Eixo 3 – Geração de Trabalho, Emprego e Renda 33
- Eixo 4 – Educação Ambiental 35
Carta da 4ª CNMA 38
Moções
- Moção de Apoio 39
- Moção de Repúdio 48
- Moção de Solicitação 52
- Moção Indicativa 53
- Moção de Aplauso e Louvor 54
- Moção de Denúncia 55
- Moção de Apoio e Ampliação 55
- Moção de Reivindicação 55
- Moção por Preservação de Floresta 56
- Moção de Pedido de Coerência e Respeito às Autoridades Públicas 57
- Moção de Apoio à Rota Tecnológica da Reciclagem Popular 58
ANEXOS
- Pesquisa *Perfil dos Delegados* 61
- Portaria MMA nº 185, de 04 de junho de 2012 102
- Regimento Interno da 4ª CNMA 103
- Comissão Organizadora Nacional 113
- Comitê Interno de Apoio à 4ª CNMA 115
- Regulamento Interno da Plenária Nacional 116
- Delegados Presentes 120
GLOSSÁRIO 131

AGRADECIMENTOS

A realização da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente é resultado de um trabalho coletivo que teve como objetivo contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Dessa forma, o Ministério do Meio Ambiente agradece o empenho de todos os segmentos da sociedade que contribuíram para sua realização:

- À Comissão Organizadora Nacional (CON), pela importante participação e contribuição na coordenação da 4ª CNMA;
- Às Comissões Organizadoras Estaduais, Municipais, Regionais e Distrital, que acreditaram na proposta da 4ª CNMA e levaram o debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos aos diversos setores;
- Aos quase 25 mil cidadãos brasileiros de 26 estados que, de forma inédita em Conferências Nacionais do Meio Ambiente, participaram e organizaram 224 Conferências Livres, contribuindo de forma determinante para o sucesso da 4ª CNMA;
- Aos três mil cidadãos brasileiros que, também de forma inédita em Conferências Nacionais do Meio Ambiente, participaram da Conferência Virtual, trazendo suas contribuições para a Etapa Nacional da 4ª CNMA;
- À Câmara dos Deputados que, por meio do Portal e-Democracia, tornou possível a realização da primeira Conferência Virtual do Meio Ambiente;
- Aos servidores e técnicos do Ministério do Meio Ambiente envolvidos, pela dedicação, empenho e contribuição no processo da 4ª CNMA;
- Aos 170 mil brasileiros e brasileiras que participaram das Conferências Municipais, Regionais e Estaduais e tornaram possível a realização da Etapa Nacional;
- À Mariana Meirelles, à época Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, ao Pedro Wilson Guimarães, ex-Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, e ao Silvano Silvério da Costa, Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) da Prefeitura de São Paulo.

APRESENTAÇÃO

A discussão em torno da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada após 21 anos de tramitação no Congresso Nacional, marcou o início de forte articulação institucional envolvendo União, estados, municípios, setor produtivo e sociedade civil, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Todos na busca de soluções para os graves problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos, comprometendo a qualidade de vida dos brasileiros.

A escolha do tema Resíduos Sólidos para a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente foi oportuna e necessária. Permitiu difundir informações, conhecer iniciativas exitosas e os entraves na gestão dos resíduos nos municípios e estados e, principalmente, mostrar aos brasileiros que os resíduos podem se tornar um bem econômico e de valor social. Como consequência, ficou evidenciada a nítida conexão da inclusão social de catadoras e catadores de materiais recicláveis com as mudanças nos padrões de produção e consumo existentes.

Um dos êxitos da 4ª CNMA foi contribuir para o reconhecimento pela sociedade da importância dos anteriormente chamados catadores de lixo. Reunidos em cooperativas, passam à função de empreendedores, ganhando não apenas autoestima, mas uma melhor qualidade de vida, longe das condições insalubres a que eram submetidos na situação anterior. Outros fatos a comemorar são a assinatura do primeiro acordo setorial de logística reversa do setor de embalagens plásticas de óleos lubrificantes e os avanços obtidos nos últimos meses para que o mesmo aconteça nas áreas de embalagens em geral, produtos eletroeletrônicos e medicamentos. A CNMA serviu também para atrair apoios dos mais diferentes segmentos, inclusive de algumas instituições ambientais públicas, que deixaram de abordar a questão dos resíduos sólidos como uma obrigação e sim como um processo de construção e de entrega para a sociedade.

A 4ª CNMA trouxe, ainda, três novidades: as Conferências Livres, a Conferência Virtual e os painéis temáticos. Foram 224 Conferências Livres que reuniram 25 mil pessoas em 26 estados. Já a Conferência Virtual, que aconteceu de 26 de agosto a 10 de setembro de 2013 por meio do Portal e-Democracia da Câmara dos Deputados, parceira do Ministério do Meio Ambiente, contou com a participação de três mil pessoas. E outra grande contribuição para o debate da PNRS foi a organização da CNMA em painéis temáticos. A inovação favoreceu a dinâmica da Conferência e evidenciou os principais entraves e avanços de cada setor para a implementação da PNRS. Num exemplo de democracia participativa, especialistas governamentais, professores universitários e representantes de vários segmentos sociais e econômicos dividiram a audiência com os delegados estaduais, ampliando e qualificando as discussões, demonstrando que há espaço para todos na construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A maior Conferência do Meio Ambiente já realizada mobilizou mais de 200 mil pessoas em todo o País em 3.652 municípios, o que representa 65,61% dos municípios brasileiros. Todos os 26 estados e o Distrito Federal realizaram as etapas estaduais, enviando a Brasília as propostas em quatro eixos temáticos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Trabalho, Emprego e Renda; e Educação Ambiental.

Findo o processo da 4ª CNMA, a perspectiva é que a sociedade veja nos resíduos sólidos uma oportunidade de desenvolvimento econômico, ambiental e social. Espera-se também um maior diálogo com os diversos segmentos sociais, a discussão dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos e de suas formas de implantação, a inclusão social de catadoras e catadores de materiais recicláveis, além de ações concretas para acabar com os lixões e novas estratégias para mudar o padrão de produção e de consumo.

Izabella Teixeira
Ministra do Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

O modelo de gestão participativa, realizado por meio de Conferências Nacionais, ganhou impulso e se tornou um importante instrumento democrático para o governo federal a partir de 2003. O objetivo de uma Conferência Nacional é compartilhar o poder e a corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade civil na elaboração das políticas públicas. É também um mecanismo importante para ajustar as estratégias de implementação de políticas existentes.

Segundo pesquisa realizada em 2009/2010 pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Iuperj e a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - SAL/MJ, as Conferências Nacionais impulsionam a atividade legislativa do Congresso Nacional, fortalecendo, por meio de uma prática participativa e deliberativa, a democracia participativa no Brasil.

Um levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre os *Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais* (2012) mostra que, das Conferências realizadas entre 2003 e 2011, 73% indicaram algum objetivo relacionado à formulação de propostas de políticas; 38% foram organizadas com objetivos de agendamento de temas importantes por parte da sociedade; 38% tinham por objetivo ações de diagnóstico de uma situação ou avaliação de políticas e 32% buscaram fortalecer a participação social.

O Ministério do Meio Ambiente vem fazendo um grande esforço para realizar as Conferências Nacionais e, desta forma, ampliar a discussão acerca da formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Em 2013 foi realizada a quarta edição da Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003, 2005, 2008 e 2013), sempre priorizando temas relevantes que precisavam ser conhecidos e discutidos com a sociedade e que, no seu conjunto, refletem o amadurecimento da política ambiental brasileira.

2003	2005	2008	2013
I CNMA	**II CNMA**	**III CNMA**	**IV CNMA**
Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente	Gestão Integrada das Políticas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais	Mudanças Climáticas	**Resíduos Sólidos**
65 mil pessoas mobilizadas em todo o país	85 mil pessoas mobilizadas em todo o país	115 mil pessoas mobilizadas em todo o país	**200 mil pessoas mobilizadas em todo o país**
912 delegados na Etapa Nacional	1269 delegados na Etapa Nacional	1269 delegados na Etapa Nacional	**1352 delegados na Etapa Nacional**

Convocada pela Portaria MMA nº 185, de 04 de junho de 2012, a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente teve o objetivo de contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com as seguintes metas:

- Divulgar a Política Nacional de Resíduos Sólidos para cada ente da Federação;
- Contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com foco nos eixos temáticos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução de Impactos Ambientais; Geração de Emprego e Renda; e Educação Ambiental;
- Estabelecer a responsabilidade compartilhada entre governos, setor privado e sociedade civil;
- Contribuir para que cada estado e município solucione os entraves e desafios na implementação da gestão dos resíduos sólidos; e
- Difundir práticas positivas que contribuam para desenhos de políticas públicas locais e regionais.

ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DA 4ª CNMA

Para a realização da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente foi necessária a produção de documentos de comunicação e metodológicos para orientar e auxiliar as discussões. Foram eles: o Texto Orientador, as duas edições do jornal de mobilização, um folheto de divulgação, os manuais metodológicos, além de anúncios de publicidade, faixas para uso na internet e marcas para divulgação. Todos os documentos estão disponíveis em versão digital no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente. (www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/iv-conferência).

TEXTO ORIENTADOR

O Texto Orientador foi proposto pelo Ministério do Meio Ambiente para iniciar as discussões acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos a partir de quatro Eixos Temáticos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Emprego, Trabalho e Renda; e Educação Ambiental.

Cada eixo comportou uma discussão com recortes conceitual, técnico, operacional e político. A dimensão conceitual tratou dos marcos teóricos e documentos referenciais como a Agenda 21, Carta da Terra, O Futuro que Queremos (Rio+20), a Política Nacional de Resíduos Sólidos etc. A dimensão técnica diz respeito às informações qualificadas e detalhamento tecnológico; a dimensão operacional indica como fazer e os insumos necessários; e a dimensão política propôs legalizar e formalizar as ações e demandas para serem colocadas em prática.

Além dos eixos temáticos, o Texto Orientador introduziu também o conceito da Responsabilidade Compartilhada, um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos que delega a gestão dos resíduos sólidos urbanos à toda sociedade – governos, setor privado e sociedade civil. A cada setor são atribuídos diferentes papéis a fim de solucionar ou mitigar os problemas relacionados aos resíduos sólidos.

O primeiro Eixo Temático - Produção e Consumo Sustentáveis - aborda como os padrões de produção e consumo de uma sociedade têm influência direta na exploração dos recursos naturais, assim como na geração de resíduos. O ciclo de produção e consumo envolve a utilização de insumos naturais para manufatura de produtos, havendo a geração de resíduos durante a produção e após o uso. Os resíduos sólidos, são, muitas vezes,matérias-primas desperdiçadas que, além de prejuízos econômicos, acarretam consequências muitas vezes irreparáveis ao meio ambiente, com reflexos também na saúde e bem-estar da população.

Sem os benefícios dos serviços ambientais fornecidos pelos ecossistemas tais como água doce, madeira, alimentos, peixes, regulação do clima, proteção contra riscos naturais, controle da erosão e recreação, a continuidade dos processos produtivos e o alívio da pobreza, podem ficar seriamente comprometidos. Em 2012, o tema Produção e Consumo Sustentáveis tomou escala e importância na agenda ambiental mundial como o principal eixo de discussão na Rio+20.

Redução de Impactos Ambientais foi o tema do segundo Eixo Temático tratado no Texto Orientador. A gestão ambientalmente correta dos resíduos sólidos pode e deve ser vista como oportunidade de poupar e recuperar recursos naturais, gerar energia limpa, gerar emprego e renda e também rever os atuais padrões de produção e consumo. Em todo o mundo, a urgência em se reduzir a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera provocou a adoção de regulamentos favoráveis para incentivar os setores público e o privado a investirem em energias renováveis.

Atualmente, um dos maiores desafios das administrações municipais é a gestão dos resíduos sólidos e, especialmente após 2010, com a instituição da PNRS, a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos

e a promoção da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, passou a ser prioridade para uma parte significativa dos municípios brasileiros, uma vez que os lixões deverão ser eliminados até 2014.

Outra questão ainda pouco discutida e que vem ganhando cada vez mais importância é o tema do Lixo Marinho, inserido no Eixo Temático sobre Redução dos Impactos Ambientais, e que surgiu como prioridade durante a Rio+20, onde foi o mais votado na plataforma virtual, no âmbito do tema Oceano, com 60 mil votos. Apesar de décadas de esforços para prevenir e reduzir o lixo marinho, há evidências de que o problema é persistente e continua a crescer. Estudos apontam que cerca de 14 bilhões de toneladas de lixo são jogados nos oceanos todos os anos. Esses resíduos possuem grande capacidade de dispersão por ondas, correntes e ventos, podendo ser encontrados no meio dos oceanos e em áreas remotas. O problema, contudo, torna-se mais aparente nas zonas costeiras, onde as atividades humanas estão concentradas. O Brasil possui mais de 8.500 km de costa, 395 municípios distribuídos em 17 estados costeiros e aproximadamente 25% da população residente nessa região.

O terceiro Eixo Temático: Geração de Trabalho, Emprego e Renda trata da implementação de políticas vinculadas ao desenvolvimento sustentável que tragam mudanças ao mercado de trabalho, desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na repartição dos benefícios proporcionados pelo crescimento econômico, além de oportunidades para trabalhadores, principalmente para os mais vulneráveis. Isso permite às pessoas a construção de identidades e a participação no desenvolvimento da sociedade. Por essa razão, o emprego e o trabalho decentes são fundamentais para garantir coesão e estabilidade sociais. Segundo dados do IBGE, a média de desemprego em 2011, no Brasil foi cerca de 6%.

Diante disso, é importante que, durante a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável - PPCS, sejam observadas questões de geração de emprego e renda. A adoção de práticas sustentáveis em produção e consumo cria novas vagas nas empresas e redesenha as existentes. Para tanto, torna-se necessário integrar a educação, o desenvolvimento de capacidades para novos mercados de trabalho e, ainda, fomentar setores que promovam, além de emprego e renda, um desenvolvimento sustentável mais equitativo e inclusivo.

Educação Ambiental foi o quarto e último Eixo Temático e enfatiza o reconhecimento da educação ambiental como um dos principais instrumentos da PNRS. O processo educativo, entendido na perspectiva da interação entre conteúdo e prática, deve estimular a cidadania ambiental, qualificando a participação pública nos espaços de gestão ambiental e de consultas e deliberações, como fóruns e conselhos e mobilizando a sociedade sobre a necessidade de uma mudança profunda em toda a cadeia relacionada aos modos de produção e consumo.

As orientações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) incluem não apenas as escolas, mas servidores públicos, funcionários, colaboradores nas empresas e consumidores, que devem assimilar novas práticas e hábitos. O descarte responsável de resíduos é uma dimensão crucial, assim como a valorização de produtos com material reciclado. O desafio que se apresenta será garantir que as políticas públicas de educação ambiental e de gestão de resíduos sólidos sejam, efetivamente, um fator de transformação, de modo que seus objetivos, princípios e instrumentos, se cumpram em favor da sustentabilidade e da qualidade de vida de todos os brasileiros.

JORNAIS DE MOBILIZAÇÃO

Lançada em fevereiro de 2013, a primeira edição do Jornal de Mobilização trouxe informações iniciais sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), especialmente para o cidadão comum, como a obrigação de dispor rejeitos em aterros sanitários até agosto de 2014, quando a PNRS completa quatro anos de vigência. A informação, conhecida dos gestores públicos, era ainda

de pouco alcance para o público em geral. A publicação, com 500 mil exemplares, trouxe também o passo a passo de como participar de uma Conferência Nacional desde as conferências municipais convocadas pelo poder público local.

A mesma tiragem foi feita para a segunda edição do Jornal de Mobilização da 4ª CNMA, lançado em agosto e distribuído especialmente durante as conferências estaduais de meio ambiente, de meados de agosto até o final de setembro 2013. O público-alvo da publicação eram os delegados participantes das conferências estaduais. O objetivo foi subsidiar cada delegado com informações sobre o processo de mobilização durante as conferências municipais e regionais em todo o País, preparando-o para a discussão na Etapa Nacional. Foram tratados temas como a Logística Reversa, a cidadania do catador de material reciclável, educação ambiental e gestão integrada dos resíduos sólidos.

MANUAIS METODOLÓGICOS

Ao longo do processo de realização da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente foram lançados Manuais Metodológicos com a finalidade de auxiliar o trabalho das Comissões Organizadoras em todo o País. Para as Comissões Organizadoras Municipais e Regionais foi lançado o Manual Metodológico para as Conferências Municipais e Regionais, assim como foi lançado o Manual Metodológico para as Conferências Estaduais apenas para auxiliar as Comissões Organizadoras Estaduais. Os manuais oferecem orientações, dicas e sugestões de caráter organizativo e metodológico, elaborados de acordo com o Regimento Interno aprovado pela Comissão Organizadora Nacional no dia 28 de fevereiro de 2013.

As Conferências Livres, uma novidade da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, também tiveram seu Manual Metodológico. As 224 conferências livres, que aconteceram de 1º de abril a 10 de setembro, se caracterizaram como uma possibilidade de diálogo aberto entre grupos, entidades e pessoas.

HOTSITE

Em fevereiro de 2013 foi lançado o "*hotsite*" da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que oferecia informações para auxiliar o cidadão comum e o participante a compreender e acompanhar a 4ª CNMA. Estavam disponíveis conteúdos sobre os quatro Eixos Temáticos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sobre o Plano de Produção e Consumo Sustentáveis. Era possível consultar também os documentos oficiais da 4ª CNMA: Portaria MMA nº 185/2012, Regimento Interno, membros da Comissão Organizadora Nacional, manuais metodológicos, informações dos estados, notícias produzidas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelos parceiros em todo o Brasil, peças publicitárias e Manual de Identidade Visual. Com uma média de 500 visitas por dia, o "*hotsite*" teve, em 10 meses de intensa atualização, quase 350 mil leituras e 110 mil visitas. Desde o inicio de 2014, todas as informações sobre a 4ª CNMA estão disponíveis no sítio eletrônico do MMA. http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/iv-conferência

PUBLICIDADE

Para a correta divulgação da 4ª CNMA, foi produzido um Manual de Identidade Visual. O objetivo foi oferecer todas as indicações de como estados e municípios deveriam produzir suas peças, que marca utilizar, onde e como utilizar. Foram também produzidas peças publicitárias como folhetos, faixas e cartazes para internet e anúncios para revistas impressas.

ETAPAS PREPARATÓRIAS

Em todo o processo das Etapas Preparatórias – Conferências Municipais, Regionais e Estaduais – houve a participação de mais de 200 mil pessoas, a maior Conferência Nacional do Meio Ambiente já realizada. Foram 643 conferências municipais e 179 regionais, que envolveramm 3.009 municípios, somando um total de 3.652 municípios mobilizados (65,61% dos municípios brasileiros). Em seguida, todos os 26 estados e o Distrito Federal realizaram suas etapas estaduais e a distrital, enviando à Brasília 1.060 delegados eleitos.

As etapas preparatórias da 4ª CNMA trouxeram duas novidades: as Conferências Livres e a Conferência Virtual. As Conferências Livres foram organizadas por pessoas interessadas no tema, que enviaram propostas direto para a Etapa Nacional. Reuniram-se 24.771 pessoas em 224 eventos, sendo 92 realizados pelo poder público, 113 pela sociedade civil e 19 pelo setor empresarial. As conferências livres foram realizadas em 26 estados: Acre (03), Alagoas (01), Amazonas (01), Bahia (14), Ceará (03), Distrito Federal (10), Espírito Santo (05), Goiás (05), Maranhão (05), Minas Gerais (21), Mato Grosso do Sul (04), Mato Grosso (04), Pará (07), Paraíba (18), Pernambuco (07), Piauí (02), Paraná (15), Rio de Janeiro (28), Rio Grande do Norte (06), Rio Grande do Sul (11), Rondônia (03), Roraima (01), Santa Catarina (02), Sergipe (04), São Paulo (43) e Tocantins (01). O único estado que não realizou Conferência Livre foi o Amapá.

Já a Conferência Virtual, que aconteceu de 26 de agosto a 10 de setembro de 2013 por meio do Portal e-Democracia da Câmara dos Deputados, parceira do Ministério do Meio Ambiente, contou com a participação de 2.854 pessoas.

ETAPA NACIONAL

A Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente aconteceu em Brasília (DF) de 24 a 27 de outubro de 2013 no Centro Internacional de Convenções do Brasil – CICB. Foram credenciados 1.981 pessoas, sendo 1.130 delegados, 408 convidados, 68 profissionais de imprensa, além de 375 servidores e consultores distribuídos como equipe técnica, coordenação, expositores, mediação, organização e apoio.

Na manhã seguinte à abertura oficial da 4ª CNMA, os delegados se reuniram para o Ciclo de Debates, uma novidade na programação de uma Conferência Nacional do Meio Ambiente, que trouxe especialistas de todo o Brasil para discutir os temas:

- A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010): seus instrumentos e avanços
- Logística Reversa e sua implementação
- Recuperação Energética de Resíduos Sólidos Urbanos
- Erradicação dos lixões
- Incineração de Resíduos: uma alternativa?
- A Construção Civil e seu papel na PNRS
- Os desafios da Coleta Seletiva e suas articulações com a reciclagem
- Os Catadores na Gestão de Resíduos Sólidos – de excluídos da sociedade a empreendedores da reciclagem
- Politícia Nacional de Resíduos Sólidos e Economia Verde: oportunidades de negócios
- Resíduos Sólidos no meio rural
- Resíduos de Alimentos: desperdício e combate à fome
- Gestão de Áreas Protegidas e Resíduos Sólidos

Em seguida, os delegados presentes se dividiram em grupos de trabalho por eixo temático e debateram durante um dia e meio as ações propostas vindas de todos os estados e do Distrito Federal.

Ao final do terceiro dia de Conferência, foram então definidas 160 ações e, em seguida, priorizadas de acordo com a metodologia proposta para a 4ª CNMA. Chegou-se assim às 60 ações, 15 em cada Eixo Temático, que foram apresentadas durante a Plenária Final, quando também foram aprovadas a Carta da 4ª CNMA e as Moções.

Evento paralelo: Ministra conversa com jovens sobre meio ambiente

Os jovens delegados e participantes da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente tiveram a oportunidade de conversar com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, no final da tarde do dia 25 de outubro de 2013. Trataram da realidade dos jovens catadores de material reciclável e de trabalho decente e sustentável para a juventude. O encontro foi transmitido, ao vivo, pela internet.

A ministra contou sua própria experiência de entrar no serviço público ainda jovem e desafiou os participantes a fazerem ainda mais parte da agenda ambiental brasileira. "Ambicionem fazer parte desse novo processo do país, pois vocês estão preparados para as novas demandas", destacou.

Quinze por cento dos delegados da Conferência têm até 29 anos. Jéssica, 16 anos, reforçou a ideia de que os jovens precisam integrar as políticas públicas, inclusive as ambientais. Outra jovem delegada, Paloma de Oliveira Freitas, 22, é catadora e tem orgulho da profissão, mas disse que, apesar do reconhecimento que a categoria conquistou, ainda há muito preconceito.

A ministra defendeu empregos dignos também relacionados às políticas ambientais. "Desenvolvimento que exclui brasileiro não interessa ao Brasil", declarou. Lea Marques, do Conselho Nacional da Juventude da Central Única dos Trabalhadores, defendeu o trabalho digno aos jovens, sem informalidade, longas jornadas e baixos salários. Segundo Lea, 70% da juventude, entre 15 e 29 anos, estão no mercado de trabalho.

Participação jovem – "Diálogos Juventude e Meio Ambiente" foi uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Participatório - Observatório Participativo da Juventude, um ambiente virtual interativo voltado à produção do conhecimento para a juventude brasileira e à participação e mobilização social, da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Inspirado nas redes sociais, o espaço busca promover discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude.

O objetivo do encontro foi permitir um debate sobre temas relevantes ao público, envolvendo os jovens participantes da 4ª CNMA, em especial a juventude catadora, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e os ministérios envolvidos na elaboração do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que inclui além do MMA e da SNJ, o Ministério da Educação.

CICLO DE DEBATES

O Ciclo de Debates, realizado na manhã do dia 25 de outubro de 2013, foi inserido na programação da 4ª CNMA como uma inovação na metodologia, com o objetivo de ampliar o debate sobre as oportunidades e os desafios ambientais, sociais e econômicos imbricados com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, na perspectiva da experiência pessoal e institucional de conhecidos especialistas, empresários, políticos e técnicos convidados e envolvidos com esta temática.

Os distintos aspectos legais, normativos, institucionais, tecnológicos, ambientais, sociais e econômicos relacionados à gestão dos resíduos sólidos foram distribuídos como temas dos 12 Painéis realizados e que discutiram as contribuições dos diferentes segmentos da sociedade representados e cujo envolvimento é imprescindível para a efetiva implementação da lei de resíduos sólidos no país.

Painel 1
A Lei nº 12.305/10, seus instrumentos, avanços e oportunidades

Temas
Os 20 anos de discussões sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Congresso Nacional até a sua aprovação na forma da Lei nº 12.305/2010. Concepções iniciais do Projeto de Lei de Resíduos Sólidos em comparação ao conteúdo final da Lei. Instrumentos da Lei e suas expressões diante da diversidade brasileira e do porte dos municípios. A função do planejamento no setor de resíduos sólidos e os novos conceitos introduzidos pela legislação. O porquê da responsabilidade compartilhada diante das outras concepções possíveis na gestão dos resíduos. O novo olhar sobre os resíduos sólidos, desde os resíduos domiciliares até os agrossilvopastoris. A necessidade da efetivação de políticas públicas voltadas para os catadores e o Decreto Nº 7.405/2010 – Programa Pró-Catador. Fixação de metas e designação de fontes de recursos. Os municípios como poder concedente e sua capacitação técnica. A interlocução entre a Lei Nº 11.445/2007 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e a Lei Nº 12.305/2010. Os desafios da regulamentação da lei. Outras inovações propostas pela lei. Lançamento pelo MMA da plataforma Educares.

Presidente da Mesa
Fábio Feldman – Ambientalista, autor do primeiro Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos
Expositor principal
Júlio Pinheiro – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Expositores
Wanderley Baptista – Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Silvano Silvério da Costa – Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) da Prefeitura de São Paulo – Carlos Silva – Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE)
Debatedores
Hélvio Polito Lopes Filho – Secretário de Meio Ambiente de Pernambuco
Jarbas Soares Junior – Ministério Público de Minas Gerais
Roberto Laureano Rocha – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Conclusão
José Fortunati – Prefeito de Porto Alegre e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos
Relator
Welington Pimenta – Casa Civil

O Painel foi iniciado por uma explanação sobre a história de construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, debatida durante 20 anos no Congresso Nacional. Foi ressaltado pelos debatedores que a PNRS trata de uma das questões nacionais mais sérias, cuja solução exige mudança de

comportamento, debate social, visão estratégica e instrumentos que dialoguem com a realidade brasileira. A inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis foi destacada, com ênfase para as condições de trabalho e renda.

Outros aspectos estratégicos debatidos no Painel foram: (i) a incorporação do conceito de sustentabilidade ambiental às licitações públicas; (ii) o papel de auditoria ambiental dos tribunais, especialmente em relação ao controle preventivo em municípios e à observância das condicionantes das licenças ambientais; (iii) os lixões, suas consequências e a responsabilidade primária do gestor público local no encerramento do lixão no prazo estipulado pela Lei; (iv) a recuperação de áreas degradadas; (v) a melhoria na saúde pública; (vi) os acordos setoriais para a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; (vii) a coleta seletiva; (viii) os instrumentos econômicos; (ix) a harmonização de legislações; (x) a recuperação energética; e (xi) a implementação da educação ambiental, instrumento fundamental para apoiar a mudança cultural demandada pela lei de resíduos sólidos.

Painel 2
Logística reversa e sua implantação

Temas
A instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos como fundamento da logística reversa na Política Nacional de Resíduos Sólidos. O papel dos diferentes atores e de cada setor na Logística Reversa: indústria, comércio, consumidores e administrações municipais, suas relações com as questões ambientais, jurídicas e tributárias e os efeitos sobre as relações de produção e consumo. O papel do município nos acordos setoriais da logística reversa. A interface entre a logística reversa e a coleta seletiva. O compartilhamento dos custos da logística reversa. Os importadores e o cumprimento dos acordos setoriais. A integração do cumprimento do acordo setorial aos demais instrumentos de controle da política nacional. Produtos objeto de logística reversa como resíduos perigosos: a partir de quando?

Presidente da Mesa
Marta Salomon – Jornalista
Expositores
Ezio Camillo Antunes – Diretor do Programa Jogue Limpo
André Luiz Saraiva – Diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE)
João Cesar Rando – Diretor Presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV)
Debatedores
Axel Grael – Vice-Prefeito do Município de Niterói
João Batista Machado Batista – Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Georges Blum – Presidente da Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação (ABILUMI)
Márcio Milan – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)
André Vilhena – Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE)
Conclusão
Alexandre Comin – Diretor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Relatoria
Marília Viotti – Ministério do Meio Ambiente

Este painel tratou da Logística Reversa - caminho de volta percorrido pelo produto descartado - e da importância de implementar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos entre os segmentos envolvidos – consumidores, fabricantes, distribuidores, comerciantes, importadores,

governos e cidadãos. Foi registrado que o Princípio da Responsabilidade Compartilhada existe no Brasil desde 1998, com a vigência da Lei de Crimes Ambientais.

Durante os debates foram levantados os seguintes pontos: (i) os consórcios públicos para a gestão de resíduos sólidos como soluções de longo prazo vis-a vis alguns dispositivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que demandam propostas de curto prazo; (ii) o modelo brasileiro de gestão de resíduos sólidos, que vem inovando ao incluir catadoras e catadores de materiais recicláveis em suas ações; (iii) a questão do recolhimento e gerenciamento de resíduos sólidos em terras indígenas; e (iv) destaque ao setor de supermercados que, com 85 mil lojas no Brasil, corre o risco de ser sobrecarregado com grande volume de resíduos, caso não se considere distribuir melhor os pontos de entrega voluntária de resíduos.

Foram apresentados ainda dados sobre a implantação da logística reversa de duas cadeias produtivas: (i) o primeiro acordo setorial sobre logística reversa feito com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (SINDICOM) para as embalagens plásticas de óleos lubrificantes e (ii) os 94% de embalagens de agrotóxicos recolhidas por meio de logística reversa, que transformam o Brasil em país de referência. A logística reversa de embalagens de agrotóxicos foi implantada por lei específica, dez anos antes da vigência da PNRS e coordenada pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), envolvendo dez entidades que congregam 98 empresas fabricantes de agrotóxicos. Encontram-se implantados centros de recolhimento e destinação final das embalagens, com 100% de rastreabilidade das embalagens, um programa de comunicação e publicidade dirigido aos agricultores que agendam dia e hora para a entrega das embalagens.

Para a logística reversa na cadeia de equipamentos eletroeletrônicos, foram debatidas medidas estratégicas para sua implantação: (i) o reconhecimento dos resíduos eletroeletrônicos como não perigosos; (ii) a criação de uma norma legal que discipline a renúncia do bem, após o descarte; (iii) o envolvimento vinculante de todos os atores responsáveis no ciclo de vida dos produtos pertencentes a essa cadeia produtiva; e (iv) a participação do governo na questão da desoneração da cadeia produtiva.

Em relação ao setor de lâmpadas, foram destacados: o compromisso das indústrias em reduzir o teor de mercúrio nas lâmpadas fluorescentes, que contêm hoje em sua composição aproximadamente 2,5 mg de Hg por lâmpada; e os estudos de consultorias especializadas para subsidiar a proposta de acordo setorial de logística reversa.

Painel 3
Recuperação energética de resíduos sólidos urbanos

Temas
Tecnologias de recuperação energética: manutenção, operação, riscos ambientais e à saúde, custos e adequação à realidade brasileira. As questões econômicas, legais e técnicas, relacionadas com este tipo de tratamento e os esforços do governo federal para regulamentar a matéria. Tecnologias de recuperação energética adotadas em países europeus e no Japão, com alto percentual de resíduos secos, versus a realidade brasileira, que tem 50% de resíduos orgânicos nos Resíduos Sólidos Urbanos. Viabilidade de utilização de tecnologias de recuperação energética com baixo percentual de material com alto poder calorífico (plástico, papel). As questões econômicas, legais e técnicas relacionadas a este tipo de tratamento; quantidade mínima econômica de resíduos gerados para recuperação energética e seu equivalente populacional.

Presidente
Fernando Ferro – Deputado Federal

Expositores
Felipe Maciel – Núcleo de Resíduos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Ismar Machado Assaly, Unidade de Recuperação Energética de Barueri – Foxxpart /Haztec
Jerson Kelman – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ex-Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica e ex-Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas
Debatedores
Alex Cardoso – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR)
Mario William Esper – Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP)
Sérgio Almir dos Santos – Prefeito do Município de Indaial, Santa Catarina
Flávia Carlone – Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – LIMA/COPPE/UFRJ
Carlito Merss – Frente Nacional dos Prefeitos
Juliana Bueno – Fórum Ambientalista/Paraná
Conclusões
Carlos Augusto Klink – Secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente
Relator
Thiago Barros – Ministério do Meio Ambiente

Este Painel 3 foi dedicado à discussão de tecnologias de recuperação energética para tratamento dos resíduos sólidos urbanos como forma de destinação dos resíduos, na fase que precede a disposição final ambientalmente adequada. Foram apresentados dois exemplos: Barueri (SP) e Indaial (SC). Em Barueri, são utilizados padrões de qualidade ambiental idênticos aos da Europa, com 100% de coleta seletiva nas residências e fornecimento da energia produzida à rede municipal. No caso de Indaial, a cidade catarinense se reuniu a outros 13 municípios próximos e conseguiu aumentar sua eficiência por meio de um sistema consorciado de gestão de resíduos.

Durante a discussão, foram também abordadas questões ligadas ao aproveitamento energético pela incineração, que, do ponto de vista técnico, está muito avançado. Contudo, foi destacada a diretiva da União Europeia de 2009 que prevê o encerramento gradual do uso de incineradores e que, em função disso, as empresas daquele continente buscam outros mercados para seus produtos. A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participando dos debates, registrou que a incineração não se justifica como alternativa ao descumprimento do prazo para encerramento de lixões até agosto de 2014, quando a Lei nº 12.305/10 completa quatro anos de vigência. Outros aspectos discutidos foram: o emprego e a viabilidade econômica das tecnologias; a diversificação da matriz energética, levando em consideração os custos de transporte e a preferência ao uso de resíduos como combustíveis em substituição ao carvão e ao urânio.

Outros temas debatidos foram: (i) o aproveitamento energético de diferentes tipos de resíduos sólidos; (ii) a valorização do resíduo por meio de triagem, antes do encaminhamento ao aterro; (iii) tipos de tratamento de resíduos empregados atualmente nos Estados Unidos e na Europa em comparação com o Brasil; (iv) a coleta seletiva no Brasil; (v) o custo de geração de energia elétrica a partir de resíduos; (vi) a produção e queima de biogás, associada à obtenção de créditos de carbono; e (vii) o financiamento para a implantação de recuperação energética.

Painel 4
Erradicação de lixões

Temas
A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e os prazos previstos na Lei 12.305/2010. O papel dos Planos de Gestão de Resíduos na erradicação dos lixões. Dificuldades e limitações da elaboração dos planos de gestão. Definição de rejeito pelas administrações locais. A eliminação e recuperação de lixões vis a vis com a inclusão social e a ascensão econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Áreas favoráveis e áreas problemáticas para a instalação de aterros. Progressos na erradicação dos lixões e riscos de deterioração das condições dos aterros. Novas metodologias de dimensionamento de unidades de disposição final e manejo, considerando que somente os rejeitos poderão ser enviados aos aterros sanitários. Os custos vinculados ao planejamento urbano que tem afetado a seleção de áreas para a disposição final de rejeitos, diante da expansão imobiliária e da mancha urbana. Viabilização da manutenção e operação dos aterros sanitários pelas prefeituras.

Presidente da Mesa
Márcio Macedo – Deputado Federal
Expositores
Luiz Eduardo Cheida – Secretário de Meio Ambiente do Paraná
José Claudio Junqueira – Professor da Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC) e Escola Superior Dom Hélder Câmara
Luiz Marinho – Prefeito de São Bernardo do Campo/SP
Debatedores
Sergio Cotrim – Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Saneamento Básico
Raimundo Moraes – Ministério Público/PA
Francisco dos Santos Lopes – Secretário Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)
Conclusão
Erika Kokay – Deputada Federal
Relatoria
Joaquim Oliveira – Ministério do Meio Ambiente

O Painel 4 tratou da Erradicação dos Lixões, enfatizando a conscientização e a manutenção dos direitos da população no processo de erradicação dos lixões do país, o papel da educação ambiental e os desafios financeiros e institucionais para a implantação de aterros sanitários. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece que todos os lixões do Brasil deverão ser desativados até agosto de 2014. Foram apresentados dados durante o debate informando que, entre os 5.665 municípios do país, aproximadamente 53% ainda têm lixões como local para recebimento de seu resíduos.

Na discussão, as soluções para a gestão dos resíduos passaram pelas fases de aterros sanitários, seguida pela recuperação energética com aproveitamento energético do biogás dos aterros e, posteriormente, o uso de biogás de unidades de biodigestão.

A importância da mudança de comportamento do consumidor em relação à geração de resíduos foi ressaltada, juntamente com os seguintes temas: (i) desoneração dos produtos fabricados com materiais recicláveis, evitando sua bitributação; (ii) reconhecimento da importância do papel da dona de casa com relação aos resíduos domiciliares; (iii) dificuldades para encontrar áreas onde se possa localizar e licenciar um aterro nas grandes metrópoles; (iv) desafios orçamentários e de sustentabilidade econômica dos municípios pequenos; e (v) criação de taxa diferenciada para incentivar a redução de resíduos; e (vi) apoio aos catadores e suas cooperativas.

Painel 5
Incineração de resíduos: uma alternativa?

Temas
O tratamento térmico na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tecnologias utilizadas mundialmente, como a incineração, micro-ondas, pirólise, dentre outras. Especificidades do tratamento térmico na realidade brasileira: custos, viabilidade técnica, ambiental e econômica. Condicionantes da viabilidade de projetos de incineração: interface com a coleta seletiva, com a reciclagem e com as ações do Governo Federal para o saneamento básico. Recursos financeiros e matérias-primas economizados pela reciclagem versus tratamento térmico do rejeito dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Presidente da Mesa
Volney Zanardi Júnior – Presidente do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Expositores
Roberto Kishinami – NGR LTDA
Milton Sogabe – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Elizabeth Grimberg – Instituto Polis
Debatedores
Sr. Valtemir Bruno Goldmeier – Coordenador Ambiental da Conferderação Nacional de Municípios (CNM)
Ernani Ciríaco de Miranda – Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Saneamento
Alexandre Citvaras – Foxxpart/ Haztec
Jorge Jobim – Diretor de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME)
Conclusões
Zilda Veloso - Diretora de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Relatora
Sabrina Andrade - Ministério do Meio Ambiente

Foram abordadas as diferenças entre incineração e biodigestão no Painel 5, e apresentados dados sobre taxas de retorno, emissões de gases de efeito estufa e explicações sobre formas de tratamento de resíduos sólidos como compostagem, pirólise, tocha de plasma, tratamento mecânico biológico e fluxo da digestão anaeróbica. Foi dado destaque à tecnologia dos incineradores e os tipos de controle utilizados para evitar a emissão de gases tóxicos.

Outros pontos importantes debatidos foram: (i) no âmbito da PNRS, a exclusão da incineração como alternativa viável; (ii) o investimento em tratamento anaeróbico de resíduos orgânicos; (iii) a pressão sofrida pelos prefeitos para instalação de incineradores; (iv) o despreparo declarado pelos municípios para operar equipamentos de incineração; (v) a integração da lei de saneamento com a lei de resíduos sólidos e a obrigatoriedade de apresentação de planos de saneamento para obtenção de recurso público; e (vi) a incineração como uma tecnologia que se soma à reciclagem.

Painel 6
A construção civil e seu papel na PNRS

Temas
O crescimento acelerado dos resíduos provenientes da construção civil nos centros urbanos e sua participação no total dos Resíduos Sólidos Urbanos. As responsabilidades do setor privado na destinação dos resíduos de construção civil. O papel do poder público no recebimento de pequenos volumes e as formas de reciclagem e reaproveitamento nas obras municipais. A viabilidade técnica, econômica e ambiental do processo de reciclagem dos resíduos da construção civil. As oportunidades e

os negócios existentes no mercado dos resíduos da construção civil, ganhos ambientais. As respostas e soluções da indústria da construção civil motivadas pela PNRS. Potencial real de retorno econômico do reaproveitamento, reciclagem e reutilização dos resíduos da construção civil. Soluções de atendimento para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição. Formas de comunicação/ disseminação de experiências exitosas para os municípios.

Presidente da Mesa
Délio Malheiros - Vice Prefeito de Belo Horizonte
Expositores
Mauricio Prass – Consórcio PRÓ-SINOS
Lilian Sarrouf – Câmara Brasileira de Indústrias da Construção Civil (CBIC)
Debatedores
Valdir Schalch – Professor Universidade de São Paulo/ Campus São Carlos
Sergio Ângulo – Professor Universidade de São Paulo/Escola Politécnica
Relator
Tarcísio Nunes – Ministério do Meio Ambiente

O Painel 6 deu destaque às diretrizes estratégicas para a gestão dos resíduos sólidos da construção civil, objeto da Resolução do Conama 307/2002, com ênfase para: (i) a eliminação de 100% das áreas de disposição irregular até 2014; (ii) a implantação de aterros específicos para resíduos da construção civil (aterros classe A) em todos os 5.565 municípios; (iii) a reutilização e reciclagem da totalidade dos resíduos de construção; e (iv) a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos e de diagnóstico quantitativo e qualitativo de geração, coleta e destinação dos resíduos até 2015.

Foram apresentadas duas experiências com relação aos resíduos da construção civil. Na região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, 27 municípios montaram uma usina de reciclagem para destinação dos resíduos da construção civil. E em Belo Horizonte, que conta desde 1993 com um programa de reciclagem e coleta de entulhos da construção civil, três usinas de reciclagem de entulho retiram material em 31 unidades de recolhimento. Em 2012, foram processadas na capital mineira 104 mil toneladas de resíduos, sendo de 90% o reaproveitamento do material selecionado e triturado.

Durante o Painel 6, foi apresentado também o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), que funciona desde 1998 e tem o objetivo de melhorar a gestão das construtoras por meio da certificação. No Brasil, já são 3.232 empresas certificadas, com base em um indicador mensal de geração de resíduos e outro indicador ao final da obra.

Painel 7
Os desafios da coleta seletiva e suas articulações com a reciclagem

Temas
A quem compete a implantação da coleta seletiva. Os caminhos para a sua implantação. Os atores que poderão participar do processo. Os custos associados e os atores que eventualmente podem participar, mas que não tem responsabilidade sobre ela. O ciclo de coleta seletiva, triagem, armazenamento e o seu dimensionamento A educação ambiental e a mudança de comportamento da sociedade. A localização das indústrias recicladoras. Como suprir as demandas onde não existem indústrias recicladoras. A formação de um mercado de reciclagem. A sustentabilidade da atividade de catação e sua relação com as etapas de gestão e de gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos ante a mudança de comportamento de uma sociedade para uma economia de produção e consumo sustentáveis.

Presidente da Mesa
Vanessa Grazziotin – Senadora da República
Expositores
Victor Bicca – Compromisso Brasileiro para a Reciclagem (CEMPRE)
Dalberto Adulis – Diretor Instituto Akatu
Sebastião Carlos dos Santos – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Debatedores
Procurador Saint-Clair Honorato – Ministério Público do Paraná
Samyra Crespo – Diretora-Presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Eduardo Brandão – Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal
Conclusão
Alexandre Kiereeff – Prefeito de Londrina (PR)
Relator
Nilo Diniz – Ministério do Meio Ambiente

O Painel 7 tratou da Coleta Seletiva, com destaque para: (i) o envolvimento de todos os atores na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; (ii) o desafio de ampliar a coleta seletiva nos municípios; e (iii) o papel das catadoras e catadores, que, por meio de cooperativas, asseguram a reciclagem de 60% das embalagens.

Em paralelo à discussão sobre a Coleta Seletiva, o debate deu especial atenção à produção e ao consumo sustentáveis. Para os debatedores, o consumidor individual precisa de informações para influenciar sua decisão, avaliar a necessidade da compra, escolher o que comprar com base em critérios sustentáveis, evitar o desperdício e fazer o descarte adequadamente. E os consumidores coletivos, como escolas, hospitais e poder público, foram lembrados como setores estratégicos para iniciar as mudanças. Foi dado o exemplo do modelo de compras públicas sustentáveis por parte do Estado, que tem um poder de compra que corresponde a 17,5% do PIB.

Na mesma linha de argumentação, foi citado o Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) como política estratégica para implantação da PNRS, que enfatiza a mudança de comportamento do consumidor e a filosofia da produção. Alguns destaques foram para: (i) a dificuldade em responsabilizar o consumidor, que tem direitos e deveres quase sempre esquecidos; (ii) a defesa do uso de sacolas duráveis nas compras em geral, principalmente nos supermercados; e (iii) a necessidade de campanhas de conscientização não apenas do governo, mas de todos os setores envolvidos.

Painel 8
Os catadores na gestão de resíduos sólidos – de excluídos da sociedade a empreendedores na reciclagem

Temas
A integração dos catadores de materiais recicláveis como um dos objetivos da Lei 12.305/2010. Panorama da situação dos catadores no Brasil. Ações do Governo Federal para viabilizar a inclusão social dos catadores. Capacitação técnica, formas de organização: cooperativas, associações, redes e outras. Financiamento da atividade, educação ambiental e contratação de cooperativas e associações de catadores.

Presidente da Mesa
Ministra Izabella Teixeira
Expositores
Diogo Santana – Secretaria Executiva/ Secretaria Geral da Presidência da República

José Aparecido Gonçalves – Centro Mineiro de Referência em Resíduos
Fernanda Góes – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Debatedores
Marina Sant'Anna – Deputada Federal
Paulo Teixeira – Deputado Federal
Pedro Moura Costa – Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BV RIO)
Margaret Matos de Carvalho- Ministério Público do Paraná
Ronei Alves da Silva – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNRC)
Conclusão
Rodrigo Rollemberg – Senador da República
Relatora
Mariana Nascimento – Ministério do Meio Ambiente

"O tempo que o Brasil levou para aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Congresso Nacional – 20 anos – não deverá ser o tempo para implantar de fato a lei." Com essa declaração, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, deu início ao Painel 8, que tratou do papel dos catadores na gestão de resíduos sólidos, com destaques para: (i) o aperfeiçoamento do cooperativismo; (ii) a economia solidária com a participação do Ministério do Trabalho; e (iii) o tratamento tributário diferenciado com ênfase na desoneração.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou os dados sobre catadores de materiais recicláveis do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Brasil são aproximadamente 400 mil catadores, a maioria em áreas urbanas das regiões sul e sudeste, onde se concentram as indústrias de reciclagem. São adultos, mas começam na atividade ainda jovens, sendo 70% homens e 30% mulheres. O número de pessoas que sobrevive da atividade chega a um milhão, sendo que a remuneração é díspar, com o Nordeste na pior colocação.

Outros aspectos que tiveram destaque durante o Painel 8 foram: (i) a remuneração de catadores como prestadores de serviços; (ii) o protagonismo dos catadores na gestão de resíduos sólidos; e (iii) o projeto de lei sobre a aposentadoria especial para catadores.

Painel 9
Política Nacional de Resíduos Sólidos e Economia Verde: oportunidades de negócios

Temas
Incentivos econômicos e viabilidade de negócios. Criação de empregos e oportunidades de empreendedorismo. Financiamentos e formas de fazer negócio. Fabricação e manutenção de equipamento e peças para logística e reciclagem. Influência na macroeconomia. Produção e consumo sustentável e as adaptações da indústria. Prestação de serviços ambientais.

Presidente da Mesa
Sra. Denise Hamu – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
Expositores
Guilherme Cardoso – Chefe de Divisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Glenn Peebles – Consultor do Banco Fator
Georg Frug Hocheimer – INRE
Debatedores
Jorge Abrahão – Instituto Ethos
Maurício Messias – Banco do Brasil

Conclusões
Mariana Meirelles – Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
Relator
Fernando Lyrio – Ministério do Meio Ambiente

O Painel 9 tratou da Economia Verde como uma economia cujo objetivo é atender a peculiaridades específicas de cada grupo, região ou nação, visando prover oportunidades para melhor qualidade de vida. Foi frisado que a implantação sustentável da PNRS requer regulações e planos especcíficos, assim como parcerias entre governos federal, estaduais, municipais, organizações não governamentais, universidades e o setor empresarial.

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou a necessidade de respostas inovadoras e de curto prazo para os graves problemas que o Brasil enfrenta para implementação da PNRS, que reflete a necessidade de um novo caminho de desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que incorpore a proteção ambiental, a inclusão social e o crescimento econômico. A Ministra enfatizou a necessidade de uma nova ótica econômica, com novas lógicas financeiras, a retirada de dogmas e a adoção de caminhos criativos e inclusivos.

Foram apresentadas informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre as linhas de financiamento para projetos de gestão de resíduos sólidos, reciclagem e logística reversa na área de destinação final, coleta, tratamento e reaproveitamento de resíduos, além de instrumentos para apoiar diferentes modelos de negócios nos setores de resíduos e saneamento.

Foi dito ainda que, com a PNRS, o Brasil inicia a modernização na gestão de resíduos sólidos e estima-se que o potencial de mercado seja de quatro a cinco vezes o faturamento de R$ 22 bilhões obtido em 2012, com papéis importantes reservados ao setor privado e ao capital de risco na promoção do desenvolvimento do setor. Para tanto, é essencial que haja incentivos econômicos para apoiar os comportamentos que a PNRS objetiva, com a valorização econômica do lixo.

Painel 10
Resíduos Sólidos no meio rural

Temas
Os resíduos sólidos no meio rural e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Soluções tecnológicas sustentáveis para efluentes e dejetos de animais. Resíduos sólidos em áreas rurais, com terras indígenas e unidades de conservação e uso sustentável.

Presidente da Mesa
Adão Unirio Rolim - Prefeito do Município de São Gabriel do Oeste/MS
Expositores
Regina Helena Rosa Sambuichi - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Ivan Bergier - Embrapa Pantanal/MS
Bruno Walter Caporrino - Reserva Extrativista/Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Debatedores
Roberto Nascimento – Secretário representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)
Antoninho Rovaris – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Roberto Marazi – Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)

Conclusão
Paulo Guilherme Francisco Cabral – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do Ministério do Meio Ambiente
Relator
Roseli Andrade – Ministério do Meio Ambiente

O Painel 10 tratou do resíduo gerado no meio rural, que possui a peculiaridade de ser reutilizado como adubo, fertilizante e fonte de energia. Foi dado destaque ao papel de comunidades que historicamente vivem no campo e nas florestas e contribuem com a preservação do meio ambiente, mas que, da mesma forma que a população urbana, precisam de soluções para a destinação de lixo.

Os números apresentados mostram o lado positivo - 95% das embalagens de agrotóxicos são recicladas – e o ponto negativo – 11 milhões de toneladas de lixo da área rural ainda não são recolhidas. Para os debatedores, faltam incentivos e políticas para o resíduo gerado na agroindústria, além de soluções para embalagens de medicamentos veterinários e de fertilizantes. Foi apresentado ainda o trabalho desenvolvido há mais de 30 anos pelos índios Wajãpi, no Estado do Amapá, que produzem tudo o que precisam e destinam corretamente o que sobra desse material.

Painel 11
Resíduos de alimentos: desperdício e combate à fome

Temas
Soluções ambientais e sociais economicamente viáveis envolvendo a participação da indústria de alimentos e supermercados, conectando os resíduos alimentares e seu aproveitamento no combate à fome, mediante tecnologias seguras.

Presidente da Mesa
D. Odilo Scherer – Cardeal Arcebispo de São Paulo
Expositores
Rosana Perroti - Plataforma Sinergia
Fabio Vitta – Pesquisador e diretor técnico Projeto FOME
Janusz Gawronski - CEO The Fleet Managment & CEO Missão Belém no Haiti
Debatedores
Maurício Groke – Presidente da Associação Brasileira de Embalagens (ABRE)
Pedro Luiz Fernandes – Presidente Regional da Novozymes América Latina
Rafael Lucchesi – Diretor Geral do Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/DN) e Diretor de Educação e Tecnologia Confederação Nacional da Indústria
Ives Muller – Sócio da Deloitte Touche e Tohmatsu
Nelson de Abreu Pinto – Presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTUR), Associação Brasileira das Entidades e Empresas de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (ABRESI) e (Sindidato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SINHORES)
Relator
Renato Saraiva - Ministério do Meio Ambiente

O Painel 11, que tratou dos resíduos de alimentos, desperdício e combate à fome, começou com a apresentação do relatório do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgado dia 16 de outubro de 2013. Os dados mostram o desperdício de 30% a 50% de tudo o que o mundo produz em alimentos, cujo destino são lixões, aterros sanitários e incineração, além de servir como alimento de animais.

Também foram apresentados dados da Organização das Nações Unidas (ONU), que indicam que o mundo gasta, por ano, cerca de R$ 534 bilhões na tentativa de amenizar o problema da fome, e a perda de alimentos chegaria à casa dos R$ 1,5 trilhão.

Outros destaques foram: (i) estimativas conservadoras apontam para 48,5 milhões de toneladas de grãos e cereais desperdiçados na produção, transporte e armazenamento no Brasil em 2012; (ii) nas residências, o desperdício seria de 30%; (iii) 70% da demanda por água vem da agricultura; (iv) uma em cada sete pessoas ainda padecem com a fome, quase 900 milhões de pessoas, num mundo que desperdiça metade da comida; e (v) 8.600 crianças morrem por dia em decorrência da fome em todo o mundo.

Painel 12
Gestão de Áreas Protegidas e resíduos sólidos

Temas
Tratamento e destinação dos resíduos sólidos gerados nas unidades de conservação e entorno. Papel das unidades de conservação como espaços de mobilização de capacidades técnicas e irradiação de boas práticas, mediante o envolvimento do poder público, organizações da sociedade civil e setor empresarial.

Presidente da Mesa
Roberto Vizentin – Presidente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Expositores
Jorge Pegoraro – Gestor do Parque Nacional do Iguaçu
Klinton Vieira Senra – Gestor da Estação Ecológica da Guanabara
Daniel Castro – Ex-Gestor da Área de Preservação Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba
Conclusão
Giovanna Palazzi – Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Relator
Roberto Vizentim – Presidente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

O Painel 12 tratou sobre os desafios para a redução de resíduos nas Unidades de Conservação (UC) e apresentou experiências de Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável em Fernando de Noronha (PE), Foz do Iguaçu (PR), Chapada Limpa (MA), Reservas Extrativistas do Pará, Delta do Parnaíba (PI) e reservas biológicas marinhas, com soluções que apontam para a gestão integrada e a parceria com municípios do entorno.

As experiências apresentadas foram representativas da diversidade de situações que envolvem o tratamento de resíduos sólidos nas Unidades de Conservação. As principais contribuições foram: (i) as UC devem ter coleta seletiva com lixeiras adequadas ao ecossistema local, com proteção contra o uso inadequado pela fauna; (ii) os resíduos devem ser separados, acondicionados racionalmente, coletados de forma separada e ter destinação final adequada; (iii) gestão participativa dos resíduos sólidos nas áreas protegidas; (iv) ações de informação, comunicação e marketing para promover o consumo consciente e a mudança de hábitos sobre os resíduos sólidos nas UC; (v) incentivo ao associativismo e cooperativismo nos empreendimentos econômicos solidários que reutilizam, reciclam e dão destinação final adequada aos resíduos sólidos; (vi) definição de estratégias específicas sobre o manejo do lixo das UC marinhas; e (vii) inserção das pequenas cidades e vilas nos programas de planejamento e gestão do manejo adequado dos resíduos sólidos nas áreas protegidas.

PROPOSTAS FINAIS

Eixo 1 – Produção e Consumo Sustentáveis

Proposta 1 – 514 votos

Garantir, desenvolver, articular e incentivar a criação e implementação de políticas públicas para:
a) valorizar e incentivar a prática de agricultura e pecuária familiar, produção sustentável de alimentos, de sistemas agroecológicos, artesanais e regionais, nas escolas, comunidades urbanas e rurais, indígenas e tradicionais, assentamentos e chácaras, bem como apoio a projetos de usinas de compostagem e implantação de viveiros de mudas nativas;
b) criar e implementar hortas comunitárias em escolas públicas, comunidades tradicionais e assentamentos rurais para ampliação da produção e consumo de produtos orgânicos e agroecológicos, assim como assegurar espaços para comercialização desses produtos a exemplo de feiras agroecológicas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE);
c) estimular a produção local e familiar de agricultura orgânica com desburocratização dos processos de inspeção a partir de práticas de economia solidária, articulando políticas públicas para a organização de hortas comunitárias valorizando a utilização de resíduos orgânicos em compostagem; e
d) viabilizar a utilização de água da chuva na produção de alimentos.

Proposta 2 – 434 pontos

Implantar os sistemas de coleta seletiva, de logística reversa e outros processos relacionados à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, respeitando: a) o credenciamento dos pontos de entrega voluntária (PEV) em locais estratégicos nas áreas urbanas e rurais, como operadores de logística reversa, incentivando e orientando à comunidade do entorno na separação dos resíduos para facilitar o trabalho das associações e cooperativas de catadores; b) a troca de bens usados por novos, bonificando o consumidor através de descontos; c) a divisão em regiões e distritos para a pré-seleção dos materiais recicláveis, orgânicos, e aqueles enquadrados na logística reversa serão recolhidos na pré-coleta e destinados a quem de direito pelo poder público, sendo que os rejeitos serão encaminhados para o aterro.

Proposta 3 – 246 votos

Fortalecer a participação dos governos municipais, estaduais e federal, da sociedade civil e da iniciativa privada em ações, projetos e campanhas relativas à produção e consumo sustentáveis por meio de:
a) destinação de recursos financeiros a projetos de coleta seletiva, campanhas de conscientização da população e empresários, educação ambiental formal e informal;
b) incentivo e monitoramento da redução do consumo de energia, de água e de geração de lixo;
c) incentivo à mudança de hábitos da população, para que haja adesão da sociedade às práticas de consumo sustentável;
d) aquisição de produtos ecologicamente corretos e sempre que possível homologados e certificados com um selo de certificação do produto/ serviço verde bem como do selo de produção sustentável.

Proposta 4 – 233 votos

Fomentar, inclusive com incentivos fiscais, a instalação de indústrias recicladoras, criando polos estaduais e territoriais de reciclagem com a contribuição de cooperativas e associação dos catadores.

Proposta 5 – 213 votos

Implantar usinas de compostagem, usinas de reciclagem e/ou biodigestores que atendam a zona urbana, unidades rurais de produção familiar e comunidades indígenas por meio da implementação do Programa Nacional de Apoio às Boas Práticas Agropecuárias voltadas para a sustentabilidade.

Proposta 6 – 210 votos
Reconhecer e garantir por parte do poder público, formas de produção, consumo e sustentabilidade socioambiental dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Proposta 7 – 189 votos
Regulamentar produtos para evitar e inibir a obsolescência planejada, aumentando o tempo de vida útil dos produtos, criando normas técnicas, garantindo também a compatibilidade de peças, reduzindo descartes e a geração de resíduos sólidos, e incluindo no Código de Defesa do Consumidor um sistema público de controle e regulamentação.

Proposta 8 – 185 votos
Garantir a ampliação de programas de regularização fundiária em todo o território nacional em terras onde ocorram empreendimentos de pequeno e médio porte, a fim de que estes tenham acesso a linhas de crédito para o beneficiamento dos resíduos gerados na sua produção com foco na produção e consumo sustentável.

Proposta 9 – 178 votos
Garantir recursos financeiros não reembolsáveis para pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de produção sustentável e produtos recicláveis em todos os segmentos industriais, com a participação de todos os envolvidos (setor produtivo, instituições de ensino, poder público e consumidores) fomentando a constituição de polos industriais regionais de desenvolvimento tecnológico para reciclagem de resíduos.

Proposta 10 – 171 votos
Efetivar a legislação de incentivos tributários e condicionar a liberação do habite-se ao projeto de edificações aprovado, com licenciamento ambiental, contemplando tecnologias sustentáveis para tratamento e destinação correta dos resíduos.

Proposta 11 – 157 votos
Inserir nas condicionantes do processo de licenciamento das empresas produtoras, importadoras, distribuidoras, revendedoras e comerciantes, o requisito de comprovação de logística reversa.

Proposta 12 – 156 votos
Incentivar, investir e realizar estudos sobre avaliação do ciclo de vida dos produtos comercializados, cadeia de reciclagem e logística reversa, bem como pesquisas científicas acerca de matérias primas alternativas em diversos setores visando a viabilização financeira de tecnologias sustentáveis voltadas para o beneficiamento de resíduos sólidos.

Proposta 13 – 154 votos
Criar incentivos fiscais para indústrias que possuem práticas sustentáveis comprovadas no processamento e comercialização de materiais reciclados, na coleta seletiva, na concessão de vantagens ao consumidor final na devolução de embalagens retornáveis nas revendas e no ecodesign de embalagens.

Proposta 14 – 146 votos
Propor, criar e estimular:
a) selos verdes, feiras solidárias, eventos em geral e espaços nos supermercados para comercialização dos produtos reciclados, por meio da criação de leis e incentivos fiscais nas três esferas de governo;
b) feiras de trocas, de produtos orgânicos, hortas comunitárias e artesanatos, por meio de políticas públicas específicas;
c) estruturação das feiras livres pelo poder público municipal, fortalecendo a produção local, garantindo coleta seletiva e compostagem;

d) a produção sustentável local, bem como sua promoção no mercado criando assim uma feira agroecológica;
e) a venda de produtos rurais direto do produtor, através da feira do produtor e programas de alimentação escolar (PNAE e PAA); e
f) banco de sementes crioulas e tradicionais para cada município.

Proposta 15 – 137 votos
Firmar parcerias entre os segmentos (poder público, empresários e sociedade civil) para fomentar, na instalação e manutenção de fábrica de beneficiamento total do pescado, o reaproveitamento dos resíduos na produção de ração animal e adubo orgânico, observada a legislação ambiental vigente, além de estimular processos de beneficiamento para gerar maior valor agregado aos produtos oriundos das atividades tradicionais.

Eixo 2 – Redução Dos Impactos Ambientais

Proposta 1 – 491 votos
Criar lei federal e/ou mudança na redação da Lei 12.305/2010, que proíba toda e qualquer incineração de resíduos sólidos, desde a incineração de resíduos domésticos até a incineração para geração de energia (termoelétrica), e todo e qualquer tipo de tratamento térmico, incentivando a implementação de tecnologias limpas para tratamento dos resíduos sólidos e geração de novos produtos, como a biodigestão (energia limpa) e compostagem para resíduos orgânicos.

Proposta 2 – 470 votos
Aprimorar a fiscalização, aplicar penalidades, fortalecer órgãos fiscalizadores, promover a gestão integrada de resíduos sólidos, combater crimes ambientais a partir das seguintes medidas:
a) criação de uma Agência Nacional de Resíduos Sólidos;
b) qualificação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente Estadual;
c) estruturar órgãos ambientais estaduais e municipais;
d) punição dos órgãos públicos por omissão ou favorecimento;
e) ações de destinação adequada de resíduos;
f) segurança e controle do retorno do medicamento à destinação final;
g) articulação obrigatória dos entes federados e definição do valor do serviço a ser pago ao catador;
h) fiscalizar ferros velhos, trabalho infantil, exploração de catadores;
i) queimadas e resto de podas;
) combater corrupção e crimes;
l) acompanhar o Plano Municipal de resíduos sólidos;
m) punição dos órgãos públicos por crime por omissão ou favorecimento; e
n) estabelecer medidas compensatórias proporcionais à ação de impacto ambiental.

Proposta 3 – 411 votos
Criação, instalação, ampliação, fomento e fiscalização de pontos (públicos) de coleta seletiva, ecopontos, ligados em redes e com compostagem, lixeiras ecológicas, centros de triagem em nível local, postos de entrega voluntária - PEV, e destinação de resíduos, bem como calendário de coleta regular, acompanhado de um programa de conscientização junto à população, nos bairros, municípios, nas escolas e universidades, em pontos estratégicos, em povoados, na zona urbana e rural, de forma a abranger a coleta de resíduos como: resíduos recicláveis, resíduos domiciliares recicláveis, óleo residual doméstico, compactação de veículos inservíveis, pneus, entulhos de obras e bens inservíveis, resíduos especiais, eletroeletrônicos, prevendo receitas oriundas do sistema de logística reversa, sob responsabilidade de prefeituras, instituições e empreendedores e com foco social.

Proposta 4 – 317 votos
Criar programa de crédito e apoio financeiro do governo federal e estadual para elaboração por consórcios intermunicipais públicos em parcerias com as redes de catadores, de estudos ambientais,

e de projetos para construção, operação, manutenção e execução de aterros sanitários, prevendo a capacitação da equipe local para sua operação e monitoramento, e a instalação da infraestrutura, levando em consideração as características geoambientais do local, além de recursos financeiros das secretarias de meio ambiente para viabilizar a efetivação do aterro sanitário e outros empreendimentos afins, bem como sua manutenção.

Proposta 5 – 310 votos

Aprovar leis e a implantação de planos territoriais de cadeias produtivas com projetos, parcerias da sociedade civil (especialmente instituições de ensino) e empresas para a construção, operação, manutenção de biodigestores nos meios rural e urbano, podendo ser agregados aos aterros sanitários para o reuso e reaproveitamento do potencial energético dos resíduos sólidos, visando a produção de biogás e utilização de seus subprodutos, fabricação de placas fotovoltaicas, painéis solares com garrafas pets e UTCs, gerando-se assim uma alternativa de energia limpa e mitigação de mudanças climáticas.

Proposta 6 – 281 votos

Estabelecer incentivos fiscais municipais, estaduais e federais, planos, políticas de desoneração de impostos, para empresas que: trabalhem com reaproveitamento de resíduos; comprovem melhoria no desempenho ambiental; realizem a coleta seletiva; estabeleçam metas de reciclagem continuada previstas em leis; práticas de redução e reaproveitamento; empreendedorismo na coleta seletiva; produtos biodegradáveis; compostagem; atividades sustentáveis adequadas à legislação ambiental; na redução de resíduos sólidos, poluentes ambientais e sua etapa pós-consumo através de tecnologias sustentáveis; além de incentivar indústrias de reciclagem; indústrias alimentícias que façam compostagem dos resíduos de alimentos; empresas que criem espaço de emprego e renda a partir da reciclagem; polos industriais com consórcios municipais; usinas de reaproveitamento de resíduos da construção civil; e na gestão de resíduos da saúde.

Proposta 7 – 218 votos

Proteger, preservar, monitorar e recuperar a quantidade e qualidade da água das nascentes, lençóis freáticos, córregos, lagos e mananciais, além da criação de políticas de preservação, agindo localmente com reflexão global, bem como pagar por serviços ambientais com a ampliação da legislação federal específica para o incentivo da preservação das nascentes e mananciais para a produção sustentável no meio rural.

Proposta 8 – 216 votos

Estimular técnicas de reutilização de resíduos da construção civil desenvolvendo produtos (como a fabricação de tijolos), incentivar a reciclagem/reutilização desses resíduos na construção civil, e técnicas que reduzam o uso de recursos naturais, criando uma legislação municipal que especifique e condicione a aprovação dos projetos construtivos, a aprovação do plano de gerenciamento da construção civil, bem como a emissão do habite-se à aprovação do relatório do referido plano.

Proposta 9 – 213 votos

Garantir que recursos provenientes de multas, e de compensação ambiental, também sejam aplicadas em projetos de gestão de resíduos sólidos dos próprios municípios impactados.

Proposta 10 – 203 votos

Incentivar fundo de fomento para criação de centros de referências e linhas de financiamento às pesquisas e estudos voltadas para:
a) diagnóstico, prognóstico sobre os resíduos sólidos em áreas urbanas e rurais;
b) estudos de tecnologias alternativas para o beneficiamento e redução de resíduos sólidos em aterros, geração de energia e produção de adubos orgânicos, entre outros;
c) ciclo de vida dos resíduos sólidos financiados por fundos arrecadados juntos as próprias empresas geradoras.

Proposta 11 – 175 votos
Criar incentivos, aumentar o repasse, incentivos fiscais, bônus fiscais, desconto nos impostos municipais, redução nas taxas de lixo e IPTU:
a) para as residências que promoverem a coleta seletiva domiciliar e entrega de materiais recicláveis aos Pontos de Entrega Voluntária - PEV;
b) para os moradores dos bairros que participarem efetivamente dos programas de coleta;
c) para as residências que separarem corretamente seus resíduos e participarem de campanhas de coleta seletiva e multar as que não separarem de maneira adequada;
d) para municípios que implementem políticas ambientais garantindo ampliação e implementação da coleta seletiva, atendendo as comunidades ribeirinhas, rurais e indígenas;
e) para programas de coleta seletiva nos órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa, setor empresarial e demais segmentos da sociedade, envolvendo a constituição de cadeias produtivas de reciclagem e reutilização, acordos setoriais de logística reversa e utilização de embalagens biodegradável/reciclável.

Proposta 12 – 173 votos
Estabelecer controle na importação e comercialização de produtos sujeitos a logística reversa mediante a comprovação do cumprimento de suas obrigações estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos evitando o descarte inadequado e aprimorar o combate à entrada e comercialização dos produtos falsificados.

Proposta 13 – 165 votos
Implantar e implementar a criação de Órgãos Executivos Municipais de Meio Ambiente com seus respectivos conselhos, planos e fundos, como obrigatoriedade, garantindo e destinando 5% do orçamento da União, Estados/ Distrito Federal e municípios para implementação das políticas públicas ambientais.

Proposta 14 – 158 votos
Não prorrogar, por parte dos governos federal e estadual, os prazos definidos na política nacional e estadual de resíduos sólidos, e que os próximos prazos de novos programas a serem estabelecidos sejam coincidentes com os mandatos municipais.

Proposta 15 – 147 votos
Fornecer transparência no diálogo da sociedade civil organizada com o poder público e usuários de água, visando à educação e sensibilização sobre o problema do lixo marinho e nos demais corpos hídricos, criando diretrizes para as parcerias entre o corpo técnico do governo e os tomadores de decisão, com direcionamento de esforços para combater o lixo marinho, além de estabelecer incentivos fiscais, financeiros e creditícios aos municípios e instituições organizadas que promovam a redução dessa poluição.

Eixo 3 – Geração de trabalho, emprego e renda

Proposta 1 – 562 votos
Garantir recursos financeiros para que os municípios e Distrito Federal tenham condição para que as cooperativas/ associações de catadores de materiais recicláveis executem o trabalho de coleta seletiva, triagem e educação ambiental nas regiões de sua localização, com a devida remuneração pelo poder público, disponibilizando espaços físicos para as suas instalações e ecopontos.

Proposta 2 – 242 votos
Alterar a legislação de forma a proibir a incineração de resíduos sólidos passíveis de reciclagem, reutilização e/ ou reaproveitamento de forma a garantir a continuidade da geração de emprego e renda dos catadores (as) de material reciclável.

Proposta 3 – 226 votos
Criar linha de crédito ou incentivo fiscal específico e benefícios fiscais para atender cooperativas, associações e suas estruturas, beneficiando a implantação de pequenas e médias empresas de reciclagem e diminuição de burocracia, além de linha de créditos junto a bancos públicos e privados, créditos dos órgãos governamentais para catadores, cooperativas e associações e para as prefeituras, destinando recursos para a compra de terrenos, centros de triagem, infraestruturas e equipamentos às associações/ cooperativas.

Proposta 4 – 210 votos
Construir um plano nacional de desenvolvimento da indústria da reciclagem popular de acordo com as potencialidades regionais, sobre a ótica da autogestão, protagonizado por cooperativas e associações formadas exclusivamente por catadores como forma de garantir a geração de trabalho e real distribuição de renda.

Proposta 5 – 195 votos
Garantir políticas públicas de mercado dos produtos recicláveis com dotação de preços mínimos e incentivos fiscais.

Proposta 6 – 190 votos
Garantir a sustentabilidade das cooperativas e associações a partir da regularização fundiária, construção de galpões, disponibilização de equipamentos, exigindo cumprimento da coleta seletiva municipal para permitir o acesso de prefeituras aos recursos da União para obras ligadas à gestão de resíduos sólidos por meio da coleta seletiva solidária, garantindo que as associações e cooperativas de catadores, via decreto, sejam os organismos responsáveis pela coleta seletiva porta a porta, garantindo apoio financeiro para a sua estruturação.

Proposta 7 – 165 votos
Garantir a capacitação e qualificação continuada em todo território nacional dos profissionais das cooperativas de materiais recicláveis, seus familiares e de toda a cadeia produtiva de resíduos sólidos, promovendo também a inclusão deste público em instituições de ensino técnico e superior com objetivo de fomentar a sustentabilidade dos mesmos no mercado, retirando-os da vulnerabilidade, promovendo a inclusão social.

Proposta 8 – 137 votos
Apoiar e fortalecer as cooperativas de catadores de recicláveis a partir de parceria com o poder público e privado enfatizando:
a) verticalização da cadeia produtiva, através de convênios que atendam as necessidades sociais, econômicas e trabalhistas dos catadores, para minimizar os problemas ambientais provocados pelos resíduos;
b) assistência jurídica, formação/ capacitação técnica e apoio em infraestrutura (galpões, máquinas e equipamentos necessários) atuação nas áreas urbanas e rurais.

Proposta 9 – 128 votos
Fortalecer, apoiar, promover e estimular a criação, estruturação e o funcionamento de cooperativas e associações de catadores nos municípios, para o gerenciamento eficiente de resíduos recicláveis, visando a inclusão social, com oferta de subsídios, capacitação e assessoria técnica dos cooperados, para a ampliação da coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos.

Proposta 10 – 126 votos
Capacitação e formação profissional de catadores, incluindo: alfabetização, renda mínima e digna, locomoção, campanhas educativas, estadia para cursos de capacitação e tecnológicos, formalização e profissionalização da atividade de catador, melhoria das condições de trabalho - como fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) na coleta de resíduos sólidos.

Proposta 11 – 111 votos
Estruturar, criar ou redefinir o modelo de transferência de recursos para investimentos na gestão de resíduos sólidos, além de reestruturação dos Fundos Nacional e Estaduais de Meio Ambiente, na perspectiva de assegurar repasse de recursos financeiros para os municípios que tenham Secretaria e Conselho Municipal de Meio Ambiente, repassando um percentual do ICMS Ecológico para as políticas municipais de resíduos sólidos, dentre outras ações, criando escolas de capacitação para a sustentabilidade.

Proposta 12 – 106 votos
Promover a valorização social e governamental dos catadores como prestadores de serviços de utilidade pública, com remuneração e direitos garantidos, assegurando ou regularizando a Previdência Social (INSS) para os catadores, isentando as cooperativas do recolhimento, mas garantindo os benefícios da União.

Proposta 13 – 101 votos
Implantar programas de qualificação técnica, formação, educação ambiental para promover a produção de artesanato, brinquedos e móveis simples por meio do uso dos recursos da floresta, material reciclável e reutilizável, com comunidades tradicionais e artesãos, gerando novos produtos e renda dentro do município, além da criação de um espaço de comercialização e de divulgação dos produtos, envolvendo infraestrutura e logística para a produção e comercialização por meio de feiras e cursos de artesanato, além da criação de ateliês, oficinas de arte, viáveis ambiental, social e economicamente.

Proposta 14 – 99 votos
Valorizar a reciclagem de materiais de baixa rentabilidade, dando incentivo à coleta e reciclagem de material com baixo valor agregado, incluindo a utilização de material reciclável na produção industrial (fomentando a elevação do valor agregado aos materiais), com especial atenção para regulamentação da coleta do óleo vegetal, madeira, isopor, borracha vulcanizada e outros.

Proposta 15 – 96 votos
Isenção de ICMS para cooperativas e catadores, além de revisão da nova lei do cooperativismo que onera as cooperativas com carga tributária elevada.

Eixo 4 – Educação Ambiental

Proposta 1 – 262 votos
Criar e implantar políticas de educação ambiental, conscientização e sensibilização sobre reciclagem e resíduos sólidos, em âmbitos nacional, estadual e municipal, que:
a) incentive domicílios e empresas na diminuição da geração de resíduos;
b) divulgue a ideia da coleta seletiva através de práticas sustentáveis;
c) crie condições para que os agentes de saúde e outros segmentos profissionais, comunidades tradicionais e povos indígenas sejam protagonistas na ação prática de educação ambiental da PNRS;
d) envolva as associações de moradores;
e) garanta o desenvolvimento de programas de coleta seletiva solidária e sua expansão em todo o município;
f) distribua coletores de lixo em logradouros públicos;
g) dissemine a cultura da reciclagem e sua importância social;
h) determinem que empresas de coletas e transporte as utilizem.

Proposta 2 – 261 votos
Implantar Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) nas secretarias municipais e estaduais de educação e meio ambiente e desenvolver programas de formação continuada dos professores das escolas municipais e estaduais na área de educação ambiental e gestão de resíduos sólidos, em parceira com as instituições públicas e privadas, ao mesmo tempo, garantindo no PPP e PPA escolar

ações socioeducativas voltadas para a gestão de resíduos sólidos e a conscientização da comunidade escolar tais como: oficinas, cursos, seminários e ações culturais.

Proposta 3 – 240 votos
Criar e implementar Planos Municipais de Educação Ambiental - PMEA, em parceria com os órgãos públicos, sociedade civil e instituições de ensino:
a) vinculando o repasse de recursos do Governo Federal aos Municípios que possuem o Plano;
b) em que as edificações das escolas públicas tenham caráter sustentável;
c) fortalecendo a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Proposta 4 – 219 votos
Implantar e garantir a Política de Educação Ambiental, para:
a) sensibilizar a sociedade sobre a importância das práticas sustentáveis que contribuam para repensar, reduzir, retornar, reciclar e reutilizar;
b) promover a formação para professores da rede de ensino e formação de multiplicadores para a educação formal e não formal;
c) priorizar o texto estabelecido no Art. 7º da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
d) referendar normativas legais, ferramentas e exemplos práticos da temática "produção e consumo sustentáveis", além de desenvolver educação ambiental continuada para diminuir o impacto ambiental, agindo para conservação e preservação do meio ambiente.

Proposta 5 – 211 votos
Tornar obrigatório a disciplina de educação ambiental ou do meio ambiente no regimento escolar público e privado de forma convencional, iniciando nos primeiros anos da formação, ensino fundamental, médio e superior, em âmbito municipal, estadual e federal, para formação da conscientização ambiental dos educandos, priorizando o futuro do cidadão.

Proposta 6 – 204 votos
Destinar 5% dos 75% que serão investidos em educação, oriundos dos royalties do Pré-sal, para a educação ambiental.

Proposta 7 – 200 votos
Fortalecer financeiramente e institucionalmente as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA), enquanto espaço agregador de segmentos sociais, socializador de conhecimento e ações em educação ambiental, com participação e controle social.

Proposta 8 – 195 votos
Fomentar políticas públicas de educação ambiental que garantam e apoiem a formação e a capacitação continuada de professores e profissionais da educação, desenvolvendo trabalho integrado na família e comunidade, compreendendo temas relacionados aos resíduos sólidos, seguindo as orientações do projeto político pedagógico e estabelecendo parcerias com entes federados.

Proposta 9 – 184 votos
Implantar a educação ambiental e campanhas específicas para a zona rural visando:
a) a educação e conscientização ambiental;
b) a transição progressiva de agrotóxicos para orgânicos;
c) o correto descarte de resíduos gerados;
d) o fortalecimento da logística reversa;
e) o gerenciamento dos resíduos sólidos e a coleta seletiva, fiscalizada por órgãos competentes;
f) o recolhimento dos resíduos separados, a ser realizado pela prefeitura; e
g) visitas do órgão público municipal ao campo rural.

Proposta 10 – 179 votos
Tornar obrigatória a promoção da educação ambiental, através de campanhas que envolvam as instituições públicas e privadas, a sociedade civil e o setor empresarial, com campanhas informativas e a sensibilização sobre a redução dos impactos ambientais, consumo sustentável, a coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos (com prioridade para educadores, pais, responsáveis, agentes ambientais e catadores), garantindo a democratização das informações ambientais e políticas no cotidiano por meio dos veículos de comunicação convencionais, alternativas inclusivas e eventos em geral.

Proposta 11 – 177 votos
Elaborar e implementar programas, planos e projetos de educação ambiental na gestão de resíduos sólidos, a partir da execução de campanhas de curto, médio e longo prazo, para a sensibilização e educação ambiental envolvimento de comunidades tradicionais, povos indígenas, agentes públicos da área de saúde, educação e demais profissionais que trabalham diretamente nos núcleos urbanos e rurais nos municípios e nos Estados, nos bairros, escolas, universidades públicas e privadas, nas empresas, nos órgãos governamentais, não governamentais, para fins de disseminação e fortalecimento de conceitos e ações para a prática da coleta seletiva dos resíduos sólidos, com fins de reutilização e reciclagem, despertando-os também para a limpeza pública e para a conservação do meio ambiente, divulgando em todos os meios de comunicação, em parceria com as secretarias de meio ambiente, municipais e estaduais, bem como o IBAMA, criando a comissão de educação ambiental nos municípios, Estados e União, para o reaproveitamento, reciclagem e destinação apropriada dos resíduos sólidos, contemplando as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Proposta 12 – 171 votos
Destinar os recursos do Fundo do Ministério do Meio Ambiente, para os Fundos Municipais, no intuito de favorecer as atividades em Educação Ambiental.

Proposta 13 – 171 votos
Garantir o fortalecimento da gestão ambiental dos municípios, mantendo o programa de qualificação continuada através da capacitação técnica de servidores, gestores públicos, catadores e demais setores da sociedade civil, para trabalhar com educação ambiental, com carga horária mínima de 20 horas, formando agentes multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos, com a obrigatoriedade da implantação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos para cada órgão da administração pública direta e indireta, com apoio de uma equipe permanente oriundo das secretarias de meio ambiente e/ou órgãos competentes.

Proposta 14 – 170 votos
Instrumentalizar o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente como estratégia para o fortalecimento da política nacional de educação ambiental, da política nacional de resíduos sólidos e o empoderamento da juventude.

Proposta 15 – 163 votos
Elaborar e promover programas e campanhas de educação ambiental que incluam saberes e costumes, respeitando a cultura local de comunidades tradicionais, povoados, comunidades ribeirinhas, povos indígenas e extrativistas, assegurando métodos de educação ambiental, voltadas para: a) a importância da agricultura sustentável e o uso adequado dos recursos naturais; b) a sustentabilidade e aproveitamento dos recursos; e c) o fortalecimento da separação e da coleta seletiva.

CARTA DA 4ª CNMA

CARTA DA IV CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE EM DEFESA DA CONSOLIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Ministra Izabella Teixeira convocou, para os dias 24 a 27 de outubro de 2013, a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente para discutir a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentro da perspectiva do Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social. Na abertura da Conferência, a Ministra ressaltou os importantes avanços obtidos em defesa do meio ambiente destacando o ponto de vista do governo federal de que a questão ambiental não pode ser tratada isoladamente. O desenvolvimento sustentável com inclusão social se compõe dos eixos econômico, social e ambiental. Por isto, o combate à pobreza, o desenvolvimento com a distribuição de renda e a defesa do meio ambiente são dimensões interligadas.

Na fase anterior à Conferência Nacional foram realizadas 643 Conferências Municipais, totalizando 3.652 municípios mobilizados, correspondendo a 65,61% dos municípios brasileiros. Foram realizadas 26 Conferências Estaduais e uma no Distrito Federal; 224 Conferências Livres e uma Conferência Virtual, reunindo mais de 200.000 pessoas. Compuseram a Conferência 1.352 delegados (as), na maior Conferência Ambiental realizada no Brasil.

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis foram participativos em todos os debates sobre a gestão dos resíduos sólidos, mediante a sua experiência, fundamentais ao sucesso da 4ª CNMA. Nas Conferências que antecederam a Conferência Nacional, representantes da Sociedade Civil, Empresários e Governos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e do governo Federal, debateram propostas agrupadas nos quatro eixos previamente propostos. Este processo contou com a participação de trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais e terreiros. No final do processo foram aprovadas e encaminhadas à deliberação da IV CNMA 3.585 propostas.

Dentre as importantes decisões adotadas pela Conferência pode-se destacar, no Eixo da Produção e Consumo Sustentável, a aprovação de ações voltadas para a produção de alimentos sustentáveis e segurança alimentar; no Eixo da Redução dos Impactos Ambientais, a coleta seletiva e a compostagem orgânica dos resíduos; no Eixo Geração de Trabalho Emprego e Renda, a defesa do trabalho decente, a destinação de recursos e investimentos em cooperativas de materiais recicláveis e a desoneração tributária das cooperativas e no Eixo da Educação Ambiental a capacitação de agentes e professores de educação ambiental e o fortalecimento das comissões interinstitucionais de educação ambiental.

Expressando a busca do avanço na construção do desenvolvimento sustentável com inclusão social foram aprovadas moções de grande significado, tais como realização da Conferência Amazônia Sustentável, a participação dos catadores no CONAMA, a maior participação dos jovens nas próximas Conferências do Meio Ambiente e que o término dos lixões deva ocorrer de forma articulada com a criação de condições para a sobrevivência dos catadores.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é altamente positiva e corresponde aos avanços dados pelo governo federal na política ambiental. A IV Conferência, com suas decisões, contribui com o avanço para a aplicação desta política. A Coordenação da IV CNMA manifesta a sua convicção no compromisso de todos os segmentos participantes da Conferência com a aplicação de seus resultados. E conclama o povo brasileiro para contribuir com a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tão importante para a saúde do nosso povo e o aproveitamento econômico dos materiais recicláveis.

Brasília, 27 de outubro de 2013.
Coordenação da IV CNMA

MOÇÕES

Segundo o Regulamento Interno da Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, as Moções foram apresentadas junto à Secretaria Geral da 4ª CNMA até às 18h do dia 26 de outubro de 2013, em formulário próprio, disponível no local do credenciamento. Para serem acolhidas, as Moções estavam assinadas por no mínimo 10% dos delegados credenciados, sendo que moções assinadas por 50% + 1 dos delegados foram automaticamente aprovadas. As demais Moções foram enviadas para aprovação da maioria da Plenária da 4ª CNMA. Como documentos produzidos e aprovados pelos delegados nacionais inscritos na 4ª CNMA, as Moções foram transcritas sem qualquer modificação.

MOÇÃO DE APOIO Nº 01

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Escola São Vicente de Paula
Proponente: Aldenir de Araújo Saraiva
Número de assinaturas: 208
Conteúdo da moção: Para que a mídia e fabricantes de pilhas e baterias divulguem campanhas de incentivo e formação à população brasileira quanto à devolução de pilhas e baterias aos fornecedores e fabricantes. Que estes resíduos tragam nas suas embalagens informações mais nítidas e sensibilizadoras.

MOÇÃO DE APOIO Nº 02

Destinatário: Comissão Nacional para a 4ª CNMA
Entidade/Instituição Proponente: COSEMMA-NF (Conselhos de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Noroeste Fluminense)
Proponentes: Flávio Gonçalves de Souza e Alinne Silva e Silva Severo
Número de assinaturas: 201
Conteúdo da moção: É com muita honra que solicito esta moção em nome dos Conselhos de Secretários de Meio Ambiente do Noroeste Fluminense – RJ à Comissão Organizadora da 4ª CNMA, que a mesma receba o ofício COSEMMA-NF n° 10/2013 (em anexo) e encaminhe a Ministra de Estado do Meio Ambiente.
Em anexo ofício n° 10/2013, apoio às Prefeituras municipais do Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e fortalecimento de COSEMMA-NF.

MOÇÃO DE APOIO Nº 03

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Instituto Nacional de Pesquisas e Defesa do Meio Ambiente (INMA)
Proponente: Aldo Arantes
Número de assinaturas: 354
Propomos a realização de uma Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia no primeiro semestre de 2014, com o objetivo de identificar os problemas, potencialidades e caminhos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, ouvindo os diversos segmentos da sociedade entre os quais os trabalhadores, ribeirinhos, índios, empresários e autoridades locais, adotando como referência do debate o Plano Amazônia Sustentável (PAS).

MOÇÃO DE APOIO Nº 04

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Sindicato dos Servidores Públicos de M. Nova – Ceará.
Proponente: Sérgio Ricardo Maia Isaias
Número de assinaturas: 133
Conteúdo da moção: Solicitar ao MMA a realização do 2º Encontro Nacional de Colegiados Ambientais

(ENCA), como forma de fortalecer a política de intervenção e capacitação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.
Brasília, 25/10/2013

MOÇÃO DE APOIO Nº 05

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Sindicato dos Servidores Públicos de M. Nova – Ceará
Proponente: Sérgio Ricardo Maia Isaias
Número de assinaturas: 134
Conteúdo da moção: Visando viabilizar os municípios brasileiros para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Governo Federal deverá através do MMA, do Ministério das Cidades e/ou parceiros financeiros, destinar recursos para construção dos aterros sanitários consorciados do Brasil.
Brasília, 25/10/2013

MOÇÃO DE APOIO Nº 06

Destinatário: Governo (Ministério do Meio Ambiente / Receita Federal)
Entidade/Instituição Proponente: Conferência Virtual de São Carlos – SP
Proponente: Luiz Antônio Vieira Spinola
Número de assinaturas: 121
Imposto Roxo (ou redirecionar impostos existentes)
Conteúdo da moção: Criar o Imposto Roxo sobre produtos e serviços não-essenciais a ser direcionado exclusivamente à recuperação, preservação e educação ambiental, especialmente na construção de aterros sanitários, usinas de reciclagem e compostagem, recuperação de rios, nascentes, mangues e mares, reflorestamentos e educação ambiental para uma drástica redução do consumo.

MOÇÃO DE APOIO Nº 07

Destinatário: Gabinete da Ministra de Meio Ambiente e Coordenação Executiva da Conferência Nacional do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Delegação Maranhense na 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente
Proponente: José Ronald Boueres Damasceno (Delegado do Maranhão)
Número de assinaturas: 124
Conteúdo da moção: Moção de Apoio à realização de eleições democráticas para o CNRH e CONAMA durante Conferências Nacionais de Meio Ambiente.
Nós, Delegados e Delegadas da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada durante os dias 24 a 27 de outubro de 2013, em Brasília/DF, vimos através desta apresentar nosso apoio à realização de eleições democráticas para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselho Nacional de Meio Ambiente durante a realização das próximas Conferências Nacionais do Meio Ambiente, por entendermos que a Conferência Nacional do Meio Ambiente é, no momento, a instância política mais democrática e legítima que permite a participação de todos os segmentos que atuam junto à Política Nacional de Meio Ambiente, diferentemente do atual processo eletivo em vigor que tem sido excludente com algumas regiões nacionais e, portanto, não representando legitimamente as reais aspirações do povo brasileiro, aqui representados pelos seus segmentos sociais e governamentais distribuídos neste Brasil, que precisa ser de todos nós!

MOÇÃO DE APOIO Nº 08

Destinatário: Gabinete da Ministra do Meio Ambiente, Coordenação Executiva Nacional de Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Delegação de Maranhenses da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente
Proponente: José Ronaldo B. Damasceno
Número de assinaturas: 117 assinaturas

Moção de apoio a realização das próximas Conferências Nacionais de Meio Ambiente de forma itinerante e alternada por Região Nacional.
Nós delegados e delegadas da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada de 24 a 27 de outubro de 2013, em Brasília/DF, vimos através desta, apresentar nosso apoio a realização das próximas conferências nacionais de meio ambiente de forma itinerante e alternada por região nacional, por entendermos que as deliberações de cada Conferência Nacional de Meio Ambiente precisam refletir a linguagem do povo brasileiro, e ganhar visibilidade da base dos segmentos aqui representado, na luta pela implantação e implementação das diretrizes da política nacional aprovadas pelos delegados e delegadas de Brasil, que precisa ser de todos nós!

MOÇÃO DE APOIO Nº 09

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente e Presidência da República
Entidade/Instituição Proponente: Polícias Militares Ambientais
Proponente: Polícias Militares Ambientais
Número de assinaturas: 170
As polícias ambientais, desde 1920, de forma anônima, vêm desenvolvendo atividades de proteção à natureza. Em todos os estados da federação existem segmentos das polícias ambientais que desenvolvem ações de educação ambiental, o que tem contribuído muito na disseminação da cultura ecológica e no esclarecimento da sociedade brasileira para a busca do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
Estes trabalhos educativos são realizados junto aos mais variados segmentos sociais, porém quando da edição da Política Nacional de Educação Ambiental e da criação do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que reúne os representantes dos mais variados segmentos da sociedade, não fomos inseridos neste colegiado.
Estamos buscando teu apoio para esta moção:
"Dar assento ao representante nacional das polícias ambientais, no Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental".

MOÇÃO DE APOIO Nº 10

Destinatário: Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: "Amigos do Xopotó"
Proponente: Gevânia Aparecida Silveira Namorato (Diretora de Meio Ambiente de Visconde do Rio Brando – MG e membro dos "Amigos do Xopotó"). Contato: meioambiente@viscondedoriobranco.mg.gov.br; gevania13@gmail.com; 32-3559-1951; 32-8879-4650
Número de assinaturas: 171
De forma recorrente, em época de cheia, os municípios da bacia do Xopotó, afluente da bacia do Paraíba do Sul, localizada na região centro-oeste da Zona da Mata mineira, abrangendo os municípios de São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Guiracema, Ervália, Divinésia, Ubá, Rodeiro, Astolfo Dutra, Guidoval sofrem alagamentos com significativos prejuízos econômicos e inclusive, perdas de vidas humanas. Representantes do Meio Ambiente destes municípios já se mobilizam no sentido de discutir e implantar medidas e ações para atuarem neste cenário, dentre as ações, a de regularização do regime hídrico desta bacia.
Neste contexto, faz-se necessário o somatório de forças, envolvendo órgãos do Governos, dentre estes, o Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente para disponibilizarem recursos humanos, técnicos e financeiros para que este problema seja resolvido e os riscos minimizados, ocasionados principalmente pela ocupação irregular de suas margens, dentre outros.

MOÇÃO DE APOIO Nº 11

Destinatário: Governo Federal
Entidade/Instituição Proponente: Delegados do estado do Ceará
Proponente: Delegada Adriana Araújo C. R. S. Jorge
Número de assinaturas: 162

Criação do Fórum Permanente dos Delegados (as) da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente – CNMA, com o objetivo de acompanhar o processo de legitimação das propostas aprovadas na 4ª CNMA. Sendo instalado em cada estado do Brasil, acompanhada da institucionalização das Conferências Nacionais do Meio Ambiente.

MOÇÃO DE APOIO Nº 12

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Coletivo Jovem de Meio Ambiente
Proponente: Romário Souza
Número de assinaturas: 176
Instrumentalizar o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente como estratégia para fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, empoderando as juventudes a se engajarem nos processos de participação e controle social no Brasil.

MOÇÃO DE APOIO Nº 13

Destinatário: Presidência da República, Congresso Nacional, MMA.
Entidade/Instituição Proponente: Associação de Pescadores e Pescadoras de Macaú/RN
Proponente: Francisco Cláudio da Costa
Número de assinaturas: 154
Considerando que os Fundos de Meio Ambiente têm como missão contribuir, como agente financiador, por meio da participação social, para a implementação da PNMA;
Considerando a necessidade de serem fortalecidos como referência na seleção de projetos através de um processo transparente e democrático;
Considerando que devem possuir um Conselho Deliberativo, composto por representantes do Governo e da Sociedade Civil;
Considerando que os estudos realizados pela Petrobrás e ANP, identificaram a ocorrência de grandes reservatórios de petróleo e gás natural, abaixo de uma camada de sal (Pré Sal);
Considerando que a província do Pré Sal é uma grande riqueza natural e que o Estado brasileiro está diante de enormes desafios para explorá-la de forma coerente e em benefício de toda sociedade;
Considerando que a exploração do Pré Sal resultará em impactos ambientais negativos aos ecossistemas, exigindo a adoção de medidas de correção, mitigação ou compensação.
Vem requerer que, do montante de "royalties" recolhidos das atividades de extração de petróleo no Pré Sal, 10% sejam repassados aos fundos ambientais nacional, estaduais e municipais, na proporção de 2% para o FNMA, 3% para os fundos estaduais e 5% para os fundos de meio ambiente municipais, em municípios cujos sistemas de meio ambiente estejam implantados e em funcionamento.

MOÇÃO DE APOIO Nº 14

Destinatário: Polícia Civil do Estado do Paraná, MP do Estado do Paraná, Governo do Estado do Paraná
Entidade/Instituição Proponente: Fórum do Movimento Ambientalista do Paraná
Proponente: Juliano Bueno de Araújo
Número de assinaturas: 147
Conteúdo da moção: Os membros Delegados da 4ª CNMA, requerem continuidade das investigações:
Em 24/04/2011 ocorreu no estado do Pará a chacina de 5 bravos ambientalistas do estado do Paraná, com a morte bárbara dos ambientalistas da ONG APPAM – Associação Paranaense de Preservação Ambiental do Rio Iguaçu e Serra do Mar, onde foram tragicamente mortos, à recordar – o grande defensor das águas do Brasil, o ambientalista Jorge Grando e os ambientalistas Albino Eliseu da Silva, Gilmar Reinert, Valdir Vicente Lopes e Antônio Luis Carvalho Grando.
Esta ONG – APPAM, associada da FEPAM – Federação Paranaense de Entidades Ambientalistas, sendo inclusive uma de suas fundadoras, com mais de 30 anos de militância na área ambiental. Jorge

Grando foi o criador do Dia do Rio, comemorado em 24 de novembro. Até o presente, as investigações não identificaram os "algozes" deste bárbaro crime, onde aqui requeremos a intensificação das investigações, em especial sobre a indústria imobiliária que pressionava áreas de proteção, defendidas na APPAM.

MOÇÃO DE APOIO Nº 15

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Rede das Agendas 21 de São Paulo
Proponente: Ana Soraya Nascimento (RG-14.549.803-6)
Número de assinaturas: 181
Conteúdo da moção: Nós, delegadas e delegados da 4ª CNMA, representantes de todos os segmentos e unidades da federação, ressaltamos a importância do trabalho desempenhado por Geraldo Abreu na condução da conferencia nacional de meio ambiente desde 2007 e por isso reconhecemos:

- sua importância na coordenação do Departamento da Conferência dentro do MMA;
- seu desempenho na condução da 3ª CNMA;
- sua contribuição fundamental na 1ª Conferencia de Saúde Ambiental;
- sua luta para que as deliberações das conferências anteriores fossem implementadas como políticas públicas; e
- sua capacidade de diálogo e interlocução com os mais diversos setores da sociedade, o que é de fundamental importância para a materialização da 4ª CNMA, bem como a institucionalização da Conferencia e pela sustentação da permanência do Departamento da Conferencia dentro do MMA.

Por isso, nós abaixo assinados e declaramos total apoio a Geraldo Abreu.

MOÇÃO DE APOIO Nº 16

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Tô de Alta
Proponente: Jussara Ferreira (Coordenadora do Tô de Alta)
Número de assinaturas: 279
Conteúdo da moção: Que a educação ambiental seja item prioritário nas reuniões dos Conselhos locais de saúde, visando a coleta seletiva dos resíduos da saúde dos Centros de Saúde locais, pois é aí que se inicia a separação, ou melhor, a consciência da separação dos resíduos sólidos da população usuária do SUS – Sistema Único de Saúde, bem como dos equipamentos, utensílios e medicamentos utilizados no atendimento aos usuários do SUS. Que faça cumprir a RDC 306 da Anvisa, que trata da gestão e gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde, sendo portanto, categoria de material resíduos sólidos perigosos – classe 1. Que se faça, no mínimo, um plano de gestão de resíduos sólidos contemplando a PNRS em todos os Centros de Saúde e atendimento do SUS.

MOÇÃO DE APOIO Nº 17

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Popular
Proponente: Edneusa Vieira Gadi
Número de assinaturas: 130
Conteúdo da moção: Reivindicamos nas próximas Conferências o não uso de copos descartáveis, e sim obrigatoriedade das canecas que vêm nos kits dos credenciamentos.

MOÇÃO DE APOIO Nº 18

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades
Entidade/Instituição Proponente: Associação dos Moradores e Amigos da Cachoeira e Associação dos Pescadores Artesanais do Canal de Santos, Bertioga e Caruara (SOMAC)
Proponente: Sidnei Bibiano dos Santos (RG-23032518-7/SP)

Número de assinaturas: 197
Conteúdo da moção: Nós Delegadas e Delegados da 4ª CNMA, representantes de todos os segmentos e unidades da federação, propomos que os Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades reconheçam, protejam e garantam o direito do território de Comunidades Tradicionais Pesqueiras, tidas como patrimônio cultural material e imaterial, sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como, o procedimento para a sua identificação, delimitação, demarcação e titulação.
Ressaltamos a importância da garantia dos direitos ao território para as nossas comunidades, pois vulneráveis a especulação imobiliária, que expulsa os nossos povos de suas terras, e o peso econômico destes interesses é enorme e acaba vitimando e retirando o sustento de uma população que há décadas trabalha e fortalece a economia familiar e assegura a diversidade do nosso povo brasileiro. Por isto, abaixo assinamos e declaramos o apoio à proteção destes territórios, inclusive nos planos diretores.

MOÇÃO DE APOIO Nº 19

Destinatário: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Câmara Técnica Águas Subterrâneas (CTAS), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Congresso Nacional
Entidade/Instituição Proponente: Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC-CBH) e Fórum Ambientalista do Paraná
Proponente: Juliano Bueno de Araújo
Número de assinaturas: 148
Conteúdo da moção: Os membros Delegados da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente apoiam a criação dos GTs (Grupos de Trabalho) do CNRH - CTAS – GT gás do xisto que visa normatizar, pesquisar e definir se há riscos na exploração de gás de xisto / shale gás, pois o Brasil ainda não tem estudos técnicos e científicos que garantam a segurança da exploração do gás de xisto, sem afetar o meio ambiente, e, principalmente o lençol freático e os aquíferos do país, colocando em risco a segurança hídrica nacional e suas reservas de águas subterrâneas. Requerendo portanto recursos financeiros , humanos e científicos técnicos aos Conselhos CNRH e CONAMA, especialmente à CTAS-CNRH da GT do gás do xisto / GT-xisto, bem como recomenda a não exploração e explotação destas reservas naturais de gás não convencional, gás de xisto – shale gás, às quais à ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis quer leiloar em sua 12ª rodada de licitações no dia 28/11/2013 no RJ, os quais neste momento podem gerar severos riscos à segurança nacional hídrica e também à segurança nacional, alimentar.

MOÇÃO DE APOIO Nº 20

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Proponente: Delegadas e Delegados da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente
Número de assinaturas: 136
Conteúdo da moção: Nós, Delegadas e Delegados da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, vimos por meio desta moção saudar a realização deste instrumento democrático de participação social. As conferências proporcionam, principalmente, o acúmulo de forças da sociedade civil. A construção e elaboração de propostas de políticas públicas para a sustentabilidade e a transformação socioambiental do nosso país deve ser permanente, diversa e efetiva.
Como representantes dos catadores, trabalhadoras e trabalhadores, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais da cidade, do campo, das florestas e dos rios, somos consumidores e geradores de resíduos sólidos em nosso país. Como sujeitos políticos e de direitos, agentes ambientais da transformação, somos consumidores, mas acima de tudo precisamos garantir os espaços de debate e escolhas que assegurem o fortalecimento de políticas e a transformação profunda do modo de produção e consumo, e destinação correta de resíduos sólidos com inclusão social e produtiva de catadores e a segurança e soberania dos recursos naturais do nosso país.
Esta 4ª Edição da Conferência Nacional de Meio Ambiente representa a importância de tratar temas comuns que merecem soluções corresponsáveis, principalmente por meio da cooperação de

trabalhadores, da articulação e consórcios entre municípios e a devida importância do governo federal para mobilizar diversos entes federados para com o cumprimento das resoluções aqui aprovadas.
Somos solidários às iniciativas que promovam a emancipação e a inclusão plena por meio do protagonismo dos catadores na cadeia da logística reversa e produtiva da reciclagem.
Exigimos que todos os estados e principalmente os municípios sejam comprometidos com a participação social, em todas as etapas da implementação da política nacional de resíduos sólidos da mesma maneira que esta se deu durante a realização desta conferência.
Exigimos o direito de consumir de forma justa, crítica, saudável e sustentável e queremos viver em territórios sustentáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos, com mobilidade e acesso à terra.
Exigimos que as Conferências Nacionais de Meio Ambiente ocorram de maneira permanente, sendo realizada a cada 4 anos, pois é preciso tratar de outros temas comuns e agregadores como foi o tema dos resíduos sólidos.
Exigimos que as Conferências Nacionais de Meio Ambiente garantam em suas delegações nacionais a diversidade brasileira e a representação de fato de suas maiorias, do campo da cidade, das florestas e dos rios, com paridade de gênero, e uma cota mínima de 20% de jovens e 20% de povos e comunidades tradicionais. Exemplo disso foram as recentes Conferências de Igualdade Racial e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

MOÇÃO DE APOIO Nº 21

Destinatário: Congresso Nacional – Câmara dos Deputados
Entidade/Instituição Proponente: Prefeitura Municipal de Ouricuri – PE / CNCD / ASA
Proponente: Paulo Pedro de Carvalho
Número de assinaturas: 172
Conteúdo da moção: Nós, Delegados e Delegadas presentes na IV CNMA, Brasília/DF, 24 a 27/10/2013, vimos apoiar e solicitar urgência na votação final e aprovação do Projeto de Lei nº 2.447/07, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PNCD), há mais de 5 (cinco) anos no Congresso Nacional. Enquanto isso, o fenômeno da desertificação avança, de forma assustadora, em todas as áreas susceptíveis à desertificação (ASDs) no Brasil – secas mais frequentes e intensas, aumento de temperatura, degradação de solos, rebaixamento do nível das águas subterrâneas, redução da biodiversidade – comprometendo as condições de vida dos povos da caatinga (bioma exclusivamente brasileiro) e demais povos das ASDs. Este PL é de iniciativa do Senador Inácio Arruda do Ceará.

MOÇÃO DE APOIO Nº 22

Destinatário: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério Público e Polícia Federal
Entidade/Instituição Proponente: União Brasileira de Mulheres (UBM)
Proponente: União Brasileira de Mulheres (UBM)
Número de assinaturas: 131
Conteúdo da moção: Nós, Delegados (as) da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, consideramos que:
A Agricultura Familiar e Camponesa tem um papel fundamental na produção de alimentos no Brasil. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a Agricultura Familiar é 89% mais produtiva que o modelo tradicional e com apenas 24,3% da área agricultável participa com 38% do valor bruto da produção. Entretanto, na atualidade, ainda existem milhares de famílias produtoras que vivem à margem do processo de produção.
Em 2003, com a necessidade de tornar as políticas públicas estruturantes, o Governo lançou o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, que tem como principais objetivos promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

Os alimentos adquiridos pelo PAA são destinados às instituições sócio assistenciais, equipamentos públicos de alimentação e nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social.
Em 10 anos, o Programa já está presente em 2.352 municípios brasileiros, adquire mais de meio milhão de toneladas de alimentos, das mãos de quase 200 mil agricultores e os transfere para mais de 20 mil entidades que recebem esse alimento.
O bom desempenho do PAA fez com que o Governo promulgasse em 2009 a Lei Nº 11.947, chamada Lei da Alimentação Escolar incorporando a mesma lógica do PAA ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), obrigando os estados, os municípios e o Distrito Federal a adquirirem um mínimo de 30% de alimentos da agricultura familiar para serem fornecidos na alimentação escolar.
No Paraná, a CONAB, que é o órgão do Governo Federal responsável pelo abastecimento alimentar, compra os alimentos dos produtores familiares e os repassa para creches, escolas e hospitais da rede pública, atendendo quase 3 milhões de pessoas em nosso Estado.
Mas nem tudo são flores...
Com a deflagração da operação "agrofantasma", pela Polícia Federal, que investiga supostas irregularidades e desvios de recursos no Programa, vários agricultores e técnicos do Estado do Paraná foram presos injustamente.
Os delegados (as) vêm aqui manifestar o seu apoio aos agricultores/as e técnicos que estão sendo vítimas de um sistema burocrático inadequado que não compreende a complexidade e particularidade deste importante segmento que nos alimenta – a Agricultura Familiar.
Pode haver falhas no PAA e essas devem ser sanadas. Entretanto, não se pode concluir que houve má fé na gestão do dinheiro público.
Por entender que os nossos agricultores e agricultoras não são bandidos e merecem todo o nosso respeito, afinal de contas, eles são os responsáveis pelo alimento presente em nossas mesas, os (as) delegados (as) da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente aprovam esta MOÇÃO:

- pelo fortalecimento do PAA enquanto uma ação concreta do Estado Brasileiro para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);
- pela desburocratização do PAA e melhoria das normativas do Programa, adequando a realidade da agricultura familiar e camponesa e suas organizações;
- apoio e fortalecimento das organizações do campo e da cidade, pois são elas que estão operando na ponta o Programa;
- pela libertação de 11 agricultores e técnicos que se encontram presos no Estado do Paraná.

MOÇÃO DE APOIO Nº 23

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Cultura
Entidade/Instituição Proponente: Movimento de Defesa da Mata do Engenho Uchoa
Proponente: Augusto dos Santos Semente
Número de Assinaturas: 137
Conteúdo da moção: Na terra da expressão artística genuinamente pernambucana, o Frevo, Patrimônio Imaterial da Humanidade, está localizada a Reserva da Biosfera Mundial, contemplando os Biomas Mangue, Restinga e Mata Atlântica. É a mata do Engenho Uchoa, com 192 hectares remanescentes de Mata Atlântica.
Esta área vem sendo preservada por uma luta que está conpletando 34 anos. Luta essa que começou com um Grupo Amigos da Mata do Engenho Uchoa e hoje se concretiza como o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa, girando em torno de si, mais de 100 entidades, tais como Universidades, Instituições religiosas e movimentos culturais e sociais, entre outros.
A Troça Mista Arrebenta Sapucaia! Nasceu em 2007, ano do centenário do Frevo, oriunda da necessidade de evidenciar o Movimento, inclusive durante o período carnavalesco.
Além de preservar, agora o Movimento reivindica a implantação do Parque Natural Rousinete Falcão (*in memorian*). É por isso que estamos submetendo-a a aprovação da 4ª CNMA.

MOÇÃO DE APOIO Nº 24

Destinatário: Ministério da Cultura
Entidade/Instituição Proponente: Terreiro Viva Deus Senhor do Bonfim do Assentamento Vitória de São Roque da cidade de Cristinápolis – SE
Proponente: Yalorixá Francisca Pereira da Silva
Número de Assinaturas: 122
Conteúdo da moção: Que seja aprovada Lei específica que proteja as religiões de raiz africanas existentes no Brasil. Essa moção pede apoio ao povo de terreiro da região Sul de Sergipe que tem 280 terreiros. Os terreiros na região Centro-Sul de Sergipe não conseguem se legalizar. O Terreiro Viva Deus Senhor do Bonfim do Assentamento Vitória de São Roque da cidade de Cristinápolis existe há 48 anos e não consegue se registrar, por isso precisa que uma lei seja aprovada e que se mapeie os terreiros de umbanda, religião brasileira, protegendo os direitos religiosos e os conhecimentos tradicionais de origem africana no Brasil.

MOÇÃO DE APOIO Nº 25

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Número de assinaturas: 318 assinaturas
Conteúdo da moção: Moção de Apoio à Rota Tecnológica da Reciclagem Popular
Reivindicamos linha de financiamento de pesquisa e desenvolvimento específica para a consolidação da Rota Tecnológica da Reciclagem Popular. Existem diferentes rotas tecnológicas possíveis para a gestão dos resíduos urbanos. Diversas tecnologias vêm sendo ofertadas aos gestores públicos brasileiros como possibilidades para atendimento aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No entanto, essas rotas nem sempre são complementares e, muitas vezes, são concorrentes entre si. Em vez de estimular a transferência de tecnologias duvidosas do exterior, o Estado brasileiro deve investir no potencial de desenvolvimento tecnológico dos catadores. A incineração está na contra-mão da redução do consumo e impossibilita a reciclagem. A única forma de atender a hierarquia estabelecida pela PNRS é investindo na reciclagem, combinada com a compostagem e biodigestão. Para dar conta desse desafio as agências de pesquisa devem partir do saber popular historicamente acumulado pelas organizações de catadores. É o catador que vive a realidade do resíduo brasileiro e inventou uma forma social e ambientalmente justa para sua destinação. Para potencializar essa alternativa, o movimento demanda a realização de projetos de pesquisa-ação que tratem o catador não como objeto, mas como sujeito da investigação. Segue agenda de pesquisa inicial elaborada durante o 1° Seminário Nacional de Rotas Tecnológicas para Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos e a Reciclagem diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ocorrido nos dias 25 e 26 de Setembro de 2013, na Universidade Federal de Minas Gerais.
- A sistematização e desenvolvimento de novas tecnologias sociais para melhorar a eficiência da Coleta Seletiva Solidária;
- Identificação e solução para os gargalos da cadeia produtiva e do mercado da reciclagem no Brasil, particularmente para a promoção da Reciclagem Popular;
- O estudo dos limites, potencialidades e formas de apropriação dos catadores, da tecnologia de biodigestão anaeróbica e compostagem;
- Desenvolvimento de soluções para reciclagem de produtos atualmente considerados rejeitos – por não existir tecnologia para a reciclagem, ou cuja reciclagem ainda é reduzida, por não ser economicamente viável.
(em anexo segue documento elaborado durante seminário)

MOÇÃO DE APOIO Nº 26

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Fórum da Sociedade Civil Organizada da Amazônia
Proponente: Fórum da Sociedade Civil Organizada da Amazônia
Número de assinaturas: 293
Conteúdo da moção: Nós, abaixo assinados, delegados (as) da Amazônia, manifestamos nossa preocupação com o futuro de nossa região, juntamente com a região nordestina, são as mais excluídas de nosso país. Queremos nesta 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente que se aprove o "custo amazônico" e este possa ser incluindo em todos os novos editais e políticas setoriais do Ministério do Meio Ambiente e na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Este custo é entendido pelos(as) Delegados (as) desta Conferência como um fator que onera a gestão ambiental devido às barreiras naturais, as distâncias geográficas e as fragilidades dos ecossistemas amazônicos. Sem considerar essas peculiaridades, a efetivação de qualquer política pública em nossa região se torna inviável.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 01

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente, Governo do Estado de Goiás, Governo do Distrito Federal
Entidade/Instituição Proponente: Delcio Bernar da Silva
Proponente: Delcio Bernar da Silva/delciobernar@hotmail.com/ (51) 95954300
Número de assinaturas: 139 assinaturas
Conteúdo da moção: Denúncia: Já estamos na Quarta Conferência do Meio Ambiente, discutindo acerca da destinação adequada dos resíduos sólidos e da questão peculiar que envolve os catadores de materiais recicláveis, entretanto, em Luziania - GO, cidade do entorno de Brasília-DF, localizada a apenas 60 km do Distrito Federal ainda existe o LIXAO a céu aberto, receptor inclusive de lixo hospitalar, onde vivem 60 (sessenta) famílias que tiram seu sustento daquele local de forma totalmente desumana e desorganizada, conforme reportagem do fantástico televisionada em 2011, e do G1 – postada no dia 17 de maio de 2012, e fotos atuais do local inclusas na documentação em anexo.
Essas mesmas pessoas, hoje reconhecidas pela sociedade pelo papel importante que desempenham, chamados de catadores, foram utilizados pelo poder público local para abertura de uma associação de fachada, chamada AGAL, com finalidade única e exclusiva de alcance de verba pública – PAC 01. Porém após o encaminhamento do projeto, e nem mesmo se sabe ao certo o que foi feito com o recurso, que deveria criar infraestrutura e condições dignas de trabalho para os trabalhadores, e destinação correta do lixo.
Ademais disso, atualmente os catadores encontram-se sendo compelidos a se associarem a uma cooperativa organizada pela Prefeitura para receberem um salário pelo trabalho de catação, uma vez que aquele município é o mais cotado pela RIDE para recepção do LIXO do Distrito Federal e entorno. Porém não é o que os trabalhadores da reciclagem buscam, e sim serem protagonistas de seu próprio destino, de forma autogestionária e solidária, com capacitação e condição dignas de trabalho. O que os catadores de Luziania-GO buscam é encontrar forças com entidades que os reconheçam como agentes indispensáveis para o processo e os ajude no desenvolvimento solidário dos catadores

Fontes para consulta:
http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/05/lixao-produz-fumaca-toxica-e-ameaca-saude-de-catadores-em-luziania-go.html
http://www.df.gov.br/noticias/item/8028-df-e-goi%C3%A1s-debatem-destina%C3%A7%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos.html

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 02

Destinatário: Câmara Federal dos Deputados
Entidade/Instituição Proponente: Fórum do Movimento Ambientalista do Paraná

Proponente: Juliano Bueno de Araújo
Número de assinaturas: 145
Conteúdo da moção: Os Delegados da 4ª CNMA, vem repudiar o Projeto de Lei de nº 7.123/2010, que propõe a reabertura da Estrada-Parque do Caminho do Colono, que corta o Parque Nacional do Iguaçu, e que contém um dos maiores remanescentes florestais contínuos de Mata Atlântica, e que poderá trazer impactos relevantes na conservação da biodiversidade do Parque Nacional do Iguaçu, considerado uma das 7 maravilhas da natureza e Patrimônio Mundial da Humanidade.
Conforme o Projeto de Lei de nº 7123 de 2010, de autoria do Deputado ruralista Assis do Couto (PT-PR)), inclui o conceito Estrada-Parque na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o que prejudica não só o Parque, mas todas as Unidades de Conservação (UCs), abrindo desta maneira precedentes destrutivos à conservação e preservação destas Unidades de Conservação.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 03

Destinatário: Governo Federal
Entidade/Instituição Proponente: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
Proponente: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
Número de assinaturas: 209
Conteúdo da moção: Nós, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Brasil, presentes na 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, vimos por meio desta moção registrar nosso repúdio contra a reedição da PEC 303, que já havia sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
No que se refere ao que vem sendo tratado na 4ª CNMA, não nos sentimos contemplados na gestão dos resíduos sólidos em Terras Indígenas e Comunidades Tradicionais a exemplo de:

- Resíduos sólidos gerados pela prospecção de petróleo nas costas brasileiras e terras indígenas e comunidades tradicionais;
- Resíduos sólidos gerados pelo desmatamento;
- Resíduos sólidos gerados pelos grandes empreendimentos, a exemplo do PAC em terras indígenas e comunidades tradicionais.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 04

Destinatário: Congresso Nacional e Presidente Dilma Roussef
Entidade/Instituição Proponente: CEDEA
Proponente: Laura Jesus de Moura e Costa
Número de assinaturas: 132
Conteúdo da moção: Moção de Repúdio ao Projeto de Lei nº 7123/2010, que altera o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Nós, Delegados da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em Brasília – DF, no período de 24 a 27 de outubro de 2013, vimos por meio desta MOÇÃO REPUDIAR O PROJETO DE LEI 7.123/2010, do Deputado Assis de Couto (PT/PR), uma vez que visa alterar a Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação para permitir a construção de estradas em Unidades de Conservação, e, assim, viabilizar a abertura da "Estrada do Colono", no Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e outras UC em outros estados. A Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, institui o SNUC, Regulamento o Art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e dá outras providências.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 05

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente / Presidência da República / Congresso Nacional
Entidade/Instituição Proponente: Comissão Organizadora Estadual/MG
Proponente: Eunice Aparecida Pereira da Silva Machado – Caiana-MG
Número de assinaturas: 318
Conteúdo da moção: Informada do fechamento do Parque Nacional do Caparaó (Pico da Bandeira),

localizado entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, vimos através desta moção de repúdio manifestar o nosso inconformismo pelo motivo de limitação de recursos financeiros para a sua manutenção. Se esta situação se confirmar tanto moradores como visitantes estarão impedidos de visitar esse patrimônio ambiental e turístico, causando inclusive sérios prejuízos econômicos para toda a região, principalmente para aqueles que vivem diretamente de atividades ligadas ao turismo ecológico.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 06

Destinatário: Presidência da República e Congresso Nacional
Entidade/Instituição Proponente: Setor Empresarial Santa Cruz – RN.
Proponente: Joaquim Antônio de Lemos
Número de assinaturas: 159
Conteúdo da moção: Que haja obrigatoriedade "sob pena de responsabilidade e impropriedade, etc", para os municípios implantarem o programa de coleta seletiva, mesmo que de "forma precária", como separar o resíduo seco do úmido, além da criação de uma equipe que gerencie o programa de forma efetiva e com campanhas educativas diversas.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 07

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: A. P. O. e WL Contrução
Proponente: Nelci Barreiros da Silva
Número de assinaturas: 231
Conteúdo da moção: Nós, pequenos produtores rurais, vimos pedir apoio ao Ministério do Meio Ambiente com o seguinte tema "Apoio ao Pequeno Produtor Rural" com um Fórum específico nas três esferas "Municipal, Estadual e Federal" para uma discussão sobre o "Novo Código Florestal" e também uma Conferência específica.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 08

Destinatário: Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades.
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis MNCR
Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis MNCR
Número de assinaturas: 180
Conteúdo da moção: Repudiamos as Parcerias Público Privadas (PPP). Elas vêm sendo disseminadas no Brasil como modelo de gestão de resíduos sólidos. Esse modelo tira do Poder Público a prerrogativa de conceber o sistema de gestão e as tecnologias de tratamento de resíduos, transferindo-a para a iniciativa privada, por força de contrato. Isso provoca o engessamento da rota tecnológica escolhida por um longo período. Consideramos que não há maturidade tecnológica hoje no Brasil para definir contratos de 20 a 30 anos que irão limitar o desenvolvimento de alternativas adequadas às diferentes realidades do país e poderão impedir o avanço da reciclagem. Não às PPPs! Por um sistema público de gestão dos resíduos sólidos com autogestão dos catadores.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 09

Destinatário: Governo do Estado do Maranhão
Entidade/Instituição Proponente: Comissão Provisória do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Mearim
Proponente: José Ivo Gonçalves Sousa
Número de assinaturas: 366 assinaturas
Conteúdo da moção: Cumprimentando a Coordenação Organizadora da 4ª Conferência do Meio Ambiente, servimo-nos da presente Moção para repudiar a atitude intransigente do Governo do Maranhão, especialmente dos governantes, em não assinar o decreto de criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Mearim e Munim, processo que se arrasta ao longo de mais de três anos.

Vale ressaltar que o Estado do Maranhão vai na contramão da Política de Recursos Hídricos, quando, apesar de possuir grande quantidade de rios perenes, não conseguiu implantar um único Comitê de Bacias, apesar da luta incessante da sociedade maranhense.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 10

Destinatário: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto
Entidade/Instituição Proponente: Grupo participativo de entidades para discussão do plano de saneamento básico Municipal
Proponente: Gustavo Antonio Panim Ciocca
Número de assinaturas: 135 assinaturas
Conteúdo da moção: Moção de repúdio contra a forma de elaboração do Plano de Saneamento Básico pela Prefeitura de São José do Rio Preto.
Nós, delegados (as) da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada nos dias 24, 25, 26 de outubro de 2013 em Brasília, manifestamos a nossa preocupação com a determinação do governo municipal de São José do Rio Preto – SP de elaborar o Plano Municipal deliberadamente, com ausência da participação popular de todos os segmentos da sociedade civil. Assim, repudiamos esta atitude e solicitamos a imediata revisão do Decreto 16842/13 e posterior reedição, com a mais ampla participação popular.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 11

Destinatário: Vereadores de São José do Rio Preto – SP
Entidade/Instituição Proponente: Associação Amigos dos Mananciais (AAMA)
Proponente: Paulo César de Jesus
Número de assinaturas: 132 assinaturas
Conteúdo da moção: Moção de repúdio contra a atitude de Vereadores e Vereadoras de São José do Rio Preto – SP, de negar Título de utilidade Pública à entidade defensora do Meio Ambiente da cidade.
Nós, delegados (as) da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada nos dias 24, 25, 26 de outubro de 2013 em Brasília, manifestamos nossa preocupação com a atitude dos vereadores de São José do Rio Preto de votar contra pedido de Utilidade Pública da AAMA - Associação Amigos dos Mananciais, atitude esta que, além de ditatorial, demonstra claramente que existe sim, perseguição aos Movimentos Sociais legítimos na cidade e nenhum interesse com o meio ambiente. Assim, repudiamos esta atitude e solicitamos a imediata mudança de atitude por parte da maioria dos Vereadores e políticos de São José do Rio Preto – SP.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 12

Destinatário: CONISUD, CONSULTI, SOS – Comitê Contra Guarapiranga
Entidade/Instituição Proponente: Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo.= (Sasp)
Proponente: Carlos Alberto Pinheiro de Souza
Número de assinaturas: 165 assinaturas
Conteúdo da moção: A discussão da Lei 12.233/06, lei específica de proteção e recuperação de mananciais da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga no Estado de São Paulo, tem sido discutida pelos órgãos acima citados sem a devida participação e divulgação junto a Sociedade Civil. Desta forma, por mais de 1 (hum) ano as discussões foram feitas nos órgãos citados e agora a proposta de revisão encontra-se no Comitê de Bacia Hidrográfica da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.
Desta forma, pedimos que o "Alto Tietê" promova uma ampla divulgação e discussão para que a sociedade civil possa se manifestar, pois a discussão até o presente momento está entre prefeituras e órgãos do estado de São Paulo.

MOÇÃO DE REPÚDIO N° 13

Destinatário: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – MT
Entidade/Instituição Proponente: Colônia Z – 48 de Apoio – Geraldo V. C. Neto
Proponente: Geraldo Vicente da Costa Neto
Número de assinaturas: 137 assinaturas

Conteúdo da moção: Moção de Repúdio contra o DNOCS e o projeto de irrigação da Chapada do Apopi - RN para 5000 hectares na Chapada do Apopi. Por não discutir com as classes sobre a viabilização, sem discutir com os sindicatos, em especial o de agricultura. Sem informação para a população enchente vai acontecer. A aquisição de lotes, sem informar se a barragem de Santa Cruz de Apopi terá capacidade para atender tal demanda, visto que além deste projeto vai ter as adutoras para Mossoró- RN e Pau dos Ferros – RN, onde serão mais de 50 comunidades a serem abastecidas, além ainda do município de Apopi, que tem que priorizar o Rio Apopi – Mossoró, atender a agricultura as margens do rio de Apopi, Felipe Guerra, Governador, Mossoró, com a parte de pesca e agricultura de Apopi – RN. Assim pedimos discussão com a população.

MOÇÃO DE SOLICITAÇÃO N° 01

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente e Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Entidade/Instituição Proponente: Instituto Chico Torres
Proponente: Alcemir da Silva Siqueira
Número de assinaturas: 161 assinaturas

Conteúdo da moção: Exigir que as indústrias de refrigerantes adotem o designer ambientalmente correto das garrafas PET, ou seja, liso sem nervuras ou voltas. Para que os profissionais que trabalham com essas garrafas fabricando vassouras PET, e tanque rede de criação de tilápias, cerca PET, sacolas PET ou em outras atividades possam contribuir mais na redução de garrafas PET nos lixões, rios, mares ou igarapés. Peço deferimento desta Moção.

MOÇÃO DE SOLICITAÇÃO N° 02

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Associação das Mulheres Guerreiras de Camaragibe Mentes que Brilham.
Proponente: Tatiane Cibele de Souza Gomes
Número de assinaturas: 146 assinaturas

Conteúdo da moção: Pela transformação da Região do Privê Velecont (Remanescentes do Bioma Mata Atlântica, Camaragibe- PE) em áreas de interesse ambiental. Seja parque natural, VE, APA e/ou outro tipo de acordo com a realidade local, assim como a implementação e manutenção do parque ecológico espaço do saber. (uma aldeia Camaragibe- PE), com pista de caminhadas, corridas, ciclismo, academia da cidade, bosque de espécies nativas da Mata Atlântica, manutenção dos espaços de nascentes e mananciais hídricos e a garantia de que não sejam construídos um centro de segurança, nem tampouco uma Unidade de Pronto Atendimento.

MOÇÃO DE SOLICITAÇÃO N° 03

Destinatário: Governo Federal
Entidade/Instituição Proponente: Instituto Nacional de Pesquisas e Defesa do Meio Ambiente (INMA)
Proponente: Marcelo Amorim de Moura
Número de assinaturas: 151
Conteúdo da moção: Moção de solicitação de alteração do parágrafo 2° do artigo 10 da Lei Federal n° 9.795/99.

Considerando que a implantação da educação ambiental nas escolas do ensino básico, da forma como preceitua a Lei n° 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, é uma das estratégias fundamentais para a garantia da construção de sociedades sustentáveis.
Considerando as dificuldades de implementação da educação ambiental de forma inter, multi e transdisciplinar, conforme art. 4°, inciso III, por várias razões, a mesma ainda não se efetivou nas escolas públicas e privadas, destacando-se, inclusive, a falta de formação e capacitação continuada dos professores.
Considerando que o texto da lei n° 9.795/99, no seu art. 10, estabelece que:
"A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal:
§ 1ºA educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
§ 2º-Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.
§ 3º-Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.
Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.
Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental."

Propomos esta moção solicitando a alteração do texto legal a fim de que a formação dos profissionais de nível superior se estabeleça de forma obrigatória, e não facultativa, dentro das IES, de modo a garantir a competência necessária para a efetiva abordagem das questões ambientais em todas as profissões e níveis de ensino. O texto legal passaria a ter a seguinte redação:
§ 2º-Em todos os cursos de GRADUAÇÃO, pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental é OBRIGATÓRIA A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA ESPECÍFICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

MOÇÃO INDICATIVA N° 01

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Coletivo Jovem de Meio Ambiente
Número de Assinaturas: 216
Proponente: Eley Rute Oliveira da Costa

Conteúdo da moção: A juventude representa parcela significativa da sociedade brasileira e se revela como sujeito estratégico para a promoção da sustentabilidade no presente e futuro do país. Mediante a baixa taxa de participação da juventude na IV CNMA- Resíduos Sólidos, redigimos a seguinte moção para a garantia de porcentagem de vagas destinadas à participação da juventude (15 a 29 anos) nas próximas Conferências Nacionais de Meio Ambiente.

MOÇÃO INDICATIVA N° 02

Destinatário: Presidenta da República
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
Número de Assinaturas: 218
Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Conteúdo da moção: Nós, Delegados da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, apoiamos a reivindicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis por uma vaga no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) pelo segmento da sociedade civil. Solicitamos também a inclusão do Movimento nos Conselhos das Cidades, De Assistência Social, das Mulheres.

MOÇÃO INDICATIVA Nº 03

Destinatário: Presidente da República
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Nacional dos Catadores De Materiais Recicláveis
Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
Número de Assinaturas: 218
Conteúdo da moção: Nós Delegados da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente apoiamos a reivindicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis por uma vaga no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) pelo segmento da Sociedade Civil. Solicitamos também a inclusão do movimento nos Conselhos das Cidades, de Assistência Social, das Mulheres.

MOÇÃO DE APLAUSO E LOUVOR Nº 01

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente – Ministra Izabella Teixeira
Entidade / Instituição Proponente: Delegados da 4ª Conferência – CNMA
Proponente: Delegados da 4ª Conferência – CNMA
Número de assinaturas: 181

Conteúdo da moção: Nós, delegadas e delegados da 4ª CNMA, representantes de todos os segmentos e unidades da federação, ressaltamos a importância do trabalho desempenhado por Geraldo Abreu na condução da conferencia nacional de meio ambiente desde 2007 e por isso reconhecemos:

- sua importância na coordenação do Departamento da Conferência dentro do MMA;
- seu desempenho na condução da 3ª e 4ª CNMA;
- sua contribuição fundamental na 1ª Conferencia de Saúde Ambiental;
- sua luta para que as deliberações das conferências anteriores fossem implementadas como políticas públicas;
- sua alta capacidade de diálogo e interlocução com os mais diversos setores da sociedade, em que destacamos o movimento ambiental, o movimento sindical, os movimentos sociais, o setor empresarial, os governos, a academia, e as comunidades e povos tradicionais; e
- seu apoio e dedicação para que todos os estados pudessem realizar suas etapas preparatórias da 4ª Conferencia Estadual de Meio Ambiente.

E concluímos que Geraldo Abreu sempre manteve permanente o contato entre este Ministério e todos os segmentos sociais. Por isso, nós abaixo assinamos, declaramos total apoio a moção de aplauso e louvor para Geraldo Abreu em seus serviços prestados ao MMA em qualificar a Política Nacional de Meio Ambiente.

MOÇÃO DE APLAUSO E LOUVOR Nº 02

Destinatário: Ministra do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Federação das Associações de Moradores e Movimentos Sociais no Espírito Santo (FAMOPES) e Associação Amb. Intermunicipal de Recuperação do Rio Formate e seus afluentes (ES)
Proponente: Dauri Correia da Silva e João Pereira Neto
Número de assinaturas: 120

Conteúdo da moção: Nós, delegadas e delegados da 4ª CNMA, representantes de todos os segmentos e estados, incluso o Distrito Federal, ressaltamos a importância do trabalho desempenhado por Geraldo Abreu na condução da conferências nacionais de meio ambiente desde 2007 e por isso reconhecemos: sua importância na coordenação do Departamento da Conferência no MMA; seu desempenho na condução da 3ª CNMA; sua contribuição fundamental na 1ª Conferencia Nacional de Saúde Ambiental (2009); sua alta capacidade de diálogo e interlocução com os mais diversos setores da sociedade, inclusive as comunidades e povos tradicionais; seus esforços e apoio para a

materialização da 4 CNMA em suas etapas e seu compromisso permanente de manter contato entre o MMA e os segmentos sociais. , pela institucionalização da conferência e pela sustentação da permanência do Departamento da Conferência dentro do MMA.

Por isso, nós abaixo assinados, declaramos total apoio a presente Moção de Aplauso e Louvor ao Geraldo Abreu por seus serviços prestados ao MMA em qualificar a Política Nacional de Meio Ambiente. Solicitamos a permanência da sua coordenação na 5ª edição da CNMA.

MOÇÃO DE DENÚNCIA Nº 01

Destinatário: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
Número de Assinaturas: 169

Conteúdo da moção: Denunciamos a situação de violação dos Direitos Humanos em que se encontram nossos companheiros e companheiras catadores na região de Uruguaiana. As 130 famílias que tiram seu sustento apesar do descaso do poder público representam outras milhares de famílias Brasil a fora, que ainda não foram atendidas pelas Políticas Públicas de inclusão. É urgente a mudança dessa situação. Repudiamos a lentidão do poder público no atendimento a esse problema e sobretudo, repudiamos o fechamento dos lixões sem políticas habitacionais e inserção sócio-produtiva dos companheiros catadores.

MOÇÃO DE DENÚNCIA Nº 02

Destinatário: Secretaria Geral da Presidência da República
Entidade/Instituição Proponente: Etnia Indígena Kalankó
Proponente: Márcia da Silva
Número de Assinaturas: 155

Conteúdo da moção: Povos indígenas do Sertão Alagoano contra a PEC 215. Venho, por meio desta, pedir pelas Comunidades Indígenas do Sertão de Alagoas à demarcação, regularização e legalização de seus territórios; não aguento ver tanta dor e sofrimento de nós, povos indígenas do Sertão, os quais já sofreram perdas imensuráveis e isso por causa de falta de resposta do governo e de respostas vindas deles que não nos contemplam. Somos ameaçados diariamente e isso não é visto pelos governantes, enquanto mortes horrendas não acontecerem, o nosso maior objetivo é ter nossas terras demarcadas e poder ter nosso bioma preservado e a sustentabilidade de nosso povo, certamente uma vida melhor para nossa geração futura. Pedimos respeito, respeito pelas nossas especificidades e organização de cada povo indígena. Desejamos que não só os indígenas do Sertão de Alagoas tenham suas terras demarcadas, regularizadas e legalizadas, e sim todos aqueles que sofrem com e nesse processo longo e muito sofrido pelas comunidades indígenas.

MOÇÃO DE APOIO E AMPLIAÇÃO

Destinatário: Presidência da República
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Número de assinaturas:

Conteúdo da moção: Reconhecemos os investimentos feitos pelo Governo Federal até agora em apoio aos grupos de catadores (as) no país. Ainda temos muito que avançar, pois muitos grupos não conseguem acessar os recursos disponibilizados. São justamente estes que mais necessitam de apoio para o seu desenvolvimento. Neste sentido solicitamos uma maior atenção por parte do Governo Federal para os contextos regionais e locais.

MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO

Destinatário: Governo Federal, em especial ao MMA
Entidade/Instituição Proponente: Associação Quilombola Palmital dos Pretos – Campo Largo/PR
Proponente: Associação Quilombola Palmital dos Pretos – Campo Largo/PR
Número de assinaturas: 162
Conteúdo da moção: É com muito clamor que neste espaço de construção de política pública nacional chamamos a atenção para a valorização do conhecimento popular dos Povos Tradicionais na cultura e na herança de nossos ancestrais ligadas à natureza Mãe da Terra.
Por sua vez, as gerações atuais e futuras necessitam garantir a sua sobrevivência de forma sustentável também por meio da proteção e revitalização dos recursos hídricos.
Entendemos que as leis de incentivo à proteção das águas devem ser ampliadas para chegar às populações tradicionais, quilombolas e povos indígenas, o que resultará em melhor dignidade de vida a essas populações em seus espaços locais, evitando-se assim a escassez das nascentes de água, contribuindo também para melhoria de todo o ecossistema.
Neste apelo junto ao Governo Federal reivindicamos que haja priorização de sua política nacional direcionada para melhorar as condições das nascentes d'água, com incentivos de recursos e apoio técnico, valorizando os saberes populares tradicionais, com a conquista de empregos e renda para os povos tradicionais, melhorando assim suas condições de vida.

MOÇÃO PELA PRESERVAÇÃO DA FLORESTA DE DEODORO

Destinatário: Presidenta Dilma Rousseff
Entidade/Instituição Proponente: Delegados da 4ª CNMA
Proponente: Delegados da 4ª CNMA
Número de assinaturas: 388

Conteúdo da moção: Moção pela preservação da Floresta de Deodoro, que o novo autódromo do Rio seja feito em outro lugar! Ao lado, em área também do Exército, tem outro lugar! Nós, participantes da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, pedimos à Presidenta Dilma Roussef que entre nesta luta. Precisamos barrar um anunciado crime ambiental irreversível: são quase 100 alqueires (2,3 milhões de metros quadrados), quase todo de Mata Atlântica de planície nunca removida, pois esta área jamais foi desmatada e, ao longo do tempo, foi usada pelo Exército como área de treino em selva. Ainda que tenham sido retiradas as árvores adultas, o banco genético de sementes dormentes no solo, ou as árvores em formação, constituem ampla diversidade e legítimo e original trecho da Mata Atlântica, conforme comprova o relatório de Profissionais do Jardim Botânico que se acha no endereço: https://docs.google.com/file/d/0BxSgcH3QIaqxTGRxTEVTX3R6SGc/edit?pli=1
Localização: a área onde se pretende praticar o crime ambiental com a implantação do novo autódromo está na AP 5, XXXIII Região Administrativa (RA de Realengo), no Bairro de Deodoro.
Caracterização: Trata-se de terreno que pertencia ao Exército Brasileiro, com uma área aproximada de 2,3 milhões de m^2, cercade duas vezes a área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, coberta, em sua grande maioria, por Floresta de Mata Atlântica em estágio avançado de regeneração. O crime ambiental será praticado pelo estado do RJ, que recebeu a área.
O local dessa reserva florestal está inserido em região populosa do município do Rio de Janeiro, com um quantitativo populacional superior inclusive ao da metrópole de Belo Horizonte. Este lugar é categorizado também como "Sítio de Relevante Interesse Paisagístico e Ambiental" (Morro da Estação), constante no Art. 117, inciso VIII, da Lei Complementar nº 11 de 2011 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Sua cobertura florestal foi classificada no "Mapeamento da Cobertura Vegetal e Uso da Terra – 2010 do Município do Rio de Janeiro" como Mata Atlântica em estágio avançado de regeneração, estando inserida no Projeto Corredores Verdes do Município.
Justificativa de Proteção: a região apresenta os menores índices de área verde por habitante no Rio, com valores extremamente reduzidos, o que faz do remanescente florestal de Mata Atlântica de Deodoro um enclave natural de importância estratégica para atenuar os rigores climáticos da região, que apresenta

uma malha urbana agressiva, em razão da aniquilação de elementos naturais durante o processo de ocupação de seu território. Este remanescente florestal de Mata Atlântica funciona também como importante prestador de serviços ambientais e referência paisagística para vasto território, e apresenta-se como possibilidade de lazer em ambiente natural para um grande contingente populacional. Que esta área preciosa seja transformada em unidade de conservação já. O relatório elaborado pela Diretoria de Pesquisas Instituto de Pesquisas Jardim Botânico "Avaliação da Vegetação de Fragmento Florestal do Morro do Camboatá, no Centro de Instruções Especiais do Exército, Bairro de Deodoro, Município do Rio de Janeiro" alerta para a importância socioambiental da conservação e adequado manejo deste fragmento remanescente de Mata Atlântica (maior que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro), encravado em uma área densamente povoada, árida e poluída do município (ver https://docs.google.com/file/d/0BxSgcH3QIaqxTGRxTEVTX3R6SGc/edit?pli=1).
Esse importante e singular fragmento florestal está estrategicamente situado na região que faz a conjunção dos três grandes maciços do município, o que aumenta sua importância como área de conectividade entre eles, considerados ícones da paisagem natural da Cidade do Rio de Janeiro.
A formação de corredores verdes unindo Unidades de Conservação da Natureza é uma estratégia para a conservação da fauna e flora a longo prazo, é incentivada pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Mosaico Carioca, que foi formalmente reconhecido pela Portaria MMA nº 245, de 11 de julho de 2011. Portanto, a recuperação, manutenção e conservação dos atributos naturais da reserva florestal de Deodoro é, pelas razões elencadas, de fundamental importância para o equilíbrio urbano-ambiental da região em que está inserida. Esta área é local estratégico para a garantia dos fluxos genéticos entre os maciços do Rio. Com base nisso e no risco do anunciado crime ambiental, o Ministério Público RJ ingressou com Ação Civil Pública, que pode ser vista na íntegra com todas as peças que a compõem, no endereço do MP: http://rap.mp.rj.gob.br/?p=1658 e já tivemos três vitórias no Judiciário (TJRJ). Somente a mobilização popular pode barrar esse anunciado crime ambiental. www.sosflorestadeodoro.blogspot.com.

MOÇÃO DE PEDIDO DE COERÊNCIA E RESPEITO ÀS AUTORIDADES PÚBLICAS

Destinatário: Autoridades públicas federais, estaduais e municipais
Entidade/Instituição Proponente: Delegados da 4ª CNMA
Proponente: Delegados da 4ª CNMA
Número de assinaturas: 178

Conteúdo da moção: Nós, Delegadas e Delegados da 4ª Conferência do Meio Ambiente, requeremos que as autoridades públicas federais, estaduais e municipais reflitam que:

- O Equilíbrio da Consciência precisa ser buscado de tal forma que o ambiente seja reservado sem necessidade da violência de remoção de seres humanos de dentro de suas moradias. Que há de mais sagrado que o templo onde um ser humano se abriga, onde mora uma família, homens, mulheres, crianças, idosos? Assim repudiamos as remoções de moradias que não sejam absolutamente necessárias para a segurança das próprias pessoas ou que causem ameaça irreversível ao ambiente, e mesmo neste caso, que não sejam remoções e sim realocações na mesma localidade, e em moradias dignas de melhor qualidade que a anterior, e citamos como exemplo pessoas idosas com mais de oitenta anos com ameaça de serem removidas das casas em que nasceram no Horto, sob pretexto de preservar o Jardim Botânico, que nunca esteve ameaçado por estas pessoas que moram há dezenas de anos;

- Que se cessem completamente com as licenças ambientais apressadas, sem os estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) para, em nome da geração de emprego e renda, em verdade atender interesses de empresários, tais como as licenças de Porto Açu e TyssenKrupp em Sepetiva, Rio de Janeiro, que geram impactos ambientais que poderiam ter sido evitados, e o número de empregos gerados perto da poluição deixada é questionável, uma vez que o primeiro beneficiamento do minério de ferro pouco lhe agrega de valor, e representa um gigantesco impacto ambiental,

gerando em verdade uma grande exportação de água e energia, deixando para nós o lixo ambiental com liberação de grande quantidade de carbono e consumo gigantesco de água potável:

- Que se cesse imediatamente com o rolo compressor de destruir áreas de relevante interesse ambiental em nome de garantir os grandes eventos, tais como a ameaça de destruição de 230 hectares de Mata Atlântica em Deodoro para instalar um autódromo que pode muito bem ser instalado 5 km depois, em área já degradada, no Campo de Gericinó, também á beira da Av. Brasil, em área também do Exército, e que se pare imediatamente com a intenção de se destruir vegetação de restinga arbórea para dar lugar a cinco buracos de um campo de golfe para magnatas na Barra.

Citamos estes exemplos apenas para chamar a uma profunda reflexão das autoridades públicas federais, estaduais e municipais, uma vez que no primeiro caso se remove famílias sob pretexto de preservar o ambiente, no segundo e terceiro casos se remove o meio ambiente para beneciar empreendimentos milionários:

Exigimos coerência e respeito ao meio ambiente e a nós seres humanos que formamos o Brasil!

MOÇÃO DE APOIO À ROTA TECNOLÓGICA DA RECICLAGEM POPULAR

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Proponente: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Número de assinaturas: 318

Conteúdo da moção: Reivindicamos linha de financiamento de pesquisa e desenvolvimento específica para a consolidação da Rota Tecnológica da Reciclagem Popular. Existem diferentes rotas tecnológicas possíveis para a gestão dos resíduos urbanos. Diversas tecnologias vêm sendo ofertadas aos gestores públicos brasileiros como possibilidades para atendimento aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No entanto, essas rotas nem sempre são complementares e, muitas vezes, são concorrentes entre si. Em vez de estimular a transferência de tecnologias duvidosas do exterior, o Estado brasileiro deve investir no potencial de desenvolvimento tecnológico dos catadores. A incineração está na contra-mão da redução do consumo e impossibilita a reciclagem. A única forma de atender a hierarquia estabelecida pela PNRS, é investindo na reciclagem combinada com a compostagem e biodigestão. Para dar conta desse desafio as agências de pesquisa devem partir do saber popular historicamente acumulado pelas organizações de catadores. É o catador que vive a realidade do resíduo brasileiro e inventou uma forma social e ambientalmente justa para sua destinação. Para potencializar essa alternativa, o movimento demanda a realização de projetos de pesquisa-ação que tratem o catador não como objeto, mas como sujeito da investigação. Segue agenda de pesquisa inicial elaborada durante o 1° Seminário Nacional de Rotas Tecnológicas para Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos e a Reciclagem diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ocorrido nos dias 25 e 26 de Setembro de 2013, na Universidade Federal de Minas Gerais.
- A sistematização e desenvolvimento de novas tecnologias sociais para melhorar a eficiência da Coleta Seletiva Solidária;
- Identificação e solução para os gargalos da cadeia produtiva e do mercado da reciclagem no Brasil, particularmente para a promoção da Reciclagem Popular;
- O estudo dos limites, potencialidades e formas de apropriação dos catadores, da tecnologia de biodigestão anaeróbica e compostagem;
- Desenvolvimento de soluções para reciclagem de produtos atualmente considerados rejeitos – por não existir tecnologia para a reciclagem ou cuja reciclagem ainda é reduzida, por não ser economicamente viável.

MOÇÃO

Destinatário: Ministério do Meio Ambiente
Entidade/Instituição Proponente: Fórum da Sociedade Civil Organizada da Amazônia
Proponente: Fórum da Sociedade Civil Organizada da Amazônia
Número de assinaturas: 293

Conteúdo da moção: Nós, abaixo assinados, delegados (as) da Amazônia, manifestamos nossa preocupação com o futuro de nossa região, juntamente com a região nordestina, são as mais excluídas de nosso país. Queremos nesta 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente que se aprove o "custo amazônico" e este possa ser incluindo em todos os novos editais e políticas setoriais do Ministério do Meio Ambiente e na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Este custo é entendido pelos(as) Delegados (as) desta Conferência como um fator que onera a gestão ambiental devido às barreiras naturais, as distâncias geográficas e as fragilidades dos ecossistemas amazônicos. Sem considerar essas peculiaridades, a efetivação de qualquer política pública em nossa região se torna inviável.

ANEXOS

PESQUISA PERFIL DOS DELEGADOS

A pesquisa sobre o perfil dos delegados foi realizada durante a Etapa Nacional da 4ª CNMA, de 24 a 27 de outubro de 2013, com objetivo de produzir um painel abrangente e detalhado sobre o público presente ao evento. Por se tratar de uma série histórica, o estudo apresentado a seguir mostra as tendências de atuação dos segmentos que os delegados representam, a percepção em relação aos problemas socioambientais, os conhecimentos sobre as ações e programas executados pelo Ministério do Meio Ambiente nos âmbitos nacional e local e as atitudes e comportamentos em relação à geração e reciclagem de resíduos. A pesquisa teve como tema Resíduos Sólidos.

O quadro abaixo resume a cronologia de realização das Conferências Nacionais do Meio Ambiente e das pesquisas feitas com delegados durante as Conferências:

Quadro 1 – O histórico das conferências

Ano de Realização	2003	2005	2008	2013
Edição	I CNMA	II CNMA	III CNMA	IV CNMA
Tema	Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente	Gestão Integrada das Políticas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais	Mudanças Climáticas	Res íduos Sólidos
Pessoas mobilizadas no País	65 mil	86 mil	115 mil	200 mil
Pessoas mobilizadas na Etapa Nacional	1.500	1.700	1.800	2.000
Delegados na Etapa Nacional	912	1.337	1.269	1.087
Delegados entrevistados	841	1.144	1.007	1.000
Cobertura	92%	86%	79%	92%

Observação: Desde a I CNMA são realizadas pesquisas para conhecer o perfil dos delegados. Contudo, há dados detalhados apenas da II CNMA e, agora, da IV CNMA. No caso das pesquisas realizadas na I CNMA e III CNMA, há apenas relatórios parciais.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO DA PESQUISA PERFIL DOS DELEGADOS

A pesquisa foi realizada em outubro de 2013, durante a Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. Foram realizadas 1.000 entrevistas, com duração média de 20 minutos, o que cobriu 92% dos 1.087 delegados nacionais e delegados natos presentes.

A maioria dos delegados é do sexo masculino (57%) e está na faixa etária de 35 a 54 anos (57%). Em 2003, os homens representavam 66% e 58% estavam na mesma faixa etária. Ao comparar as Conferências no tempo, da I CNMA à IV CNMA, há um aumento da participação da sociedade civil e do setor empresarial, enquanto o setor governamental perde representatividade.

A região de origem dos delegados diferiu pouco em comparação com as outras edições da pesquisa: o sul (14%) e o sudeste (21%) mantiveram suas cotas de participação, enquanto o norte (de 18% para 20%) e o nordeste (de 28% a 32%) tiveram um pequeno aumento na participação. Os delegados apresentam um alto nível de escolaridade, a maioria (67%) tem nível superior completo. A renda familiar é relativamente alta: 28% estão entre 5 e 10 salários mínimos e 26% a partir de 10 salários mínimos. Analisando os delegados da sociedade civil, temos a entrada dos catadores, que eram muito pouco representados nas edições anteriores.

Sobre a participação nas edições anteriores, 73% afirmou que esta edição foi a primeira e somente 16% dos delegados participaram das conferências infantojuvenis. Apesar disso, os delegados são pessoas inseridas há muito tempo na temática socioambiental (68% dos delegados atuam na área há mais de cinco anos e 48% há mais de 10 anos).

Mais de 84% dos delegados participam de alguma instância colegiada, 48% participam de conselhos de meio ambiente (municipais, estaduais ou nacional) e mais de 30% em outros conselhos das três esferas

governamentais. Comparando a participação dos delegados na II CNMA e na IV CNMA, destaca-se a diminuição da participação em duas instâncias: o Fórum e/ou Comissão de Agenda 21 local (de 35% para 6%) e o Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável – DLIS (de 37% para 6%).

As principais atividades desenvolvidas pela organização a que estão vinculados foram: a educação ambiental (64%), capacitação de lideranças (25%), assessoria (23%), capacitação profissional (22%), organização comunitária (22%), defesa de direitos (21%) e pesquisas e estudos (19%).
Os principais problemas ambientais **globais**, na visão dos delegados, foram o aumento do volume do lixo (59%), problemas relacionados à gestão de recursos hídricos (52%) e desmatamento das florestas (44%).

Em relação aos problemas **nacionais**, o **principal** problema ambiental citado espontaneamente foi: resíduos sólidos e assuntos relacionados (32%), seguido do desmatamento (18%) e falta de informação sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental (12%). Quando estimulados com uma lista de 15 problemas, 53% apontam como problema mais grave a falta de saneamento (destinação do esgoto doméstico), 46% o lixo urbano e 30% o desmatamento da Amazônia. Ao analisarmos os dados por região, os problemas ambientais nacionais mais graves citados foram:

- **Centro-oeste:** lixo (51%), saneamento (40%) e agrotóxicos (30%);
- **Norte:** saneamento (60%), **desmatamento (54%)** e lixo (38%);
- **Nordeste:** saneamento (49%), lixo (43%) e agrotóxicos (24%);
- **Sul:** saneamento (55%), lixo (54%) e agrotóxicos (35%);
- **Sudeste:** saneamento (59%), lixo (50%) e **desmatamento (28%)**.

Os quatro principais problemas ambientais das **localidades** onde moram ou trabalham os delegados são: falta de saneamento (57%), diminuição de áreas verdes (41%), clima cada vez mais quente (36%) e rios e mares cada vez mais contaminados (29%).

As principais **atitudes** que os delegados praticam no dia a dia, levando em consideração a não geração, a redução ou a reutilização de resíduos sólidos, são: 67% separam o lixo doméstico em seco (papéis, vidros, plásticos, latas) e molhado (restos de alimentos), 58% procuram não desperdiçar água, 42% têm reduzido o consumo de energia elétrica, 34% procuram não consumir por impulso e 33% utilizam sacolas plásticas com moderação. Entre os delegados que não são catadores de material reciclável, 90% já tinham visitado um lixão.

Perguntamos aos delegados quem decide as **compras** em seus domicílios e quase a metade apontou que as decisões são tomadas: em conjunto (47%), pela mulher (37%) e pelos homens (15%). Mais de 70% dos delegados afirmou existir em seus ambientes de trabalho algum programa de redução e reciclagem de resíduos.
Sobre os hábitos dos delegados em relação ao descarte de resíduos sólidos:

- **celular:** em 60% dos casos é descartado em pontos ou postos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais e 20% são doados para instituições de caridade, amigos, etc.;
- **eletrodomésticos:** em 41% dos casos são descartados em pontos ou postos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais e 41% são doados para instituições de caridade, amigos, etc.;
- **remédios vencidos:** em 49% dos casos são descartados **no lixo de casa** e 39% dos casos em pontos ou postos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais.

Sobre a Política Ambiental implementada pelo governo, as três ações que consideram mais importantes: a destinação adequada dos resíduos sólidos (53%), o combate ao desmatamento da Amazônia (32%) e a promoção do desenvolvimento local sustentável (31%).
Todos os delegados foram capazes de indicar ao menos um programa da Política Ambiental implementada pelo governo em seus municípios. Quando pedimos de forma espontânea: 22% apontaram apenas um programa, 13% apontaram dois programas, 14% apontaram três programas

e 9% apontaram quatro ou cinco programas. Os programas mais conhecidos que estão sendo implementados são: Programa Nacional de Educação Ambiental (18%), Política Nacional de Resíduos Sólidos (17%), Agenda 21 (12%), Cadastro Ambiental Rural (10%) e a Agenda Ambiental na Administração Pública (9%). Quase 90% afirmou que estes programas têm contribuído para a melhoria das condições socioambientais do município onde residem ou trabalham.

Quando pedimos de forma estimulada por uma lista com 21 programas do MMA, os delegados avaliaram com melhor desempenho: o Programa de Educação Ambiental (43%), o gerenciamento dos resíduos sólidos (37%), a Agenda 21 (25%), o Cadastro Ambiental Rural (24%) e a Produção e o Consumo Sustentáveis (21%).

Segundo os delegados, o **maior acerto** da Política Ambiental deste governo é o aumento da participação da sociedade civil nas discussões (29%), seguidos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305 (18%) e a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (9%).
O **maior erro** na Política Ambiental do governo foi: falta de fiscalização/aplicação das leis (19%), falta de recursos/investimento/apoio do governo (12%), demora na execução de projetos/ações (7%) e falhas/mudanças no Código florestal (6%).

2. METODOLOGIA DA PESQUISA PERFIL DOS DELEGADOS

Foram realizadas 1.000 entrevistas no universo de 1.087 delegados presentes, com duração média de 20 minutos cada, tendo como instrumento um questionário (Ver Anexos desta publicação) estruturado com cerca de 25 questões, incluindo aquelas que visam fornecer o perfil dos delegados. O questionário foi discutido e elaborado com a equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente, visando abarcar os diferentes tipos de delegados e abranger toda a heterogeneidade presente na IV CNMA. A maior parte das questões existentes nos questionários das edições anteriores foi incluída na versão atual.

O questionário foi estruturado segundo blocos temáticos: a) perfil do delegado; b) perfil da organização a que estão vinculados; c) percepção de problemas ambientais; d) avaliação da política ambiental; e) atitudes em relação a não geração, redução e reutilização de resíduos sólidos; e f) hábitos em relação a descarte de resíduos sólidos.

O desenho da pesquisa buscou cobrir o universo total dos delegados estaduais (incluindo os delegados eleitos e os natos das Comissões Organizadoras Estaduais - COE), mantendo o método de pesquisa tipo censo aplicado nas pesquisas anteriores. Foram entrevistados 92% dos 1.087 delegados presentes na conferência, sendo 82% dos delegados da região centro-oeste e 96% dos delegados da região sudeste. Vale ressaltar que não foram entrevistados os delegados natos: da Comissão Organizadora Nacional (CON), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e representantes do MMA que atuaram na coordenação ou na equipe técnica do evento.

A equipe de campo foi composta por 16 entrevistadores, dois supervisores e um coordenador de campo. A coleta de dados foi realizada no período de duração da Etapa Nacional da IV CNMA, do dia 24 ao dia 27 de outubro de 2013. Cada delegado entrevistado teve seu crachá marcado com uma etiqueta circular de cor laranja, para facilitar sua identificação e evitar que fossem entrevistados novamente. Os dados foram digitalizados, criticados, tabulados e incorporados a um banco de dados. A tabela abaixo representa como foram distribuídas as entrevistas, os delegados credenciados na IV CNMA e o número de cidades representadas por região.

Tabela 1 – Cobertura por região: cidades, entrevistas e credenciais

Região	Cidades	Delegados		
		Entrevistados	Credenciados	Cobertura
Norte	75	196	209	93,8%
Nordeste	171	325	349	93,1%
Centro-oeste	59	129	158	81,6%
Sudeste	109	210	219	95,9%
Sul	81	140	152	92,1%
Total	495	1000	1087	92,0%

Foram entrevistados 480 delegados representantes da sociedade civil, 279 do setor empresarial e 241 delegados do setor governamental. A cobertura da pesquisa, segundo estes setores, foi: 98% dos delegados da sociedade civil, 94% do empresarial e 80% do governamental. A tabela abaixo apresenta a cobertura nas regiões segundo o setor dos delegados.

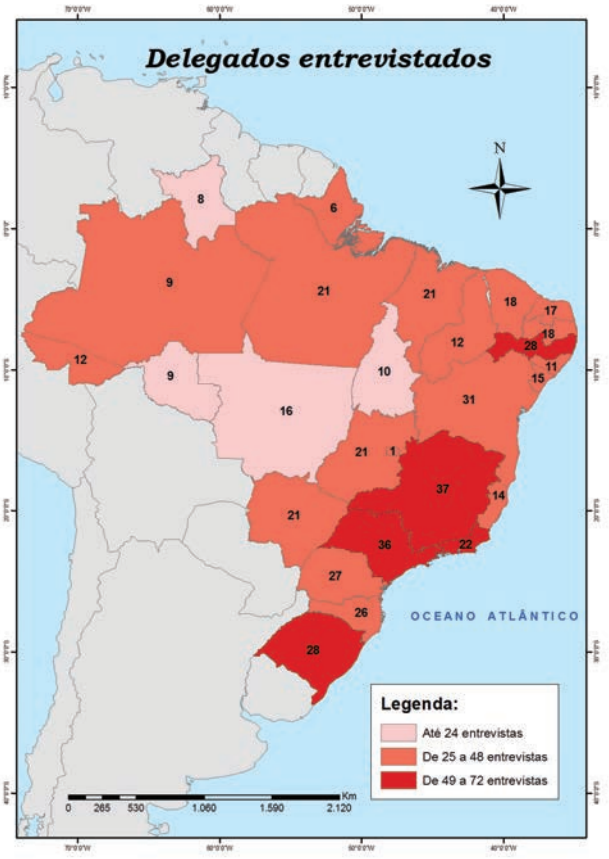
Tabela 2 – Cobertura dos setores representados por região

Região	Credenciados				Entrevistados				% cobertura das entrevistas			
	Soc. Civil	Emp.	Gov.	Total	Soc. Civil	Emp.	Gov.	Total	Soc. Civil	Emp.	Gov.	Total
Norte	94	55	60	209	92	53	51	196	97,87%	96,36%	85,00%	93,78%
Nordeste	161	97	91	349	159	88	78	325	98,76%	90,72%	85,71%	93,12%
Centro-oeste	61	39	58	158	58	37	34	129	95,08%	94,87%	58,62%	81,65%
Sudeste	103	62	54	219	103	60	47	210	100%	96,77%	87,04%	95,89%
Sul	69	43	40	152	68	41	31	140	98,55%	95,35%	77,50%	92,11%
Total	488	296	303	1087	480	279	241	1000	98,36%	94,26%	79,54%	92,00%

A sociedade civil está representada pelos segmentos: movimento social, ONG, catadores de material reciclado, movimento sindical, comunidade científica, comunidades tradicionais, povos indígenas, coletivo de juventude pelo meio ambiente, quilombolas, entre outros.

O mapa 1 abaixo apresenta os estados brasileiros com o número de cidades representadas na conferência e uma escala de cores representando a faixa do número de entrevistas realizadas. Apesar da coloração no mapa apontar para o número de entrevistas em três estados da região sudeste, Rio Grande do Sul e Pernambuco, chama a atenção que, mesmo nos estados com as piores condições de acesso, foram representadas por delegados de pelo menos oito cidades.

O estado do Tocantins teve o menor número de entrevistas (22 entre os 23 representantes de 10 cidades) e São Paulo o maior número de entrevistas (72 em 76 representantes de 36 cidades).

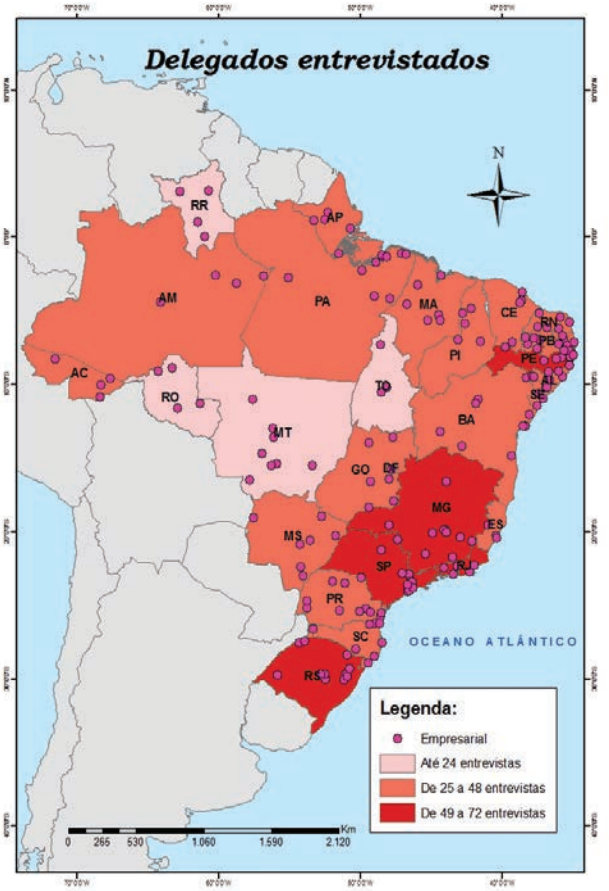


Mapa 1 – Número de cidades e faixas do número de entrevistas por estado

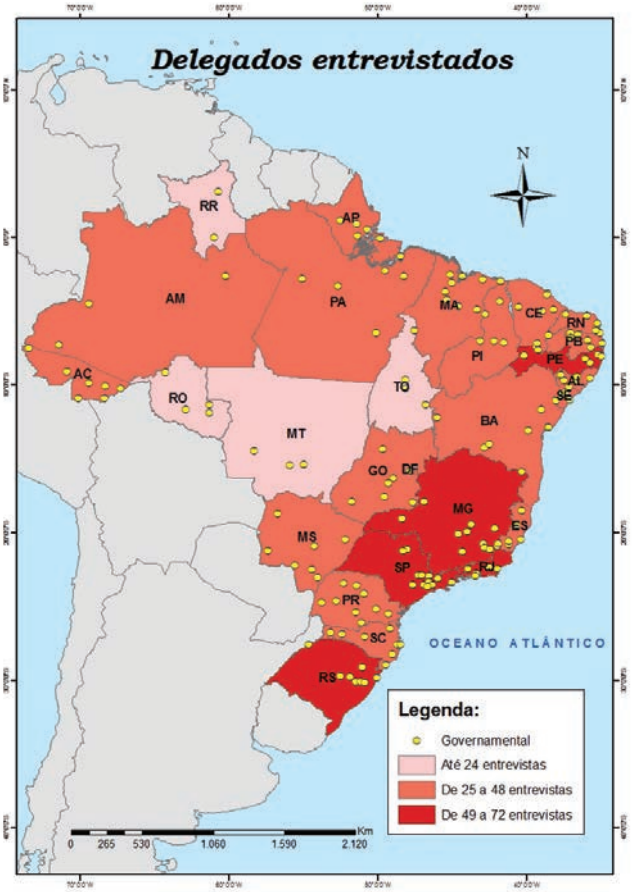
Apresentamos a seguir três mapas com a mesma base de cores do Mapa 1 (acima), indicando o número de entrevistas realizadas por estado. Cada círculo colorido representa um delegado e está localizado na sua cidade de procedência (georreferenciado no centro do município).

O Mapa 2 apresenta círculos amarelos que representam os delegados do setor governamental, o Mapa 3 apresenta círculos cor de rosa que representam o setor empresarial e o Mapa 4 apresenta círculos azuis que representam os delegados da sociedade civil. Por meio deste conjunto, é possível ter uma noção exata da representatividade e do espalhamento em todo território nacional.

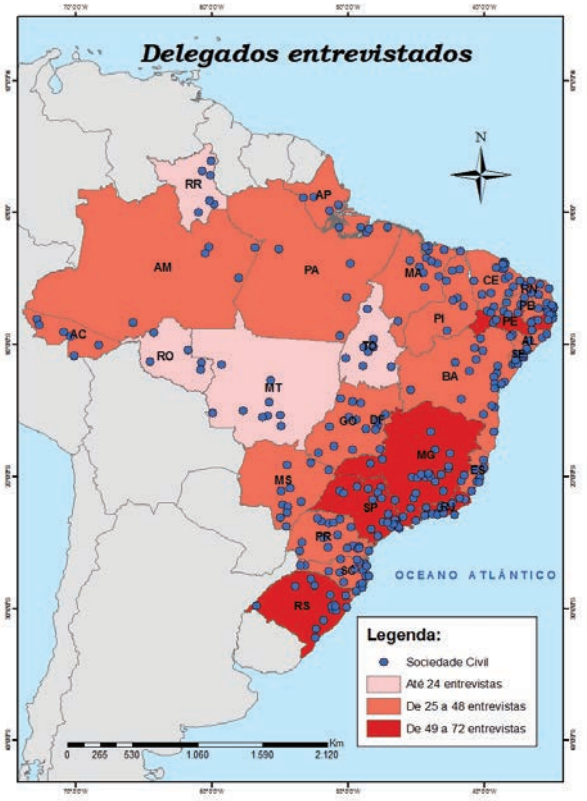
Mapa 2 – Setor governamental e faixas do número de entrevistas por estado



Mapa 3 – Setor empresarial e faixas do número de entrevistas por estado



Mapa 4 – Setor sociedade civil e faixas do número de entrevistas por estado



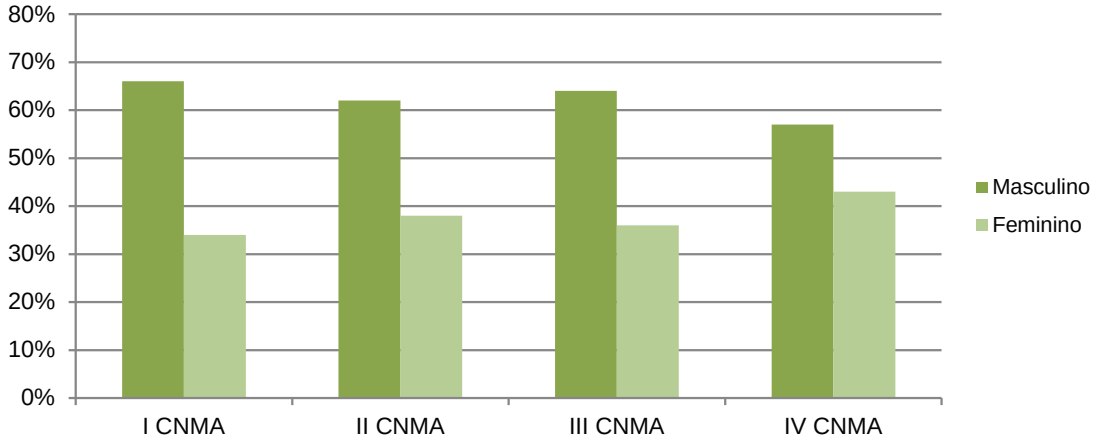
3. RESULTADOS DA PESQUISA PERFIL DOS DELEGADOS

Os principais resultados da pesquisa estão apresentados a seguir, em blocos temáticos organizados no instrumento de pesquisa. Durante a análise, foram resgatadas algumas informações comparativas das edições anteriores, a partir dos três relatórios disponibilizados pelo MMA. Também foram utilizados cruzamentos de todas as questões por região, sexo, idade, escolaridade, renda e setor do delegado, que foram incluídos ou citados, sempre que apresentaram alguma diferença significativa.

PERFIL DOS DELEGADOS

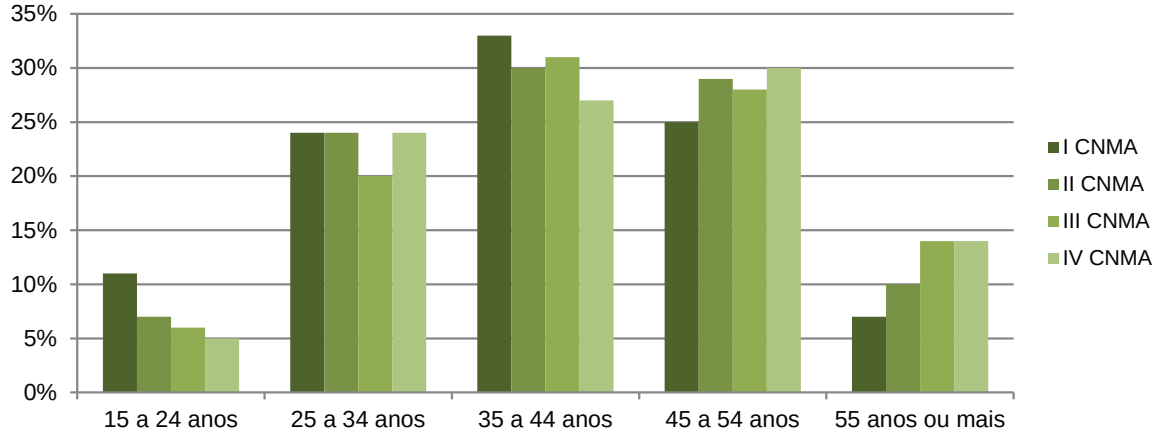
Na IV CNMA, a maioria dos delegados é do sexo masculino (57%). Em 2003, o percentual era 66%, confirmando a expectativa em 2005 para as próximas conferências de se aumentar a representação feminina e acompanhando o aumento da representatividade das mulheres em todos os setores da sociedade.

Gráfico 1 – Sexo dos delegados da I CNMA à IV CNMA



A maioria dos delegados está na faixa etária de 35 a 54 anos (57%). Em 2003, este percentual era 58%. No gráfico abaixo pode perceber que o padrão da distribuição de idade pouco se alterou. Há apenas uma sutil diminuição dos delegados mais jovens e um pequeno aumento nas duas faixas etárias mais avançadas.

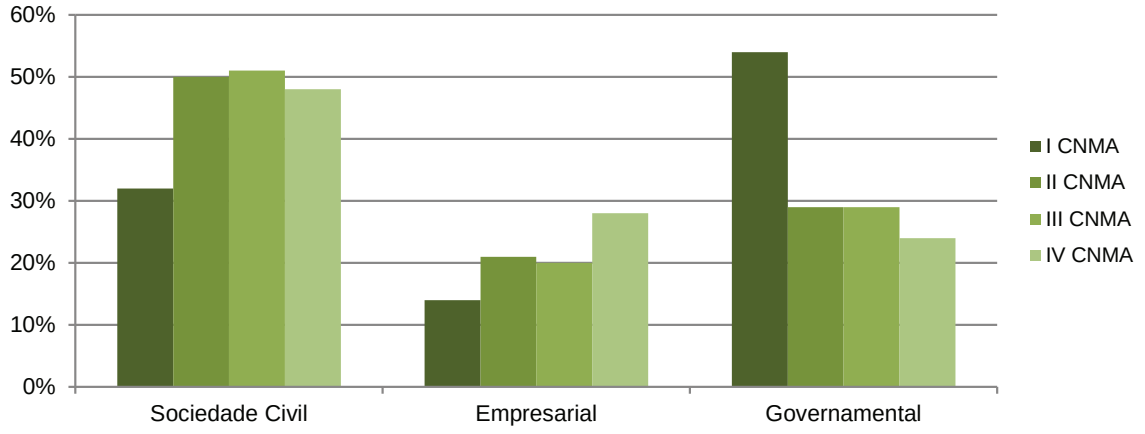
Gráfico 2 – Faixa etária dos delegados da I CNMA à IV CNMA



Mesmo sendo a classe menos representada no tempo, vale uma especial atenção ao grupo de idade até 30 anos, que, nesta última edição da CNMA, representou 17,3% dos delegados. Suas principais características:
33,5% representa a região Nordeste e 20,8% a região Norte;
56,6% representa a sociedade civil e 28,3% o setor empresarial;
83,8% não participou de nenhuma das conferências anteriores;
39,7% atua na área socioambiental há mais de cinco anos;
53,2% é do sexo feminino;
59,9% tem ensino superior completo ou maior qualificação;
34,5% possui renda familiar mensal acima de 5 salários mínimos.

Ao analisarmos, no decorrer das quatro CNMA realizadas, o setor a que pertence o delegado, tem-se uma boa demonstração do aumento da participação da sociedade civil, que é um dos objetivos do incentivo à participação social. Comparando a I CNMA com IV CNMA, vê-se claramente que o setor governamental, que organiza as discussões, vem perdendo representatividade em detrimento do aumento da participação dos setores empresarial e da sociedade civil.

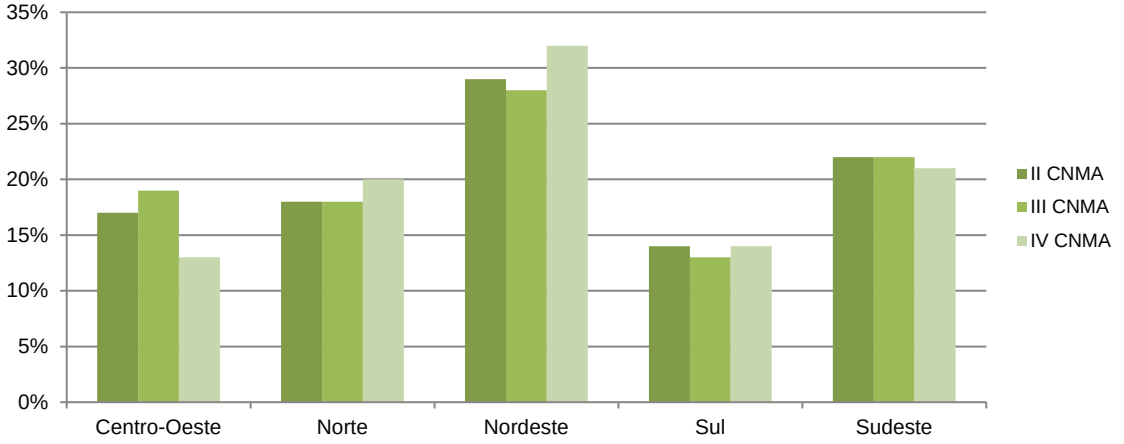
Gráfico 3 – Setor de atuação dos delegados da I CNMA à IV CNMA



A região geográfica de origem dos delegados sofre pouca alteração em comparação com a II CNMA e a III CNMA: o sul e o sudeste mantém a participação em 14% e 21% respectivamente; as regiões

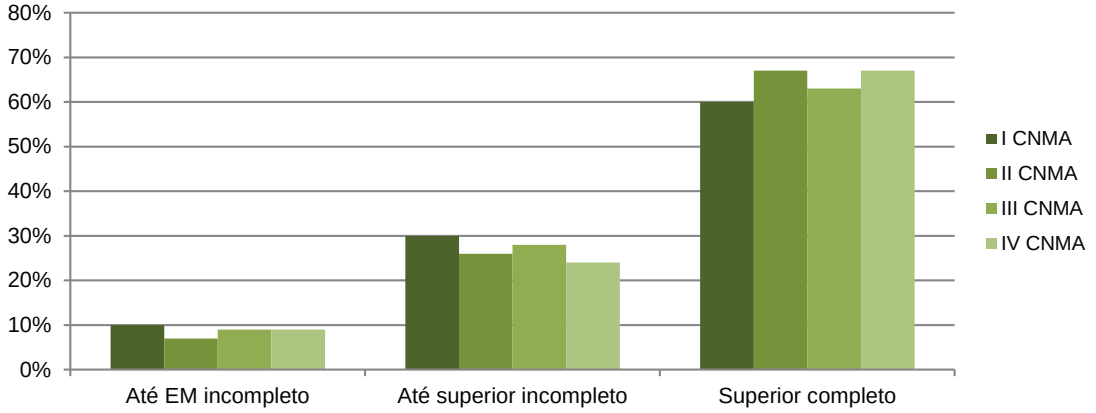
norte e nordeste têm um pequeno aumento na participação, de 18% para 20% e 28% para 32%, respectivamente. A única região que tem uma baixa na representatividade é a centro-oeste, mas deve-se atentar ao fato de as comissões organizadoras não fazerem parte da pesquisa e estarem concentradas na cidade sede da conferência.

Gráfico 4 – Região geográfica dos delegados da II CNMA à IV CNMA



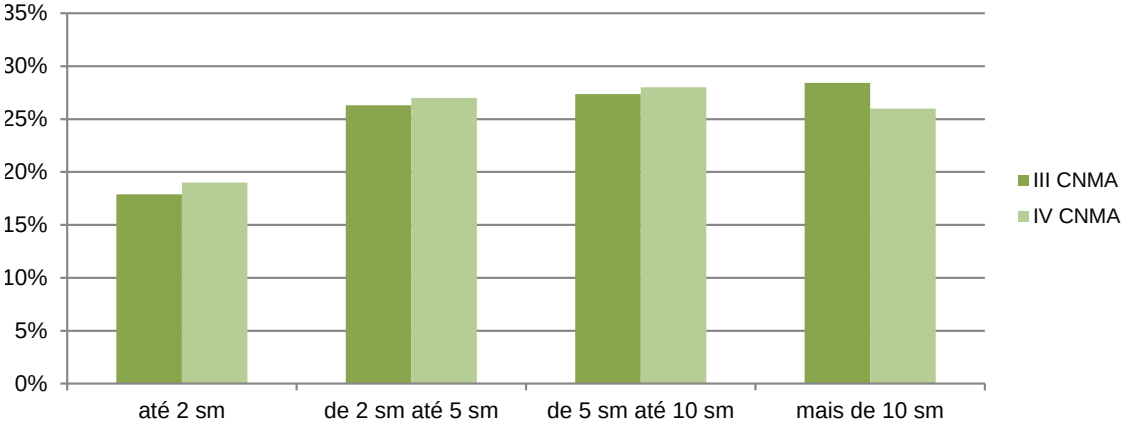
Os delegados da IV CNMA apresentam um alto nível de escolaridade, acompanhando o padrão das demais edições. A maioria (67%) tem nível superior completo e apenas 9% não concluiu o ensino médio.

Gráfico 5 – Escolaridade dos delegados da I CNMA à IV CNMA



A faixa de renda familiar dos delegados, levantada nas duas últimas edições da pesquisa, tem apresentado o mesmo padrão, com um suave aumento na proporção de rendas inferiores a 10 salários mínimos (cerca de 1% em cada faixa) e uma leve queda na faixa de renda familiar a partir de 10 salários mínimos (28% para 26%).

Gráfico 6 – Renda familiar mensal dos delegados na III CNMA e IV CNMA



Observação: o salário mínimo (sm) vigente em outubro de 2013 era R$ 628,00.

Em relação à participação em outras edições da CNMA, 73% dos delegados afirmaram que a IV CNMA foi a primeira Conferência Nacional do Meio Ambiente de que participaram. Sobre a participação em conferências infantojuvenis do meio ambiente, apenas 16% dos delegados presentes na IV CNMA tiveram essa experiência, sendo que no setor governamental este percentual chega a 19%.

Tabela 3 – Participação nas conferências anteriores segundo setor

F) Conferências que participou:	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
I CNMA	87	18%	34	12%	36	15%	157	16%
II CNMA	82	17%	43	15%	45	19%	170	17%
III CNMA	96	20%	56	20%	54	22%	206	21%
Não participou	344	72%	210	75%	173	72%	727	73%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Tabela 4 – Participação nas conferências infanto-juvenis segundo setor

G) Participou como delegado ou facilitador em alguma edição da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	77	16%	40	14%	46	19%	163	16%
Não	403	84%	239	86%	195	81%	837	84%

Foram feitas perguntas sobre o setor de atuação das instituições a que estão vinculados os delegados: 28% no setor empresarial, 25% no setor governamental, 21% no movimento social, 9% no setor não governamental (ONG), 7% de catadores, 5% no movimento sindical, 5% em comunidades tradicional/povos indígenas e 4% na comunidade científica. Cruzamos essa informação segundo o setor dos delegados e destaca-se apenas que existem empresários que atuam em outros setores além do empresarial, que o setor governamental se classifica em outros setores de atuação e que a sociedade civil atua em várias áreas.

Tabela 5 – Setor de atuação dos delegados segundo setor

PD1) Setor de atuação	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Empresarial	7	1%	265	95%	3	1%	275	28%
Governamental	17	4%	2	1%	234	97%	253	25%
Movimento Social	193	40%	11	4%	8	3%	212	21%
Organizações não governamentais	79	16%	4	1%	4	2%	87	9%
Catadores de material reciclável	60	13%	9	3%	0	0%	69	7%
Movimento Sindical	40	8%	4	1%	2	1%	46	5%
Comunidade científica	36	8%	2	1%	5	2%	43	4%
Comunidades tradicionais	31	6%	0	0%	1	0%	32	3%
Povos indígenas	22	5%	0	0%	0	0%	22	2%
Coletivo de Juventude pelo Meio Ambiente	10	2%	1	0%	0	0%	11	1%
Quilombolas	10	2%	1	0%	0	0%	11	1%
Outros	17	4%	3	1%	1	0%	21	2%
Não sabe/ Não respondeu	2	0%	0	0%	0	0%	2	0%
Total	478	100%	279	100%	241	100%	998	100%

No gráfico abaixo (Gráfico 7), pode-se notar que a área de atuação é mais voltada para segmentos da sociedade civil, pois o setor de representação do delegado dos setores empresarial e governamental acaba atuando em conjunto com segmentos da sociedade civil.

Gráfico 7 – Setor de atuação dos delegados

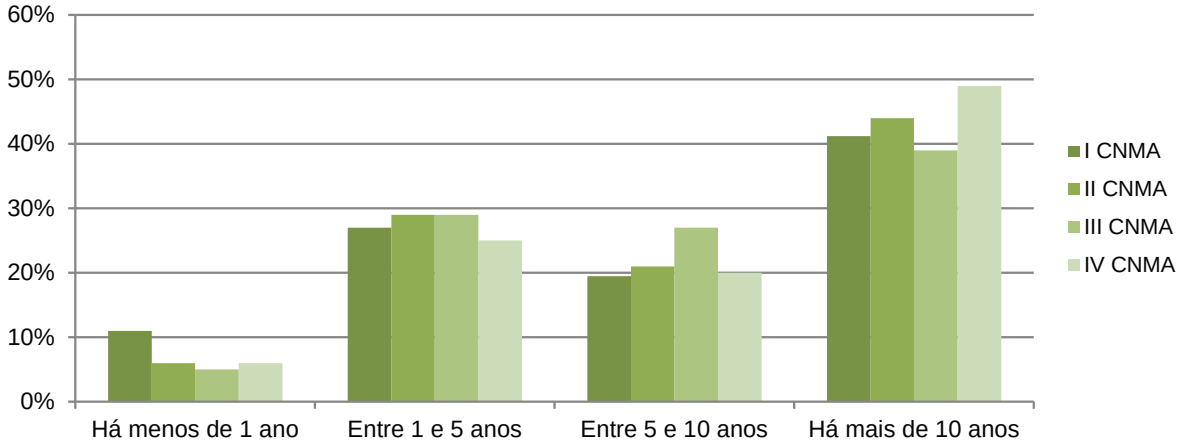
De acordo com os dados, também é possível verificar que são pessoas inseridas há muito tempo na temática socioambiental. Mais de 68% dos delegados atuam na área há mais de cinco anos, 48% há mais de 10 anos e apenas 6%, atuam na área há menos de um ano. Entretanto, 73% dos delegados não participaram de nenhuma das edições anteriores da CNMA, o que nos sugere constante renovação das lideranças eleitas.

Tabela 6 – Tempo de atuação na área socioambiental segundo setor

PD2) Há quanto tempo atua na área socioambiental	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Há menos de 1 (um) ano	20	4%	21	8%	19	8%	60	6%
Entre 1 (um) e 5 (cinco) anos	124	26%	68	24%	55	23%	247	25%
Entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos	21	20%	55	20%	54	22%	204	20%
Há mais de 10 (dez) anos	239	50%	133	48%	109	45%	481	48%
Não sabe/ Não respondeu	2	0%	2	1%	4	2%	8	1%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Ao compararmos esta edição da pesquisa com a realizada na I CNMA, nota-se que os participantes estão há mais tempo atuando na área Ambiental. Na I CNMA, 11% atuavam na área há menos de um ano e 62% há mais de cinco anos.

Gráfico 8 – Tempo de atuação na área socioambiental nas 4 conferências



Mais de 84% dos delegados participam de alguma instância colegiada, sendo que 48% participam de Conselhos de Meio Ambiente (municipais, estaduais ou nacional), confirmando a grande inserção em

colegiados consultivos ou deliberativos dos delegados na área. Se somarmos outros conselhos das três esferas governamentais, encontramos mais de 30% dos delegados participando dessas instâncias, o que revela que a participação dos delegados vai muito além da conferência. Além das opções estimuladas pelo questionário, 8% dos delegados apontaram que participam de outras instâncias colegiadas.

Apenas 16% dos delegados da IV CNMA não participam de qualquer instância colegiada, número que pouco mudou em relação à pesquisa feita na II CNMA, quando a porcentagem era de 15%. No setor governamental, o percentual de delegados que não participa de outras instâncias colegiadas é de 11%. É no setor empresarial, inclusive, em que está a maior participação dos delegados em cinco instâncias colegiadas: Conselho municipal, estadual ou nacional de Meio Ambiente (59,8%), Comitê de Bacia Hidrográfica (16,2%), outros conselhos estaduais (12,0%), Conselho de Unidade de Conservação (7,1%) e outros conselhos nacionais (5,4%).

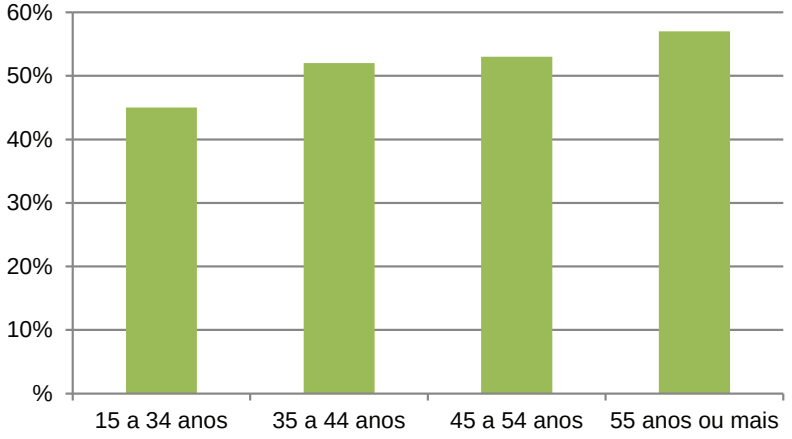
Tabela 7 – Participação nas instâncias colegiadas segundo setor

PO1) Participação nas Instâncias colegiadas?	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Conselho municipal, estadual ou nacional de Meio Ambiente	209	0%	126	0%	144	0%	479	0%
Outros conselhos municipais	102	0%	47	0%	44	0%	193	0%
Comitê de Bacia Hidrográfica	62	0%	25	0%	39	0%	126	0%
Outros conselhos estaduais	44	0%	27	0%	29	0%	100	0%
Fórum e/ou comissão de Agenda 21 local	28	0%	18	0%	15	0%	61	0%
Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável (DLIS)	35	0%	11	0%	14	0%	60	0%
Conselho de Unidade de Conservação	19	0%	18	0%	17	0%	54	0%
Outros conselhos nacionais	14	0%	10	0%	13	0%	37	0%
Não participa/nenhuma	84	0%	51	0%	26	0%	161	0%
Outros	44	0%	27	0%	16	0%	87	0%
Total	0	100%	0	100%	0	100%	0	100%

Comparando a participação dos delegados na II CNMA e na IV CNMA, de uma maneira geral, a participação em cada instância colegiada diminuiu muito: Conselho municipal, estadual ou nacional de Meio Ambiente caiu de 60% para 48%, outros conselhos municipais de 38% para 19%, estaduais de 25% para 10%, nacionais de 15% para 4%, Comitê de Bacia Hidrográfica de 33% para 13% e Conselho de Unidade de Conservação de 21% para 5%.

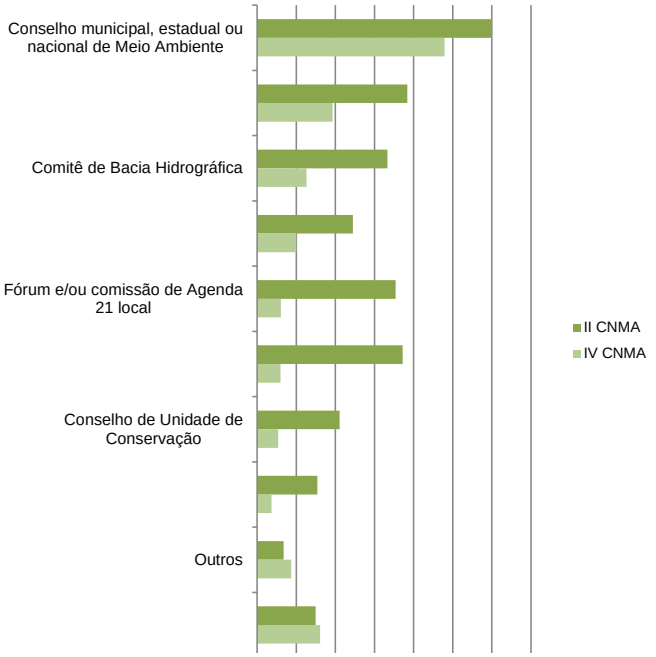
Comparando a faixa etária dos delegados que apontaram a participação em conselho municipal, estadual ou nacional de Meio Ambiente, vemos que o percentual de citações aumenta com a idade, de 45% na faixa etária de 15 a 34 anos e 57% entre os delegados com 55 anos ou mais.

Gráfico 9 – Participação em conselhos de Meio Ambiente segundo faixa etária



O programa Agenda 21, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, foi o que apresentou a maior baixa na participação (30%) em instâncias colegiadas, sendo que a participação de delegados no Fórum e/ou comissão de Agenda 21 local caiu de 35% para 6% e no Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável (DLIS) diminuiu de 37% para 6%.

Gráfico 10 – Participação em instâncias colegiadas na II CNMA e IV CNMA



Perguntou-se sobre as principais atividades desenvolvidas pela organização a que estão vinculados, oferecendo um conjunto de atividades e permitindo a indicação de até três opções. O destaque foi para os mais de 64% de delegados que incluem nas suas atividades a educação ambiental; e também a capacitação de lideranças (25%), capacitação profissional (22%) e educação popular (11%). O mesmo destaque da educação ambiental vai para o setor governamental, que, entre as atividades desenvolvidas, 72% são de educação ambiental, seguidas por campanhas de mobilização (32%), assessoria (28%), pesquisas e estudos (23%), reflorestamento (17%), documentação/informações (12%) e outros (15%).

Tabela 8 – Principais atividades desenvolvidas pela organização dos delegados segundo setor

PO2) As principais atividades desenvolvidas por sua organização	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
educação ambiental	309	65%	156	56%	174	72%	639	64%
campanhas de mobilização	145	30%	64	23%	78	32%	287	29%
capacitação de lideranças	139	29%	71	25%	36	15%	246	25%
assessoria	73	15%	84	30%	68	28%	225	23%
capacitação profissional	86	18%	93	33%	44	18%	223	22%
organização comunitária	132	28%	54	19%	36	15%	222	22%
defesa de direitos	119	25%	57	20%	34	14%	210	21%
pesquisas e estudos	76	16%	53	19%	56	23%	185	19%
execução de projetos de produção agrícola, industrial ou artesanal	63	13%	51	18%	33	14%	147	15%
reflorestamento	66	14%	29	10%	42	17%	137	14%
atenção à saúde /combate a doenças	68	14%	28	10%	20	8%	116	12%
educação popular	70	15%	24	9%	20	8%	114	11%
documentação / informações	29	6%	22	8%	28	12%	79	8%
educação a distância	10	2%	10	4%	6	2%	26	3%
Outros	21	4%	23	8%	36	15%	80	8%
Total	477	100%	279	100%	241	100%	997	100%

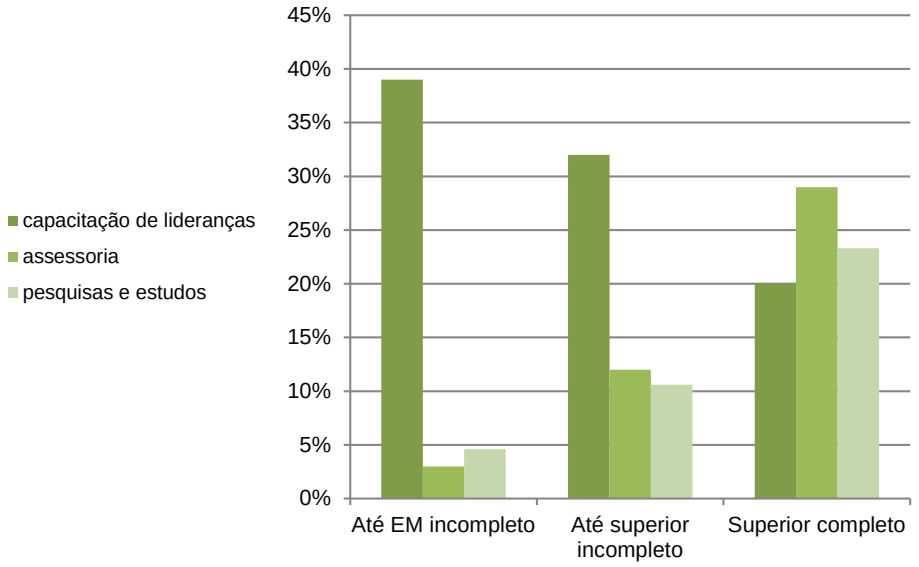
Comparando as principais atividades desenvolvidas pela organização, "Pesquisas e Estudos" apresentou diferença nas citações por idade, obtendo mais respostas a faixa etária de 15 a 34 anos (26%) e menos de 14% na faixa de 45 a 54 anos (14%).

Tabela 9 – Principais atividades desenvolvidas segundo renda familiar

PO2) As principais atividades desenvolvidas por sua organização	2) Faixa etária									
	15 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 54 anos		55 anos ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Capacitação de lideranças	55	0,192	73	0,277	82	0,279	33	0,231	243	0,246
Reflorestamento	49	0,171	39	0,148	28	0,095	19	0,133	135	0,137
Organização comunitária	52	0,181	54	0,205	74	0,252	38	0,266	218	0,221
Assessoria	75	0,261	52	0,197	69	0,235	28	0,196	224	0,227
Defesa de direitos	56	0,195	61	0,231	58	0,197	34	0,238	209	0,212
Educação ambiental	192	0,669	175	0,663	184	0,626	82	0,573	633	0,641
Capacitação profissional	52	0,181	57	0,216	78	0,265	35	0,245	222	0,225
Documentação / informações	21	0,073	25	0,095	24	0,082	9	0,063	79	0,080
Educação a distância	6	0,021	6	0,023	11	0,037	3	0,021	26	0,026
Campanhas de mobilização	83	0,289	72	0,273	82	0,279	46	0,322	283	0,286
Educação popular	33	0,115	26	0,098	35	0,119	18	0,126	112	0,113
Pesquisas e estudos	75	0,261	48	0,182	40	0,136	21	0,147	184	0,186
Atenção à saúde /combate a doenças	32	0,111	27	0,102	38	0,129	18	0,126	115	0,116
Execução de projetos de produção agrícola industrial ou artesanal	42	0,146	40	0,152	43	0,146	21	0,147	146	0,148
Outro	22	0,077	20	0,076	24	0,082	14	0,098	80	0,081
Total	287	1	264	1	294	1	143	1	988	1

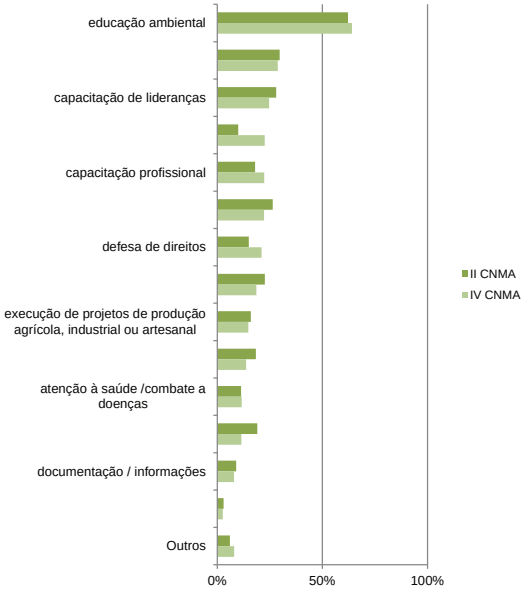
Analisando as principais atividades desenvolvidas pela organização a que estão vinculados pela escolaridade dos delegados, destacamos três que apresentaram grandes diferenças: capacitação de lideranças de 39% (até Ensino Médio incompleto) para 20% (superior completo), assessoria de 3% (até Ensino Médio incompleto) para 29% (superior completo) e pesquisas e estudos de 5% (até Ensino Médio incompleto) para 23% (superior completo).

Gráfico 11 – Principais atividades desenvolvidas segundo escolaridade



Comparando as atividades das instituições dos delegados na II CNMA e na IV CNMA, encontramos crescimento na educação ambiental (de 62% para 64%), assessoria (de 10% para 23%), capacitação profissional (de 18% para 22%) e defesa de direitos (de 15% para 21%). As atividades que tiveram diminuição nas citações foram: capacitação de lideranças (de 28% para 25%), organização comunitária (de 26% para 22%), pesquisas e estudos (de 23% para 19%), reflorestamento (de 18% para 14%) e educação popular (de 19% para 11%).

Gráfico 12 – Principais atividades desenvolvidas pelas organizações de vínculo dos delegados na II e IV Conferências



Percepção de problemas ambientais do mundo, do Brasil e da sua região

O principal problema ambiental global, na visão dos delegados presentes na I CNMA e II CNMA, são problemas relacionados à gestão de Recursos Hídricos, que na IV CNMA fica em segundo lugar, apesar de manter a magnitude do percentual de citações (40%, 57%, 52% respectivamente nas I, II e IV CNMA). O problema mais citado na edição atual é o aumento do volume do lixo (59%), relacionado à temática discutida na IV CNMA. Houve menções mais modestas na I CNMA e II CNMA, respectivamente 12% e 33%, apesar de confirmar a preocupação crescente no tempo.

A partir de uma questão fechada, na qual foi apresentada uma lista de 13 problemas ambientais globais, em que se permitiam respostas múltiplas, verificou-se que os delegados participantes da IV CNMA apontaram que os três principais problemas ambientais globais são: o aumento do volume do lixo (59%), a poluição de rios, lagos e outras fontes de água (52%) e desmatamento das florestas (44%).

Na III CNMA o questionamento solicitou apenas uma opção de resposta, não permitindo comparabilidade com as outras edições. Mas a ordem de importância dos problemas globais mais citados foi: a poluição de rios, lagos e outras fontes de água (17%), o desmatamento da floresta (22%), as mudanças climáticas (13%) e o aumento no volume do lixo (10%).

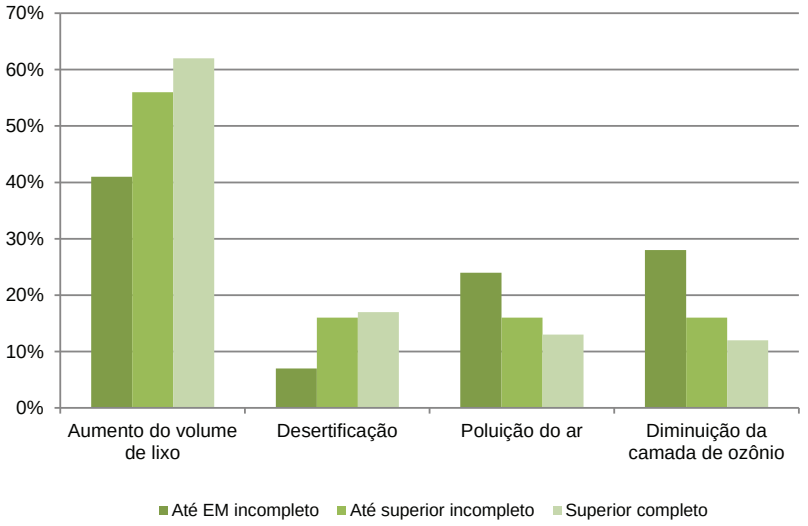
Quando comparadas entre os setores governamental e sociedade civil, encontramos uma diferença significativa pela citação ao aumento do volume do lixo, 64% e 54%, respectivamente.

Tabela 10 – Principais problemas ambientais GLOBAIS segundo setor

PPA1) Problemas ambientais GLOBAIS que considera mais importantes	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Aumento do volume de lixo	260	54%	171	61%	154	64%	585	59%
Poluição de rios, lagos e outras fontes de água	243	51%	139	50%	133	55%	515	52%
Desmatamento de florestas	223	46%	116	42%	103	43%	442	44%
Mudanças de clima	103	21%	68	24%	73	30%	244	24%
Perda da Biodiversidade	103	21%	47	17%	68	28%	218	22%
Efeito estufa	84	18%	44	16%	36	15%	164	16%
Desertificação	70	15%	48	17%	41	17%	159	16%
Extinção de espécies de animais e plantas	78	16%	43	15%	28	12%	149	15%
Poluição do ar	74	15%	47	17%	25	10%	146	15%
Diminuição da camada de ozônio	69	14%	45	16%	29	12%	143	14%
Poluição de mares	63	13%	29	10%	15	6%	107	11%
Lixo Nuclear	41	9%	22	8%	13	5%	76	8%
Chuva ácida	10	2%	5	2%	3	1%	18	2%
Outros	10	2%	10	4%	3	1%	23	2%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

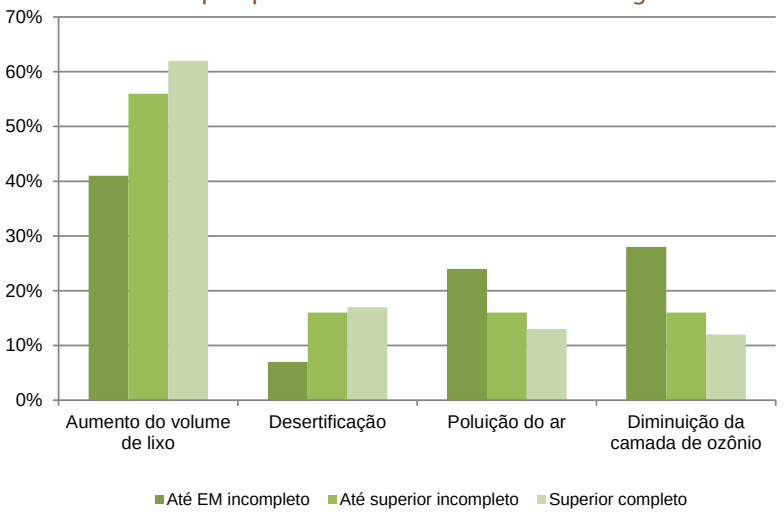
Ainda comparando as citações de problemas globais no tempo, as mudanças climáticas confirmam um padrão de crescimento, saindo de 14% para 24% na edição atual.

Gráfico 13 – Principais problemas ambientais GLOBAIS na I, II e IV conferências



Analisando os principais problemas ambientais globais pela escolaridade dos delegados, destacamos: duas citações aumentam com a escolaridade (aumento do volume do volume do lixo e desertificação) e duas citações diminuem na maior escolaridade (poluição do ar e diminuição da camada de ozônio).

Gráfico 14 – Principais problemas ambientais GLOBAIS segundo escolaridade



Ao analisarmos os dados por região percebemos que, além dos problemas globais citados, houve uma incidência nos problemas ambientais que mais tinham a ver com a região de moradia do delegado. Excetuando-se o desmatamento, que foi apontado em todas as regiões como um grave problema. Os problemas globais mais graves, segundo a região dos delegados, foram:

- Região Norte: desmatamento de florestas (58%), aumento do volume de lixo (56%) e poluição de rios, lagos e outras fontes de água (53%);
- Região Nordeste: aumento do volume de lixo (61%), poluição de rios, lagos e outras fontes de água (48%) e desmatamento de florestas (43%);
- Região Centro-oeste: aumento do volume de lixo (64%), poluição de rios, lagos e outras fontes de água (49%) e desmatamento de florestas (42%);
- Região Sul: poluição de rios, lagos e outras fontes de água (60%), aumento do volume de lixo (56%) e desmatamento de florestas (36%);
- Região Sudeste: aumento do volume de lixo (55%), poluição de rios, lagos e outras fontes de água (52%) e desmatamento de florestas (41%).

Tabela 11 – Principais problemas ambientais GLOBAIS segundo região

PPA1) Problemas ambientais GLOBAIS que considera mais importantes	Regiao										Total	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aumento do volume de lixo	110	56,10%	199	61,20%	115	54,80%	78	55,70%	83	64,30%	585	58,50%
Poluição de rios, lagos e outras fontes de água	103	52,60%	156	48,00%	109	51,90%	84	60,00%	63	48,80%	515	51,50%
Desmatamento de florestas	113	57,70%	138	42,50%	86	41,00%	51	36,40%	54	41,90%	442	44,20%
Mudanças de clima	47	24,00%	81	24,90%	52	24,80%	34	24,30%	30	23,30%	244	24,40%
Perda da Biodiversidade	29	14,80%	67	20,60%	51	24,30%	34	24,30%	37	28,70%	218	21,80%
Efeito estufa	39	19,90%	43	13,20%	44	21,00%	23	16,40%	15	11,60%	164	16,40%
Desertificação	15	7,70%	93	28,60%	26	12,40%	14	10,00%	11	8,50%	159	15,90%
Extinção de espécies de animais e plantas	33	16,80%	48	14,80%	20	9,50%	28	20,00%	20	15,50%	149	14,90%
Poluição do ar	26	13,30%	36	11,10%	36	17,10%	24	17,10%	24	18,60%	146	14,60%
Diminuição da camada de ozônio	27	13,80%	53	16,30%	31	14,80%	16	11,40%	16	12,40%	143	14,30%
Poluição de mares	24	12,20%	35	10,80%	21	10,00%	13	9,30%	14	10,90%	107	10,70%
Lixo Nuclear	12	6,10%	15	4,60%	22	10,50%	10	7,10%	17	13,20%	76	7,60%
Chuva ácida	5	2,60%	4	1,20%	2	1,00%	5	3,60%	2	1,60%	18	1,80%
Outros	4	2,00%	7	2,20%	6	2,90%	5	3,60%	1	0,80%	23	2,30%
Nenhum deles	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Não sabe/ Não opinou	196	100%	323	99,40%	210	100%	140	100%	129	100%	998	99,80%
Total	196	100%	325	100%	210	100%	140	100%	129	100%	1000	100%

Cruzando problemas ambientais globais que consideram mais importantes por faixa de renda familiar mensal, podemos destacar duas citações: desmatamento de florestas variou de 37% (delegados com renda acima de 10 salários mínimos) a 48% (delegados com renda até dois salários mínimos) e a poluição dos mares variou de 7% (renda entre 2 e 5 salários mínimos) a 17% (renda ate 2 salários mínimos).

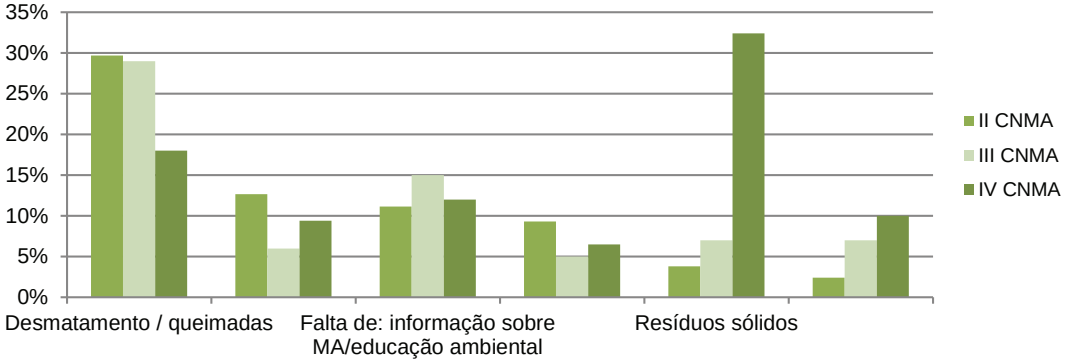
Tabela 12 – Problemas ambientais globais segundo renda familiar

PPA1) Problemas ambientais GLOBAIS que considera mais importantes	5) Faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos)									
	até 2 sm		de 2 sm até 5 sm		de 5 sm até 10 sm		mais de 10 sm		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diminuição da camada de ozônio	33	17,2%	40	14,8%	39	14,2%	30	11,8%	142	14,3%
Desmatamento de florestas	93	48,4%	124	45,9%	127	46,4%	94	37,0%	438	44,2%
Poluição de mares	33	17,2%	18	6,7%	27	9,9%	25	9,8%	103	10,4%
Poluição de rios, lagos e outras fontes de água	103	53,6%	130	48,1%	133	48,5%	144	56,7%	510	51,5%
Chuva ácida	3	1,6%	7	2,6%	6	2,2%	2	,8%	18	1,8%
Poluição do ar	34	17,7%	34	12,6%	38	13,9%	39	15,4%	145	14,6%
Aumento do volume de lixo	102	53,1%	166	61,5%	165	60,2%	145	57,1%	578	58,4%
Mudanças de clima	36	18,8%	60	22,2%	73	26,6%	75	29,5%	244	24,6%
Extinção de espécies de animais e plantas	33	17,2%	44	16,3%	37	13,5%	34	13,4%	148	14,9%
Desertificação	17	8,9%	45	16,7%	51	18,6%	45	17,7%	158	16,0%
Efeito estufa	28	14,6%	50	18,5%	35	12,8%	49	19,3%	162	16,4%
Perda da Biodiversidade	34	17,7%	56	20,7%	67	24,5%	59	23,2%	216	21,8%
Lixo Nuclear	18	9,4%	29	10,7%	15	5,5%	12	4,7%	74	7,5%
Outros	5	2,6%	5	1,9%	5	1,8%	8	3,1%	23	2,3%
Nenhum deles	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Não sabe/ Não opinou	192	100%	270	100%	274	100%	252	99,2%	988	99,8%
Total	192	100%	270	100%	274	100%	254	100%	990	100%

Em relação aos **problemas nacionais**, pediu-se que indicassem **o principal** problema ambiental do Brasil hoje e uma única espontânea resposta foi dada. O principal problema codificado foi resíduos sólidos e assuntos relacionados (32%), seguido do desmatamento (18%) e falta de informação sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental (12%).

Comparando as citações entre a II CNMA e a IV CNMA, a poluição geral sobe de 2% para 10%, resíduos sólidos representavam 2% e passam a liderar o ranking dos problemas nacionais, com 32% das citações. O desmatamento e as queimadas são citados por cerca de 30% dos delegados que participaram das duas primeiras edições da CNMA, agora ocupam o segundo lugar com 15% de citações.

Gráfico 15 – Principal problema ambiental do Brasil na II, III e IV conferências



O principal problema ambiental do Brasil, cruzado com a escolaridade dos delegados, apresenta diferença para o item falta de gerenciamento/destinação de resíduos sólidos: 6% das citações (até ensino médio incompleto) e 19% das citações (até o nível superior).

Tabela 13 – Principal problema ambiental do Brasil segundo escolaridade

PPA2) PRINCIPAL problema ambiental do Brasil de hoje	4) Nível de escolaridade							
	Até EM incompleto		Até superior incompleto		Superior completo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Desmatamentos/ queimadas	21	23,9%	52	21,8%	104	15,5%	177	17,8%
Falta Gerenciamento/ destinação de resíduos sólidos	5	5,7%	46	19,3%	125	18,7%	176	17,7%
Aumento do lixo/ acumulação/ lixões	15	17,0%	47	19,7%	106	15,8%	168	16,9%
Falta de educação/ conscientização ambiental	12	13,6%	28	11,8%	75	11,2%	115	11,6%
Poluição de rios, lagos e outras fontes de água	6	6,8%	17	7,1%	59	8,8%	82	8,2%
Falta de saneamento	2	2,3%	6	2,5%	46	6,9%	54	5,4%
Falta de planejamento/ políticas públicas	3	3,4%	13	5,5%	32	4,8%	48	4,8%
Exploração/ Consumo em excesso/ exagerados	1	1,1%	4	1,7%	21	3,1%	26	2,6%
Aquecimento/ efeito estufa/ mudanças climáticas	1	1,1%	6	2,5%	19	2,8%	26	2,6%
Perda da biodiversidade	2	2,3%	4	1,7%	20	3,0%	26	2,6%
Poluição do ar/ poluição em geral	5	5,7%	5	2,1%	14	2,1%	24	2,4%
Descumprimento das leis ambientais/ falta de fiscalização	2	2,3%	3	1,3%	18	2,7%	23	2,3%
Aumento do agronegócio/ uso de agrotóxicos	0	0,0%	8	3,4%	14	2,1%	22	2,2%
Outros	12	11,4%	27	9,7%	72	9,4%	111	9,6%
Desertificação/ seca	2	2,3%	4	1,7%	9	1,3%	15	1,5%
Crescimento desordenado/ mobilidade urbana	1	1,1%	5	2,1%	5	,7%	11	1,1%
Políticos e a política em geral	2	2,3%	3	1,3%	6	,9%	11	1,1%
Ineficiência de gestão/ política ambiental	0	0,0%	2	,8%	9	1,3%	11	1,1%
Descaso/ desrespeito/ desperdício	1	1,1%	3	1,3%	6	,9%	10	1,0%
Falta de investimento/ financiamento	1	1,1%	3	1,3%	5	,7%	9	,9%
Poluição industrial (lixo)/ nuclear	1	1,1%	2	,8%	6	,9%	9	,9%
Falta de reciclagem/ reúso/ inclusão dos catadores	2	2,3%	1	,4%	5	,7%	8	,8%
Corrupção no meio/ falta de punição aos infratores	1	1,1%	0	0,0%	5	,7%	6	,6%
Desigualdade/ exclusão social	0	0,0%	0	0,0%	5	,7%	5	,5%
Extinção de espécies animais e plantas	1	1,1%	2	,8%	1	,1%	4	,4%
Construção de hidrelétricas	0	0,0%	0	0,0%	2	,3%	2	,2%
Zoneamento territorial	0	0,0%	1	,4%	1	,1%	2	,2%
Interesses internacionais nos recursos brasileiros	0	0,0%	0	0,0%	2	,3%	2	,2%
Globalização	0	0,0%	0	0,0%	1	,1%	1	,1%
O homem	0	0,0%	1	,4%	0	0,0%	1	,1%
Sucateamento dos órgãos de licenciamento	0	0,0%	0	0,0%	1	,1%	1	,1%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	3	,4%	3	,3%
Não se Aplica	85	96,6%	210	88,2%	607	90,7%	902	90,7%
NS/NR	4	4,5%	0	0,0%	6	,9%	10	1,0%
Total	88	100%	238	100%	669	100%	995	100%

Os delegados indicaram também, em uma lista fechada com 15 problemas, os três que consideravam mais graves. O problema mais grave, apontado por 53% dos delegados, foi a falta de saneamento (destinação do esgoto doméstico), seguido por lixo urbano (46%) e pelo desmatamento da Amazônia (30%).

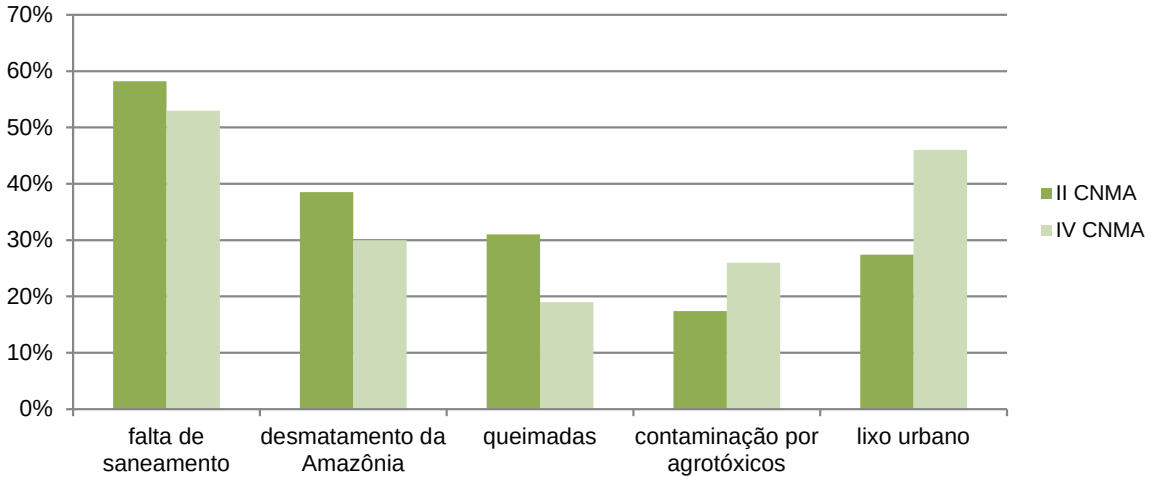
Tabela 14 – Problemas ambientais do Brasil segundo setor

PPA3) PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS que considera mais graves	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Falta de saneamento (destinação do esgoto doméstico)	228	48%	162	58%	138	57%	528	53%
Lixo urbano	189	39%	139	50%	133	55%	461	46%
Desmatamento na Amazônia	152	32%	89	32%	63	26%	304	30%
Contaminação por agrotóxicos	141	29%	62	22%	52	22%	255	26%
Queimadas	102	21%	49	18%	40	17%	191	19%
Poluição dos mares e rios	101	21%	56	20%	34	14%	191	19%
Poluição do Ar (emissão de poluentes)	83	17%	52	19%	34	14%	169	17%
Perda da biodiversidade	84	18%	37	13%	46	19%	167	17%
Perdas das nascentes	85	18%	35	13%	47	20%	167	17%
Assoreamento dos rios	85	18%	35	13%	43	18%	163	16%
Poluição industrial	60	13%	44	16%	26	11%	130	13%
Seca	39	8%	35	13%	22	9%	96	10%
Destruição dos manguezais e dunas	36	8%	20	7%	20	8%	76	8%
Poluição das praias	28	6%	11	4%	9	4%	48	5%
Poluição sonora	16	3%	5	2%	11	5%	32	3%
Outros	7	1%	3	1%	5	2%	15	2%
Nenhum deles	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Não sabe/ NR	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Destacamos que, em cinco pesquisas nacionais da série *O que o Brasileiro pensa do meio ambiente*, realizadas entre 1992 e 2012 pelo MMA, desmatamento, poluição de rios, lagos e outras fontes de água, poluição do ar e aumento do volume de lixo são apontados na lista dos principais problemas ambientais do Brasil.

Vale ressaltar que boa parte da poluição é causada por destinação errada dos esgotos e descarte inadequado do lixo urbano. Assim, o aumento do volume de lixo (46%) e a falta de saneamento (53%), que aparecem entre os quatro mais citados na pesquisa com delegados da IV CNMA, estão estritamente ligados aos problemas ambientais mencionados nas pesquisas nacionais.

Gráfico 16 – Problemas ambientais do Brasil na II CNMA e IV CNMA



Analisando as citações por idade, as opiniões sobre os problemas ambientais brasileiros são bem diferentes. Perda da biodiversidade tem seu maior percentual entre os delegados de 35 a 44 anos (23%) e não chegou a 14% na faixa de 45 a 54 anos. O assoreamento dos rios variou de 13% entre os delegados de 45 a 54 anos a 28% entre os delegados com 55 anos ou mais.

Tabela 15 – Problemas ambientais brasileiros segundo faixa etária

PPA3) PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS que considera mais graves	2) Faixa etária									
	15 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 54 anos		55 anos ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Poluição do Ar (emissão de poluentes)	38	0,132	49	0,185	58	0,197	24	0,168	169	0,171
Destruição dos manguezais e dunas	15	0,052	18	0,068	32	0,108	11	0,077	76	0,077
Falta de saneamento (destinação do esgoto doméstico)	148	0,514	155	0,585	150	0,508	71	0,497	524	0,529
Poluição das praias	13	0,045	11	0,042	13	0,044	11	0,077	48	0,048
Poluição sonora	8	0,028	7	0,026	11	0,037	2	0,014	28	0,028
Queimadas	62	0,215	42	0,158	66	0,224	20	0,140	190	0,192
Contaminação por agrotóxicos	72	0,25	59	0,223	84	0,285	36	0,252	251	0,253
Poluição dos mares e rios	58	0,201	47	0,177	61	0,207	25	0,175	191	0,193
Desmatamento na Amazônia	101	0,351	78	0,294	78	0,264	45	0,315	302	0,305
Poluição industrial	51	0,177	33	0,125	32	0,108	14	0,098	130	0,131
Seca	27	0,094	26	0,098	27	0,092	14	0,098	94	0,095
Perda da biodiversidade	42	0,146	62	0,234	40	0,136	22	0,154	166	0,168
Lixo urbano	135	0,469	121	0,457	138	0,468	61	0,427	455	0,459
Perdas das nascentes	44	0,153	45	0,170	47	0,159	29	0,203	165	0,166
Assoreamento dos rios	42	0,146	35	0,132	45	0,153	40	0,280	162	0,163
Outros	4	0,014	7	0,026	3	0,010	1	0,007	15	0,015
Nenhum deles	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/ NR	288	1	265	1	295	1	143	1	991	1
Total	288	1	265	1	295	1	143	1	991	1

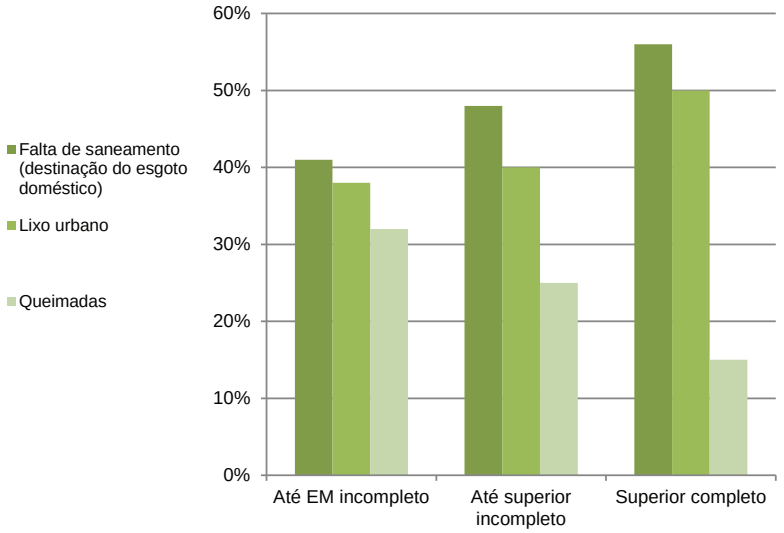
Do cruzamento dos problemas ambientais brasileiros com faixa de renda mensal familiar, temos dois itens para destacar: as queimadas foram citadas por 13% dos delegados que ganham entre 5 e 10 salários mínimos e 28% entre os que ganham até 2 salários mínimos; e o lixo urbano variou de 34% para os delegados que ganham até 2 salários mínimos a 51% para os que ganham entre 2 e 5 salários mínimos.

Tabela 16 – Problemas ambientais brasileiros segundo renda familiar

PPA3) PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS que considera mais graves	5) Faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos)									
	até 2 sm		de 2 sm até 5 sm		de 5 sm até 10 sm		mais de 10 sm		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Poluição do Ar (emissão de poluentes)	29	15,10%	45	16,67%	43	15,69%	50	19,69%	167	16,87%
Destruição dos manguezais e dunas	19	9,90%	17	6,30%	23	8,39%	17	6,69%	76	7,68%
Falta de saneamento (destinação do esgoto doméstico)	92	47,92%	138	51,11%	151	55,11%	144	56,69%	525	53,03%
Poluição das praias	18	9,38%	7	2,59%	11	4,01%	12	4,72%	48	4,85%
Poluição sonora	7	3,65%	8	2,96%	9	3,28%	6	2,36%	30	3,03%
Queimadas	54	28,13%	63	23,33%	36	13,14%	35	13,78%	188	18,99%
Contaminação por agrotóxicos	55	28,65%	64	23,70%	68	24,82%	65	25,59%	252	25,45%
Poluição dos mares e rios	42	21,88%	48	17,78%	62	22,63%	37	14,57%	189	19,09%
Desmatamento na Amazônia	67	34,90%	87	32,22%	77	28,10%	70	27,56%	301	30,40%
Poluição industrial	26	13,54%	37	13,70%	36	13,14%	30	11,81%	129	13,03%
Seca	11	5,73%	23	8,52%	33	12,04%	27	10,63%	94	9,49%
Perda da biodiversidade	26	13,54%	38	14,07%	46	16,79%	55	21,65%	165	16,67%
Lixo urbano	66	34,38%	138	51,11%	134	48,91%	118	46,46%	456	46,06%
Perdas das nascentes	30	15,63%	43	15,93%	46	16,79%	48	18,90%	167	16,87%
Assoreamento dos rios	33	17,19%	49	18,15%	38	13,87%	42	16,54%	162	16,36%
Outros	1	0,52%	1	0,37%	6	2,19%	6	2,36%	14	1,41%
Nenhum deles	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Não sabe/ NR	192	100%	270	100%	274	100%	254	100%	990	100%
Total	192	100%	270	100%	274	100%	254	100%	990	100%

Analisando os principais problemas ambientais brasileiros pela escolaridade dos delegados, destacamos: duas citações aumentam com a escolaridade (falta de saneamento e lixo urbano) e uma diminui na maior escolaridade (queimadas).

Gráfico 17 – Principais problemas ambientais brasileiros segundo escolaridade



Ao analisarmos os dados por região percebemos que, além dos problemas nacionais citados, houve uma incidência nos problemas ambientais que mais tinham a ver com a região de moradia do delegado. Excetuando-se o desmatamento, que foi apontado em todas as regiões como um grave problema (entre as 5 mais indicadas), os problemas ambientais nacionais mais graves por região foram:

- Região centro-oeste: lixo urbano (51%), falta de saneamento (40%) e contaminação por agrotóxicos (30%);
- Região Norte: falta de saneamento (60%), desmatamento da Amazônia (54%) e lixo urbano (38%);
- Região Nordeste: falta de saneamento (49%), lixo urbano (43%) e contaminação por agrotóxicos (24%);
- Região Sul: falta de saneamento (55%), lixo urbano (54%) e contaminação por agrotóxicos (35%);
- Região Sudeste: falta de saneamento (59%), lixo urbano (50%) e desmatamento da Amazônia (28%).

Tabela 17 – Problemas ambientais do Brasil segundo região

PPA3) PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS que considera mais graves	Região										Total	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Falta de saneamento (destinação do esgoto doméstico)	118	60,2%	159	48,9%	123	58,6%	77	55,0%	51	39,5%	528	52,8%
Lixo urbano	75	38,3%	140	43,1%	105	50,0%	75	53,6%	66	51,2%	461	46,1%
Desmatamento na Amazônia	105	53,6%	76	23,4%	58	27,6%	31	22,1%	34	26,4%	304	30,4%
Contaminação por agrotóxicos	33	16,8%	78	24,0%	57	27,1%	49	35,0%	38	29,5%	255	25,5%
Queimadas	48	24,5%	66	20,3%	30	14,3%	13	9,3%	34	26,4%	191	19,1%
Poluição dos mares e rios	33	16,8%	65	20,0%	40	19,0%	32	22,9%	21	16,3%	191	19,1%
Poluição do Ar (emissão de poluentes)	35	17,9%	49	15,1%	36	17,1%	24	17,1%	25	19,4%	169	16,9%
Perda da biodiversidade	33	16,8%	48	14,8%	35	16,7%	28	20,0%	23	17,8%	167	16,7%
Perdas das nascentes	25	12,8%	49	15,1%	35	16,7%	24	17,1%	34	26,4%	167	16,7%
Assoreamento dos rios	33	16,8%	64	19,7%	31	14,8%	11	7,9%	24	18,6%	163	16,3%
Poluição industrial	19	9,7%	40	12,3%	28	13,3%	22	15,7%	21	16,3%	130	13,0%
Seca	13	6,6%	62	19,1%	12	5,7%	4	2,9%	5	3,9%	96	9,6%
Destruição dos manguezais e dunas	5	2,6%	36	11,1%	20	9,5%	13	9,3%	2	1,6%	76	7,6%
Poluição das praias	1	0,5%	21	6,5%	11	5,2%	10	7,1%	5	3,9%	48	4,8%
Poluição sonora	10	5,1%	14	4,3%	1	0,5%	3	2,1%	4	3,1%	32	3,2%
Outros	2	1,0%	3	0,9%	6	2,9%	4	2,9%	0	0,0%	15	1,5%
Nenhum deles	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	196	100%	325	100%	210	100%	140	100%	129	100%	1000	100%

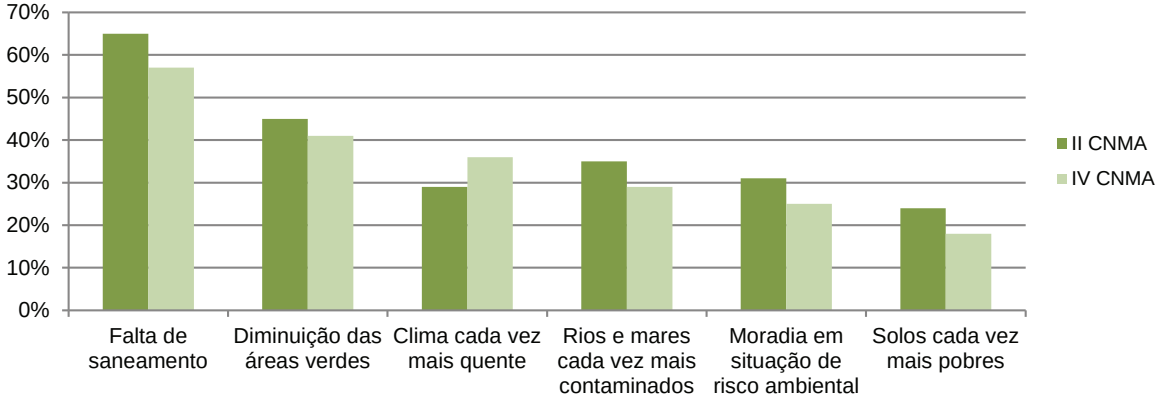
Os quatro principais problemas ambientais das **localidades** onde moram ou trabalham os delegados são: falta de saneamento (57%), diminuição de áreas verdes (41%), clima cada vez mais quente (36%) e rios e mares cada vez mais contaminados (29%). O padrão de resposta se repete nos três setores dos delegados.

Tabela 18 – Problemas ambientais regionais segundo setor

PPA4) PROBLEMAS AMBIENTAIS DA LOCALIDADE ONDE MORA OU ATUA que considera mais graves	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Falta de saneamento	278	58%	163	58%	133	55%	574	57%
Diminuição das áreas verdes	197	41%	115	41%	93	39%	405	41%
Clima cada vez mais quente	164	34%	108	39%	83	34%	355	36%
Rios e mares cada vez mais contaminados	144	30%	82	29%	63	26%	289	29%
Moradia em situação de risco ambiental	113	24%	65	23%	73	30%	251	25%
Cada vez menos chuva	92	19%	46	16%	44	18%	182	18%
Solos cada vez mais pobres	93	19%	48	17%	41	17%	182	18%
Aumento das inundações	77	16%	46	16%	43	18%	166	17%
Aumento da poluição do ar	79	16%	49	18%	35	15%	163	16%
Aumento da quantidade de insetos e pragas	45	9%	20	7%	17	7%	82	8%
Condições insalubres no local de trabalho	43	9%	21	8%	15	6%	79	8%
Colheitas cada vez mais ruins	40	8%	24	9%	15	6%	79	8%
Diminuição de animais	28	6%	12	4%	16	7%	56	6%
Outros	38	8%	27	10%	35	15%	100	10%
Não sabe/ NR	2	0%	3	1%	2	1%	7	1%
Total	480	100%	279	100%	241	1	1000	100%

Comparando as citações entre a II CNMA e a IV CNMA, o único problema que aumenta a frequência é o clima cada vez mais quente, de 29% para 36%, assumindo o terceiro lugar na última edição da pesquisa. Outros problemas mais citados foram: falta de saneamento de 65% para 57% e diminuição das áreas verdes de 45% para 41%. O quarto problema são os rios e mares cada vez mais contaminados (de 35% para 29%), o quinto foi moradia em situação de risco ambiental (de 31% para 25%) e o sexto são solos cada vez mais pobres (de 24% para 18%).

Gráfico 18 – Problemas ambientais regionais na II e IV conferências



Neste escopo, os problemas ambientais se apresentaram de forma ainda mais regionalizada. Os cinco problemas mais graves, segundo a região dos delegados, foram:

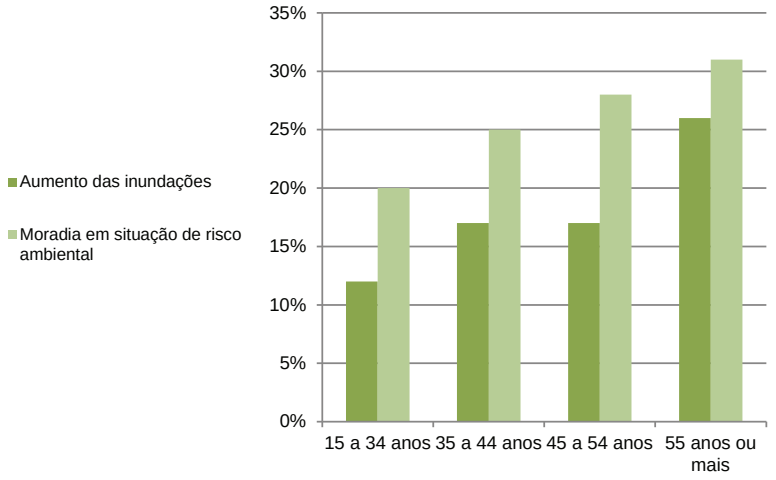
- Região centro-oeste: diminuição de áreas verdes (51%), falta de saneamento (43%), clima cada vez mais quente (35%), aumento da poluição do ar (23%) e rios e mares cada vez mais contaminados (19%);
- Região Norte: falta de saneamento (71%), clima cada vez mais quente (47%), moradia em situação de risco ambiental (32%), diminuição de áreas verdes (32%) e rios e mares cada vez mais contaminados (29%);
- Região Nordeste: falta de saneamento (60%), clima cada vez mais quente (40%), diminuição de áreas verdes (39%), cada vez menos chuva (36%) e rios e mares cada vez mais contaminados (31%);
- Região Sul: falta de saneamento (63%), diminuição de áreas verdes (41%), rios e mares cada vez mais contaminados (34%), moradia em situação de risco ambiental (26%) e aumento das inundações (26%);
- Região Sudeste: falta de saneamento (45%), diminuição de áreas verdes (44%), moradia em situação de risco ambiental (39%), rios e mares cada vez mais contaminados (28%), aumento das inundações (28%) e clima cada vez mais quente (27%).

Tabela 19 – Problemas ambientais regionais segundo região

PPA4) PROBLEMAS AMBIENTAIS DA LOCALIDADE ONDE MORA OU ATUA que considera mais graves	Regiao										Total	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Falta de saneamento	139	70,9%	196	60,3%	95	45,2%	88	62,9%	56	43,4%	574	57,4%
Diminuição das áreas verdes	62	31,6%	128	39,4%	92	43,8%	57	40,7%	66	51,2%	405	40,5%
Clima cada vez mais quente	93	47,4%	130	40,0%	56	26,7%	31	22,1%	45	34,9%	355	35,5%
Rios e mares cada vez mais contaminados	57	29,1%	101	31,1%	59	28,1%	47	33,6%	25	19,4%	289	28,9%
Moradia em situação de risco ambiental	63	32,1%	48	14,8%	82	39,0%	37	26,4%	21	16,3%	251	25,1%
Cada vez menos chuva	24	12,2%	118	36,3%	17	8,1%	3	2,1%	20	15,5%	182	18,2%
Solos cada vez mais pobres	28	14,3%	70	21,5%	32	15,2%	29	20,7%	23	17,8%	182	18,2%
Aumento das inundações	28	14,3%	26	8,0%	58	27,6%	37	26,4%	17	13,2%	166	16,6%
Aumento da poluição do ar	24	12,2%	31	9,5%	51	24,3%	27	19,3%	30	23,3%	163	16,3%
Aumento da quantidade de insetos e pragas	14	7,1%	28	8,6%	15	7,1%	10	7,1%	15	11,6%	82	8,2%
Condições insalubres no local de trabalho	16	8,2%	16	4,9%	14	6,7%	22	15,7%	11	8,5%	79	7,9%
Colheitas cada vez mais ruins	12	6,1%	37	11,4%	11	5,2%	10	7,1%	9	7,0%	79	7,9%
Diminuição de animais	15	7,7%	13	4,0%	9	4,3%	1	0,7%	18	14,0%	56	5,6%
Outros	11	5,6%	20	6,2%	32	15,2%	17	12,1%	20	15,5%	100	10,0%
Não sabe/ NR	0	0,0%	3	0,9%	2	1,0%	1	0,7%	1	0,8%	7	0,7%
Total	196	100%	325	100%	210	100%	140	100%	129	100%	1000	100%

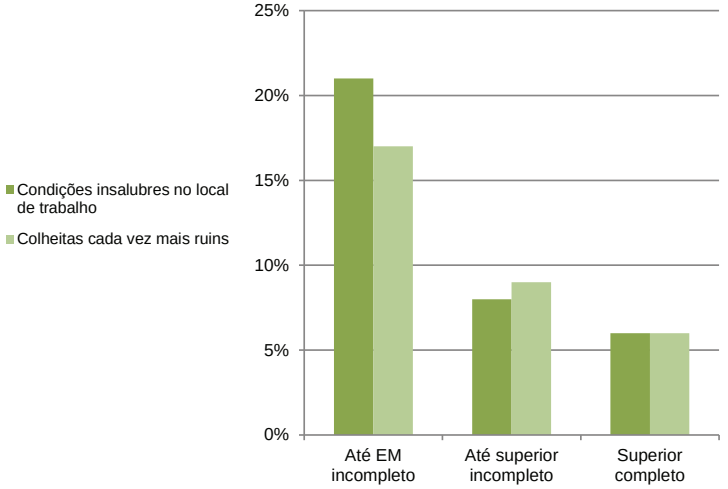
Comparando a faixa etária dos delegados que apontaram os problemas ambientais regionais, vemos que o percentual de citações aumenta com a idade: aumento das inundações varia de 12% (15 a 34 anos) a 26% (55 anos ou mais); e moradia em situação de risco ambiental varia de 20% (15 a 34 anos) a 31% (55 anos ou mais).

Gráfico 19 – Problemas ambientais regionais segundo faixa etária



Analisando os principais problemas ambientais regionais pela escolaridade dos delegados, destacamos duas citações que diminuem com a escolaridade: condições insalubres no local de trabalho (de 21% para 6%) e colheitas cada vez piores (de 17% para 6%).

Gráfico 20 – Problemas ambientais regionais segundo escolaridade



A figura abaixo apresenta uma comparação entre os problemas ambientais locais apontados pelos delegados da III CNMA e da IV CNMA, segundo sua região geográfica, conforme apresentados nas figuras 1 e 2 respectivamente. Nas regiões nordeste e sudeste os três principais problemas foram os mesmos, após cinco anos. As maiores diferenças encontradas na priorização de problemas ambientais locais foram:

- Região centro-oeste: mudança do terceiro mais importante problema "moradias em situação de risco ambiental" para "clima cada vez mais quente" na edição atual;
- Região norte: mudança do terceiro mais importante problema "diminuição de áreas verdes" para "moradia em situação de risco ambiental" na edição atual;
- Região sul: na edição atual o segundo e terceiro problemas, "diminuição de áreas verdes" e "rios e mares cada vez mais contaminados", respectivamente, assumiam as posições invertidas na edição de 2008.

Figura 1 - Problemas ambientais regionais segundo região na III CNMA

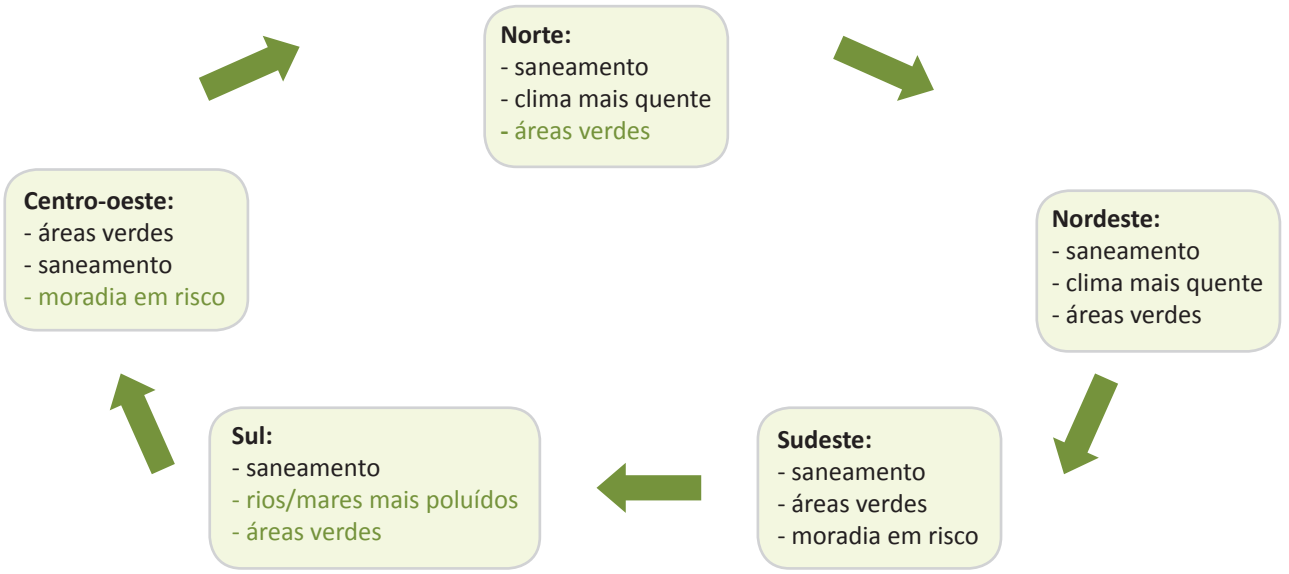
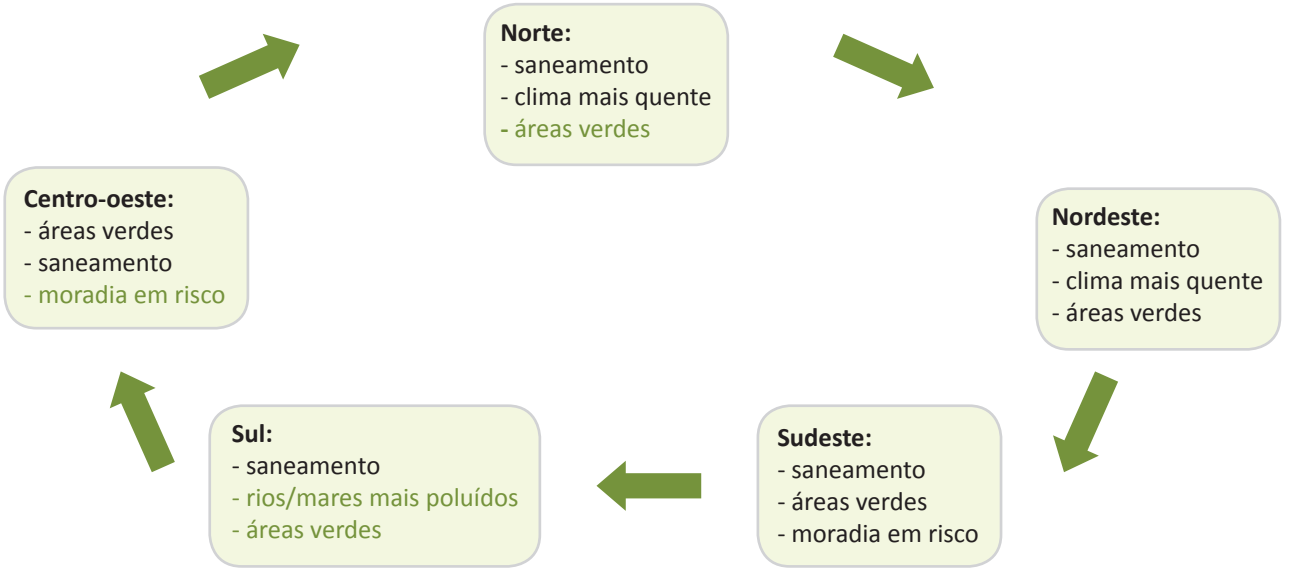


Figura 2 - Problemas ambientais regionais segundo região na IV CNMA



Assim, embora haja uma enorme gama de problemas ambientais globais, nacionais e locais, para os delegados os problemas predominantes giram em torno do desmatamento, da poluição das águas, da falta de saneamento e destinação dos resíduos sólidos.

Atitudes em relação a não geração, redução e reutilização de resíduos sólidos

Em uma pergunta fechada oferecemos oito **atitudes** para que os delegados elencassem até três opções que praticam no dia a dia, pensando na não geração, na redução ou na reutilização de resíduos sólidos. Apenas um delegado afirmou não praticar nenhuma destas atividades, dois deles responderam apenas uma atividade, sete delegados responderam duas atividades e a grande maioria citou três atividades.

As principais atividades praticadas foram: 67% separam o lixo em sua casa em seco (papéis, vidros, plásticos, latas) e molhado (restos de alimentos), 58% procuram não desperdiçar água, 42% procuram reduzir o consumo de energia elétrica, 34% procuram pensar antes de consumir por impulso e 33% procuram utilizar sacolas plásticas com moderação. As atividades menos mencionadas foram: não comprar tudo que os filhos desejam sem necessidade (27%), preferir produtos orgânicos para consumo (24%) e utilizar transporte público com mais frequência (14%). Os delegados dos três setores apontaram praticar as mesmas atividades em ordem decrescente, apesar de apresentarem pequenas diferenças percentuais.

Tabela 19 – Principais atividades que pratica segundo setor

AR1) Principais atividades que pratica para reduzir a geração de resíduos sólidos	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
separar o lixo em sua casa em seco (papéis, vidros, plásticos, latas) e molhado (restos de alimentos)	321	67%	186	67%	159	66%	666	67%
não desperdiçar água	267	56%	174	62%	139	58%	580	58%
reduzir o consumo de energia elétrica	188	39%	132	47%	99	41%	419	42%
pensar antes de consumir por impulso	155	32%	104	37%	81	34%	340	34%
utilizar sacolas plásticas com moderação	169	35%	77	28%	85	35%	331	33%
não comprar tudo que os filhos desejam sem necessidade	126	26%	76	27%	70	29%	272	27%
preferir produtos orgânicos para consumo	124	26%	54	19%	58	24%	236	24%
utilizar transporte público com mais frequência	82	17%	32	11%	26	11%	140	14%
Total	479	100%	279	100%	241	100%	999	100%

Comparando as principais atividades praticadas para reduzir a geração de resíduos sólidos por idade, citamos três. *Utilização de transporte publico* tem menor citação na faixa entre 35 e 44 anos (7%) e a maior entre 15 e 34 anos (19%). *Não comprar tudo que os filhos desejam*, foi citada por 23% (faixa de 15 a 34 anos) e 34% (na faixa de 45 e 54 anos). Em relação à *moderação no uso de sacolas plásticas*, há maior preocupação na faixa de 15 e 34 anos (40%) e menor preocupação na faixa entre 45 e 54 anos (26%).

Tabela 20 – Principais atividades que pratica segundo faixa etária

AR1) Principais atividades que pratica para reduzir a geração de resíduos sólidos	2) Faixa etária									
	15 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 54 anos		55 anos ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Separar o lixo em sua casa em seco (papéis, vidros, plásticos, latas) e molhado (restos de alimentos)	178	61,81%	182	68,68%	202	68,47%	97	67,83%	659	66,50%
Reduzir o consumo de energia elétrica	111	38,54%	121	45,66%	120	40,68%	65	45,45%	417	42,08%
Preferir produtos orgânicos para consumo	63	21,88%	61	23,02%	73	24,75%	36	25,17%	233	23,51%
Utilizar transporte público com mais frequência	54	18,75%	19	7,17%	49	16,61%	16	11,19%	138	13,93%
Pensar antes de consumir por impulso	103	35,76%	87	32,83%	102	34,58%	47	32,87%	339	34,21%
Não comprar tudo que os filhos desejam sem necessidade	65	22,57%	73	27,55%	99	33,56%	33	23,08%	270	27,25%
Não desperdiçar água	169	58,68%	161	60,75%	158	53,56%	85	59,44%	573	57,82%
Utilizar sacolas plásticas com moderação	116	40,28%	89	33,58%	78	26,44%	48	33,57%	331	33,40%
Total	288	100%	265	100%	295	100%	143	100%	991	100%

Das principais atividades praticadas na redução de resíduos sólidos, duas apresentaram diferenças entre o nível de renda familiar: *separar o lixo de casa em seco e molhado* foi o mais praticado na faixa acima de 10 salários mínimos (73% dos delegados) e menos nas faixas de 2 a 5 e 5 a 10 salários mínimos (63%). *Não comprar tudo que os filhos desejam* teve maior citação na faixa até 2 salários mínimos (33%) e menor na faixa acima de 10 salários mínimos (19%).

Tabela 21 – Principais atividades que pratica segundo renda familiar

AR1) Principais atividades que pratica para reduzir a geração de resíduos sólidos	5) Faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos)									
	até 2 sm		de 2 sm até 5 sm		de 5 sm até 10 sm		mais de 10 sm		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Separar o lixo em sua casa em seco (papéis, vidros, plásticos, latas) e molhado (restos de alimentos)	131	68,23%	169	62,59%	173	63,14%	186	73,23%	659	66,57%
Reduzir o consumo de energia elétrica	76	39,58%	118	43,70%	108	39,42%	114	44,88%	416	42,02%
Preferir produtos orgânicos para consumo	40	20,83%	65	24,07%	72	26,28%	56	22,05%	233	23,54%
Utilizar transporte público com mais frequência	34	17,71%	47	17,41%	31	11,31%	27	10,63%	139	14,04%
Pensar antes de consumir por impulso	53	27,60%	89	32,96%	99	36,13%	96	37,80%	337	34,04%
Não comprar tudo que os filhos desejam sem necessidade	64	33,33%	74	27,41%	86	31,39%	47	18,50%	271	27,37%
Não desperdiçar água	113	58,85%	150	55,56%	153	55,84%	158	62,20%	574	57,98%
Utilizar sacolas plásticas com moderação	63	32,81%	95	35,19%	97	35,40%	73	28,74%	328	33,13%
Total	192	100%	270	100%	274	100%	254	100%	990	100%

Para os delegados que não são catadores de material reciclável, perguntamos se já tinham visitado um lixão e 90% afirmou que sim. Este percentual apresentou uma sutil diferença nos setores da sociedade civil (88%) e os setores empresarial/governamental (92%).

Tabela 22 – Delegados que visitaram um lixão segundo setor

AR2) Já visitou um lixão (excluindo catador de material reciclável)	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	369	88%	249	92%	222	92%	840	90%
Não	43	10%	19	7%	18	7%	80	9%
Não sabe/ Não Respondeu	8	2%	2	1%	1	0%	11	1%
Total	420	100%	270	100%	241	100%	931	100%

Foi perguntado aos delegados quem decide as compras em seus domicílios e quase metade apontou que as decisões são tomadas em conjunto (47%), seguidos pelos que responderam que a responsabilidade é da mulher (37%) e do homem (15%). Analisando por setor, nos domicílios dos delegados da sociedade civil, foi apontado por 44% dos delegados que a responsabilidade é conjunta, seguido da responsabilidade da mulher (40%), enquanto que no setor empresarial a responsabilidade conjunta foi apontada por 52%, seguida da responsabilidade da mulher (33%).

Tabela 23 – Decisão de compras no domicílio segundo setor

AR3) Quem decide as compras no seu domicílio	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homem	76	16%	42	15%	36	15%	154	15%
Mulher	192	40%	91	33%	90	37%	373	37%
Os dois	210	44%	146	52%	114	47%	470	47%
Não sabe/ Não Respondeu	2	0%	0	0%	1	0%	3	0%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Aos delegados foi questionado se em seus ambientes de trabalho existem programas de redução e reciclagem de resíduos e 72% afirmou que sim. Este percentual apresentou uma diferença significativa entre os setores que os delegados representam: setor empresarial (78%), setor governamental (73%) e sociedade civil (67%).

Tabela 24 – Programas de redução de resíduos no trabalho segundo setor

AR4) No seu ambiente de trabalho existe algum programa de redução e reciclagem de resíduos?	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	321	67%	217	78%	177	73%	715	72%
Não	154	32%	62	22%	63	26%	279	28%
Não sabe/ Não Respondeu	5	1%	0	0%	1	0%	6	1%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

4. HÁBITOS EM RELAÇÃO AO DESCARTE DO LIXO (RESÍDUOS SÓLIDOS)

Para conhecer os hábitos dos delegados em relação ao descarte de resíduos sólidos, foram escolhidos três produtos importantes: celular, eletrodomésticos e remédios.

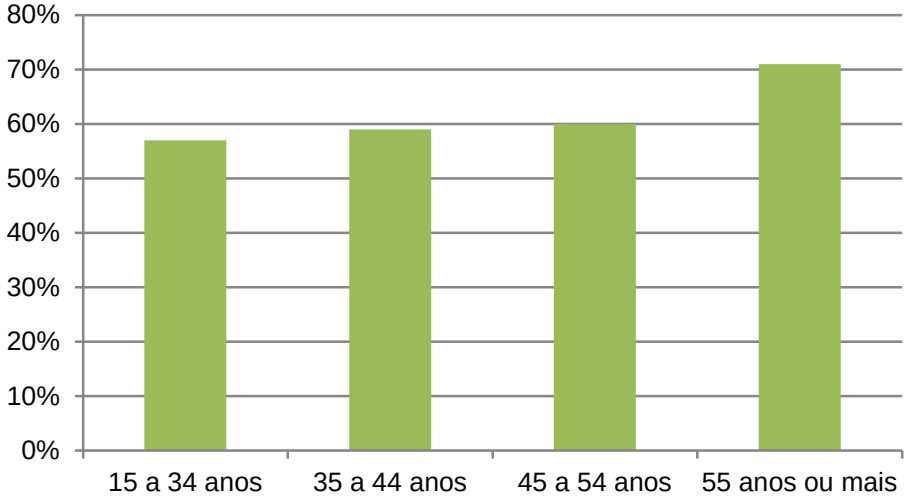
Celular – O celular em 60% dos casos é descartado em pontos ou postos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais e 20% são doados para instituições de caridade, amigos, etc.

Tabela 25 – Descarte de celular segundo setor

HD2) Onde descarta seus eletrodomésticos?	5) Faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos)									
	até 2 sm		de 2 sm até 5 sm		de 5 sm até 10 sm		mais de 10 sm		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Doa para instituições de caridade, amigos, etc	63	32,81%	114	42,22%	123	44,89%	110	43,31%	410	41,41%
Coloca no lixo em casa	26	13,54%	33	12,22%	28	10,22%	22	8,66%	109	11,01%
Coloca na rua, no terreno baldio ou mato próximo	5	2,60%	2	0,74%	3	1,09%	2	0,79%	12	1,21%
Coloca em postos/pontos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais	86	44,79%	107	39,63%	111	40,51%	100	39,37%	404	40,81%
Não descarta, guarda em casa e doa para familiares e amigos	10	5,21%	7	2,59%	6	2,19%	13	5,12%	36	3,64%
NS/ NR	2	1,04%	7	2,59%	3	1,09%	7	2,76%	19	1,92%
Total	192	100%	270	100%	274	100%	254	100%	990	100%

Comparando a faixa etária dos delegados que descartam o celular colocando-o em pontos ou postos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais, vemos que o percentual de citações aumenta de 57% (15 a 34 anos) para 71% (55 anos ou mais).

Gráfico 21 – Descarte de celular segundo faixa etária



Eletrodomésticos – Quando perguntados onde descartam seus eletrodomésticos comparados por nível de renda familiar, os que doam para instituições ou amigos variaram as respostas de 33% (até 2 salários mínimos) a 45% (renda entre 5 e 10 salários mínimos).

Tabela 26 – Descarte de eletrodomésticos segundo renda familiar

HD1) Onde descarta seu celular?	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
coloca em postos/pontos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais	289	60%	166	59%	148	61%	603	60%
doa para instituições de caridade, amigos, etc	91	19%	67	24%	46	19%	204	20%
não descarta, guarda em casa e doa para familiares e amigos	42	9%	20	7%	15	6%	77	8%
coloca no lixo em casa	37	8%	12	4%	24	10%	73	7%
coloca na rua, no terreno baldio ou mato próximo	3	1%	2	1%	0	0%	5	1%
Não sabe/ Não Respondeu	18	4%	12	4%	8	3%	38	4%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Os eletrodomésticos em 41% dos casos são descartados em pontos ou postos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais e 41% são doados para instituições de caridade, amigos, etc.

Tabela 27 – Descarte de eletrodomésticos segundo setor

Número de citações de ações da política ambiental	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhum	218	0%	110	0%	87	0%	415	42%
1	117	0%	53	0%	47	0%	217	22%
2	53	0%	50	0%	31	0%	134	13%
3	60	0%	44	0%	43	0%	147	15%
4	23	0%	13	0%	17	0%	53	5%
5	9	0%	9	0%	16	0%	34	3%
Total	480	0%	279	0%	241	0%	1000	100%

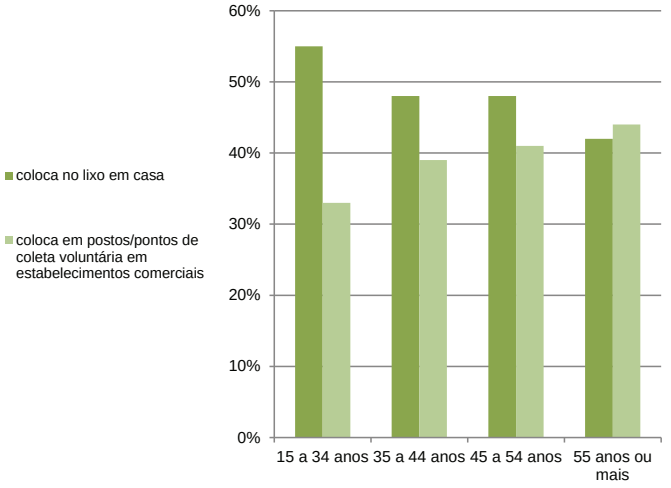
Remédios vencidos – Os remédios vencidos em 49% dos casos são descartados no lixo de casa e 39% dos casos em pontos ou postos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais. Comparando os hábitos dos delegados do setor governamental com os dos delegados do setor empresarial, 54% e 48% respectivamente descartam remédios vencidos no lixo comum.

Tabela 28 – Descarte de remédios vencidos segundo setor

HD3) Onde descarta os remédios vencidos?	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
coloca no lixo em casa	231	48%	128	46%	131	54%	490	49%
coloca em postos/pontos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais	188	39%	109	39%	88	37%	385	39%
não descarta, guarda em casa e doa para familiares e amigos	23	5%	17	6%	9	4%	49	5%
coloca na rua, no terreno baldio ou mato próximo	9	2%	2	1%	0	0%	11	1%
Não sabe/ Não Respondeu	29	6%	23	8%	13	5%	65	7%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

O descarte de remédios vencidos apresenta variação significativa quando analisamos a faixa etária dos delegados. Entre os que responderam colocar no lixo comum, o percentual diminui de 55% (15 a 34 anos) para 42% (55 anos ou mais) e os que responderam colocar em postos/pontos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais o percentual aumenta de 33% (15 a 34 anos) para 44% (55 anos ou mais), demonstrando maior conhecimento dos delegados de mais idade.

Gráfico 22 – Descarte de remédios vencidos segundo faixa etária



No descarte dos três produtos surgiu a opção "não descarta ou guarda em casa": o celular (8%), os eletrodomésticos (4%) e os remédios (5%).

Política Ambiental

No que tange à implementação da Política Ambiental, foi solicitado aos delegados que indicassem as três ações, entre 15 alternativas, que consideravam mais importantes. O tema mais citado foi a destinação adequada dos resíduos sólidos (53%) e em segundo lugar empatados estão o combate ao desmatamento da Amazônia (32%) e promoção do desenvolvimento local sustentável (31%).

Chama também a atenção que quatro outras ações foram citadas por cerca de 20% dos delegados: o incentivo à produção de energia alternativa, a inclusão da dimensão ambiental no planejamento governamental, o apoio à constituição dos comitês de bacias e os instrumentos econômicos de apoio à conversão para atividades produtivas sustentáveis.

Analisando as citações segundo o setor do delegado, duas ações apresentam diferenças significativas: o incentivo à produção de energia alternativa (20% na sociedade civil, 27% no empresarial e 15% no governamental) e a inclusão da dimensão ambiental no planejamento governamental (19% na sociedade civil, 16% no empresarial e 29% no governamental).

Tabela 29 – Ações mais importantes da política ambiental segundo setor

AR1) Principais atividades que pratica para reduzir a geração de resíduos sólidos	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
separar o lixo em sua casa em seco (papéis, vidros, plásticos, latas) e molhado (restos de alimentos)	321	67%	186	67%	159	66%	666	67%
não desperdiçar água	267	56%	174	62%	139	58%	580	58%
reduzir o consumo de energia elétrica	188	39%	132	47%	99	41%	419	42%
pensar antes de consumir por impulso	155	32%	104	37%	81	34%	340	34%
utilizar sacolas plásticas com moderação	169	35%	77	28%	85	35%	331	33%
não comprar tudo que os filhos desejam sem necessidade	126	26%	76	27%	70	29%	272	27%
preferir produtos orgânicos para consumo	124	26%	54	19%	58	24%	236	24%
utilizar transporte público com mais frequência	82	17%	32	11%	26	11%	140	14%
Total	479	100%	279	100%	241	100%	999	100%

Comparando a faixa etária dos delegados que apontaram as ações mais importantes da política ambiental, vemos que o percentual de citações: aumenta no item *apoio à constituição dos comitês de bacias* de 17% (15 a 34 anos) a 30% (55 anos ou mais) e diminui no item *destinação adequada dos resíduos sólidos* de 59% (15 a 34 anos) a 50% (45 anos ou mais).

Comparando as citações entre a II CNMA e a IV CNMA, duas ações aumentaram a frequência: destinação adequada dos resíduos sólidos de 17% para 53% e incentivo à produção de energia alternativa de 15% para

21%. Outras duas ações se destacam por perderem de forma significativa as citações: a proteção e uso sustentável da biodiversidade de 32% para 18% e a revitalização de bacias hidrográficas de 32% para 16%.

Gráfico 23 – Ações importantes da política ambiental segundo faixa etária

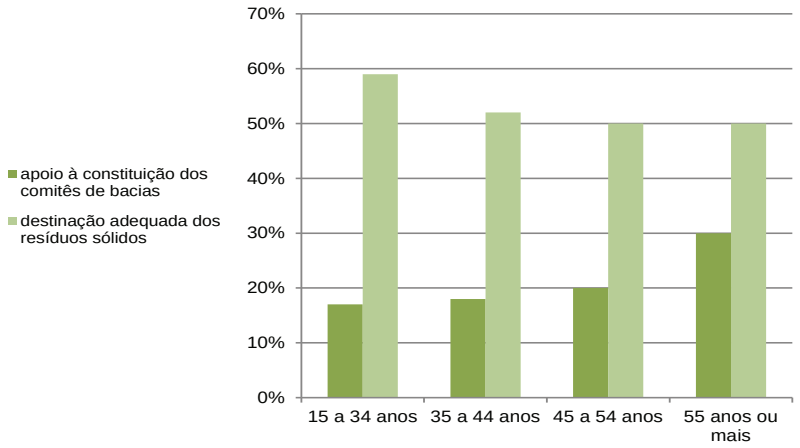
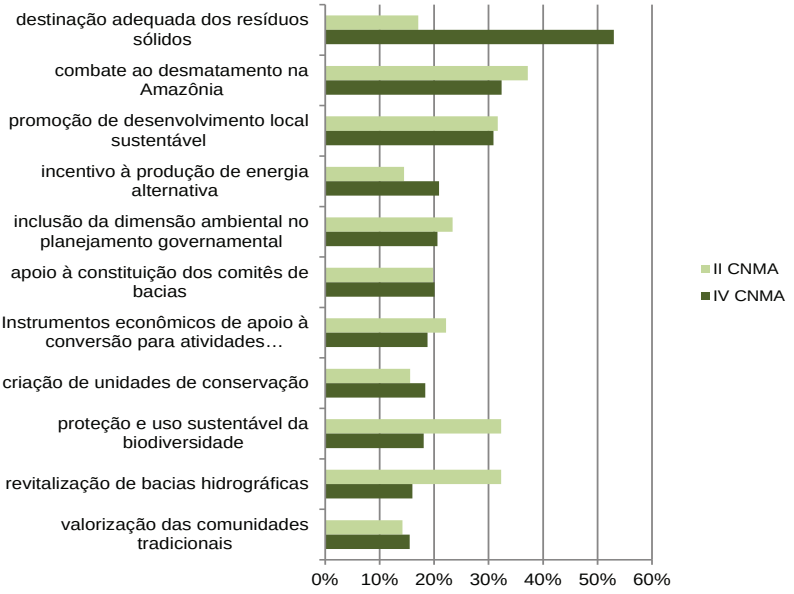
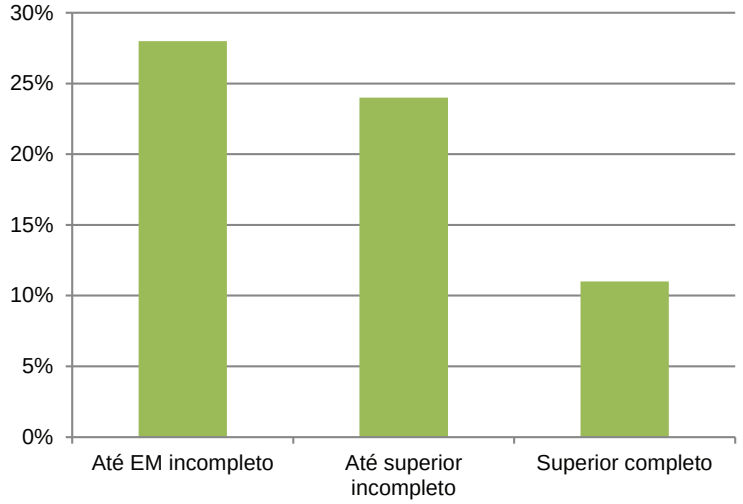


Gráfico 24 – Ações mais importantes da política ambiental na II CNMA e IV CNMA



A valorização das comunidades tradicionais foi citada por 28% dos delegados com Ensino Médio incompleto, por 24% dos que tem Ensino Médio completo ou superior incompleto e por apenas 11% dos delegados com ensino superior.

Gráfico 25 – Valorização das comunidades tradicionais segundo escolaridade



Todos os delegados se mostraram capazes de indicar ao menos um programa da Política Ambiental implementada pelo governo em seus municípios. Quando pedido, em uma pergunta aberta, para que os delegados indicassem quais programas do MMA estavam sendo implementadas no seu município, 59% foram capazes de indicar espontaneamente ao menos um programa. Sendo distribuído da seguinte forma: 22% apontaram apenas um programa, 13% apontaram dois programas, 14% apontaram entre três programas e 9% apontaram quatro ou cinco programas.

Tabela 30 – Número de ações mais importantes da política ambiental segundo setor

Número de citações de ações da política ambiental	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhum	218	0%	110	0%	87	0%	415	42%
1	117	0%	53	0%	47	0%	217	22%
2	53	0%	50	0%	31	0%	134	13%
3	60	0%	44	0%	43	0%	147	15%
4	23	0%	13	0%	17	0%	53	5%
5	9	0%	9	0%	16	0%	34	3%
Total	480	0%	279	0%	241	0%	1000	100%

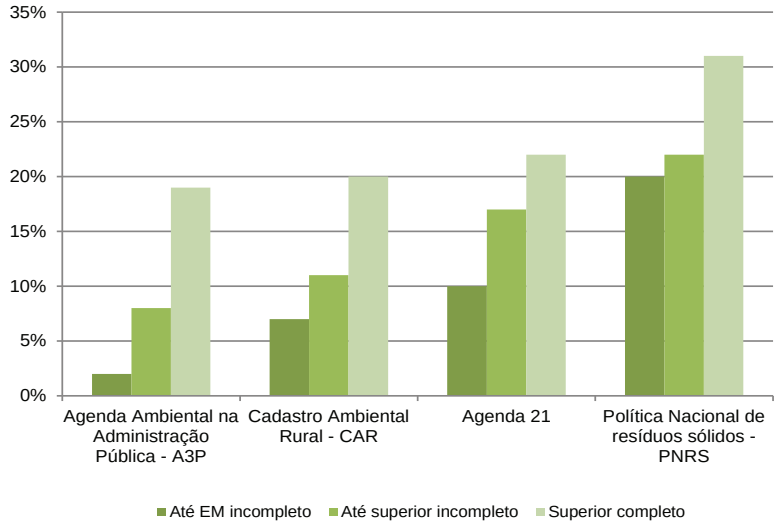
Os programas mais conhecidos que estão sendo implementados são: Programa Nacional de Educação Ambiental (18%), Política Nacional de Resíduos Sólidos (17%), Agenda 21 (12%), Cadastro Ambiental Rural (10%) e a Agenda Ambiental na Administração Pública (9%). Onze projetos foram citados entre 3% e 6% dos delegados e 23% das indicações foram projetos mencionados por menos de 3% dos delegados.

Tabela 31 – Programas do MMA implantados no município dos delegados segundo setor

PA2) Programas do MMA que conhece e que estão sendo implementados no seu município	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA	79	16%	45	16%	52	22%	176	18%
Política Nacional de resíduos sólidos - PNRS	67	14%	58	21%	47	20%	172	17%
Agenda 21	50	10%	40	14%	29	12%	119	12%
Cadastro Ambiental Rural - CAR	34	7%	35	13%	34	14%	103	10%
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	22	5%	28	10%	41	17%	91	9%
Comitê de bacias hidrográficas	23	5%	15	5%	19	8%	57	6%
Bolsa verde	21	4%	12	4%	6	2%	39	4%
Projeto Orla	15	3%	13	5%	9	4%	37	4%
Proteção/ Revitalização das bacias	16	3%	9	3%	11	5%	36	4%
Coleta seletiva	20	4%	8	3%	6	2%	34	3%
Produção e consumo sustentável	14	3%	12	4%	7	3%	33	3%
Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE	11	2%	13	5%	8	3%	32	3%
Área de proteção ambiental/ Pq ecológicos - APAs	15	3%	10	4%	7	3%	32	3%
Saneamento básico	11	2%	11	4%	8	3%	30	3%
Aterros sanitários	15	3%	9	3%	6	2%	30	3%
Corredor ecológico	14	3%	4	1%	9	4%	27	3%
Outros apontados por menos de 3%	99	21%	56	20%	77	32%	232	23%
Não tem/ nenhum/ NS/ NR	218	45%	110	39%	87	36%	415	42%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Destacamos quatro programas que aumentam as citações conforme aumenta a escolaridade dos delegados: Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P varia de 2% (Ensino Médio incompleto) para 19% (superior completo), Cadastro Ambiental Rural - CAR varia de 7% (Ensino Médio incompleto) para 20% (superior completo), Agenda 21 varia de 10% (Ensino Médio incompleto) para 22% (superior completo) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS varia de 20% (Ensino Médio incompleto) para 31% (superior completo).

Gráfico 26 – Programas do MMA implantados no município dos delegados segundo escolaridade



Quando questionados se estes programas têm contribuído para a melhoria das condições socioambientais do município onde residem ou trabalham, 87% daqueles que foram capazes de indicar ao menos um programa responderam que sim.

Tabela 32 – Avaliação de programas do MMA segundo setor

PA3) Avaliação que esse(s) programa(s) têm contribuído para a melhoria das condições socioambientais do seu município	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	224	0,00%	140	0%	135	0%	499	0%
Não	34	0,00%	25	0%	15	0%	74	0%
Total	258	100%	165	100%	150	100%	573	100%

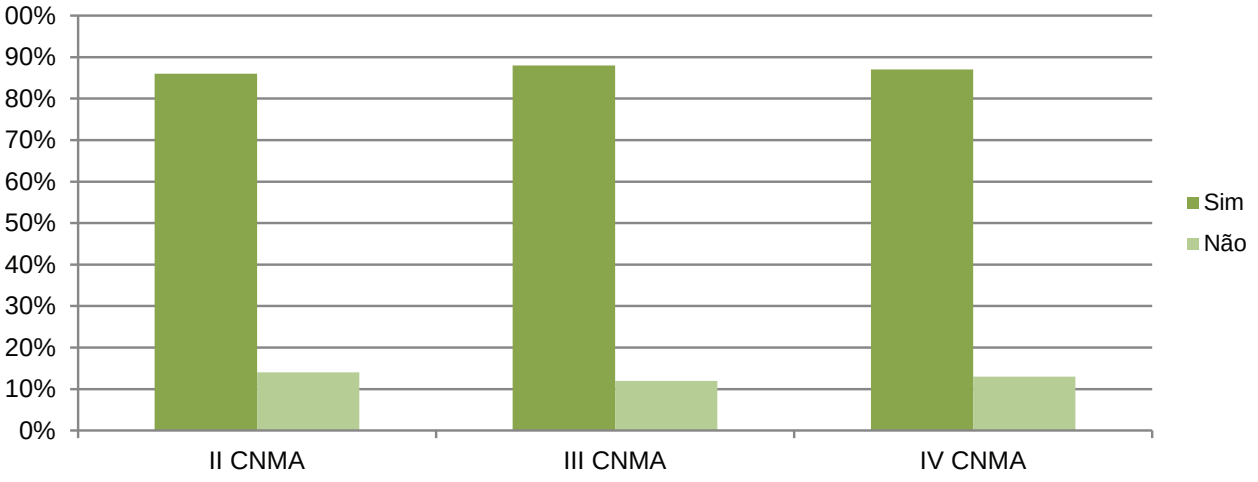
Ainda por faixa de renda, dos programas do Ministério do Meio Ambiente avaliados com melhor desempenho, pode-se citar apenas um item em que houve a variação das citações entre as rendas. O programa Agenda 21 teve maior percentual (32%) na faixa entre 5 e 10 salários mínimos e menor percentual (21%) na faixa até dois salários mínimos.

Tabela 33 – Programas do MMA segundo renda familiar

PA4) Programas do MMA que avalia com melhor desempenho	5) Faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos)									
	até 2 sm		de 2 sm até 5 sm		de 5 sm até 10 sm		mais de 10 sm		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Corredores Ecológicos	26	13,54%	27	10,00%	27	9,85%	26	10,24%	106	10,71%
Combate à desertificação	13	6,77%	26	9,63%	23	8,39%	18	7,09%	80	8,08%
Agua Doce	11	5,73%	16	5,93%	17	6,20%	18	7,09%	62	6,26%
Programa Nacional de Florestas	18	9,38%	27	10,00%	15	5,47%	25	9,84%	85	8,59%
Cerrado Sustentável	9	4,69%	15	5,56%	8	2,92%	12	4,72%	44	4,44%
Cadastro Ambiental Rural - CAR	47	24,48%	66	24,44%	61	22,26%	64	25,20%	238	24,04%
Gerenciamento Costeiro	7	3,65%	10	3,70%	13	4,74%	17	6,69%	47	4,75%
Revitalização de Bacias	33	17,19%	49	18,15%	43	15,69%	44	17,32%	169	17,07%
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	78	40,63%	112	41,48%	98	35,77%	82	32,28%	370	37,37%
Zoneamento Ecologico-Economico	18	9,38%	32	11,85%	35	12,77%	26	10,24%	111	11,21%
Projeto Orla	17	8,85%	22	8,15%	17	6,20%	20	7,87%	76	7,68%
Proteção de Florestas Tropicais	11	5,73%	14	5,19%	15	5,47%	14	5,51%	54	5,45%
Bolsa Verde	27	14,06%	46	17,04%	30	10,95%	27	10,63%	130	13,13%
Educação Ambiental	92	47,92%	126	46,67%	112	40,88%	100	39,37%	430	43,43%
Agenda 21	40	20,83%	68	25,19%	87	31,75%	57	22,44%	252	25,45%
ARPA	0	0,00%	3	1,11%	10	3,65%	5	1,97%	18	1,82%
Mata Atlântica	12	6,25%	19	7,04%	31	11,31%	27	10,63%	89	8,99%
Aguas subterrâneas	8	4,17%	8	2,96%	6	2,19%	12	4,72%	34	3,43%
Produção e Consumo Sustentável	51	26,56%	60	22,22%	52	18,98%	45	17,72%	208	21,01%
A3P	15	7,81%	25	9,26%	35	12,77%	34	13,39%	109	11,01%
Instrumentos Econômicos	3	1,56%	5	1,85%	6	2,19%	5	1,97%	19	1,92%
Nenhum	7	3,65%	5	1,85%	15	5,47%	11	4,33%	38	3,84%
Não sabe/ NR	192	100%	270	100%	274	100%	254	100%	990	100%
Total	192	100%	270	100%	274	100%	254	100%	990	100%

Comparando as citações entre a II CNMA, a III CNMA e a IV CNMA, foi encontrado um padrão que não se modificou com o tempo.

Gráfico 27 – Avaliação de programas do MMA na II, III e IV conferências



Os programas do Ministério do Meio Ambiente avaliados com melhor desempenho, comparados por faixa etária, apresentam uma variação significativa em duas citações. O gerenciamento de resíduos sólidos varia de 40% de citações dos delegados na faixa 35 a 44 anos a 28% dos delegados na faixa de 55 anos ou mais. E a educação ambiental varia de 52% da faixa de 55 anos ou mais para 39% na faixa de 35 a 44 anos.

Tabela 34 – Programas do MMA avaliados segundo faixa etária

PA1) Ações da política ambiental do governo que considera mais importante?	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
destinação adequada dos resíduos sólidos	247	51%	153	55%	130	54%	530	53%
combate ao desmatamento na Amazônia	165	34%	86	31%	73	30%	324	32%
promoção de desenvolvimento local sustentável	138	29%	92	33%	79	33%	309	31%
incentivo à produção de energia alternativa	97	20%	76	27%	36	15%	209	21%
inclusão da dimensão ambiental no planejamento governamental	89	19%	46	16%	71	29%	206	21%
apoio à constituição dos comitês de bacias	92	19%	60	22%	49	20%	201	20%
Instrumentos econômicos de apoio à conversão para atividades produtivas sustentáveis	85	18%	58	21%	45	19%	188	19%
criação de unidades de conservação	98	20%	44	16%	42	17%	184	18%
proteção e uso sustentável da biodiversidade	87	18%	47	17%	47	20%	181	18%
revitalização de bacias hidrográficas	81	17%	36	13%	43	18%	160	16%
valorização das comunidades tradicionais	96	20%	34	12%	25	10%	155	16%
combate a desertificação	51	11%	33	12%	29	12%	113	11%
redução da emissão de gases do efeito estufa	36	8%	17	6%	13	5%	66	7%
transversalidade interministerial	26	5%	21	8%	18	7%	65	7%
interligação de bacias	29	6%	11	4%	11	5%	51	5%
outras	7	1%	9	3%	3	1%	19	2%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Ao serem apresentados a uma lista com 21 programas do MMA, os delegados foram convidados a indicar três que avaliavam com melhor desempenho, apenas 4% deixaram de mencionar ao menos um projeto. O programa de Educação Ambiental foi considerado de melhor desempenho por 43%, seguido do gerenciamento dos resíduos sólidos (37%), Agenda 21 (25%), Cadastro Ambiental Rural (24%) e em quinto lugar a Produção e o Consumo Sustentáveis (21%).

Tabela 35 – Programas do MMA avaliados com melhor desempenho segundo setor

PA4) Programas do MMA que avalia com melhor desempenho	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Educação Ambiental	218	45%	113	41%	103	43%	434	43%
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	176	37%	117	42%	80	33%	373	37%
Agenda 21	127	26%	65	23%	61	25%	253	25%
Cadastro Ambiental Rural - CAR	105	22%	64	23%	71	29%	240	24%
Produção e Consumo Sustentável	118	25%	58	21%	33	14%	209	21%
Revitalização de Bacias	86	18%	46	16%	39	16%	171	17%
Bolsa Verde	69	14%	41	15%	22	9%	132	13%
Zoneamento Ecológico-Econômico	48	10%	33	12%	33	14%	114	11%
A3P	35	7%	35	13%	39	16%	109	11%
Corredores Ecológicos	49	10%	29	10%	29	12%	107	11%
Mata Atlântica	48	10%	22	8%	21	9%	91	9%
Programa Nacional de Florestas	50	10%	24	9%	11	5%	85	9%
Combate à desertificação	39	8%	14	5%	28	12%	81	8%
Projeto Orla	36	8%	20	7%	20	8%	76	8%
Agua Doce	27	6%	16	6%	19	8%	62	6%
Proteção de Florestas Tropicais	31	6%	10	4%	14	6%	55	6%
Gerenciamento Costeiro	19	4%	17	6%	12	5%	48	5%
Cerrado Sustentável	29	6%	11	4%	5	2%	45	5%
Aguas subterrâneas	14	3%	12	4%	8	3%	34	3%
Instrumentos Econômicos	10	2%	5	2%	5	2%	20	2%
ARPA	6	1%	4	1%	8	3%	18	2%
Nenhum	16	3%	12	4%	10	4%	38	4%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Para 86% dos delegados, o **maior acerto** da Política Ambiental deste governo é o aumento da participação da sociedade nas instâncias de decisão e de formulação de políticas públicas por meio da criação de fóruns, da realização das conferências nacionais e do diálogo com a sociedade civil (29%). Também indicaram como os maiores acertos: a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305 (18%), a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (9%), o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (5%), a inclusão catador/ reciclagem/cooperativa (5%), o Código florestal (4%) e o Controle e prevenção ao desmatamento/ queimadas (3%).

Tabela 36 – Maior acerto da política ambiental segundo setor

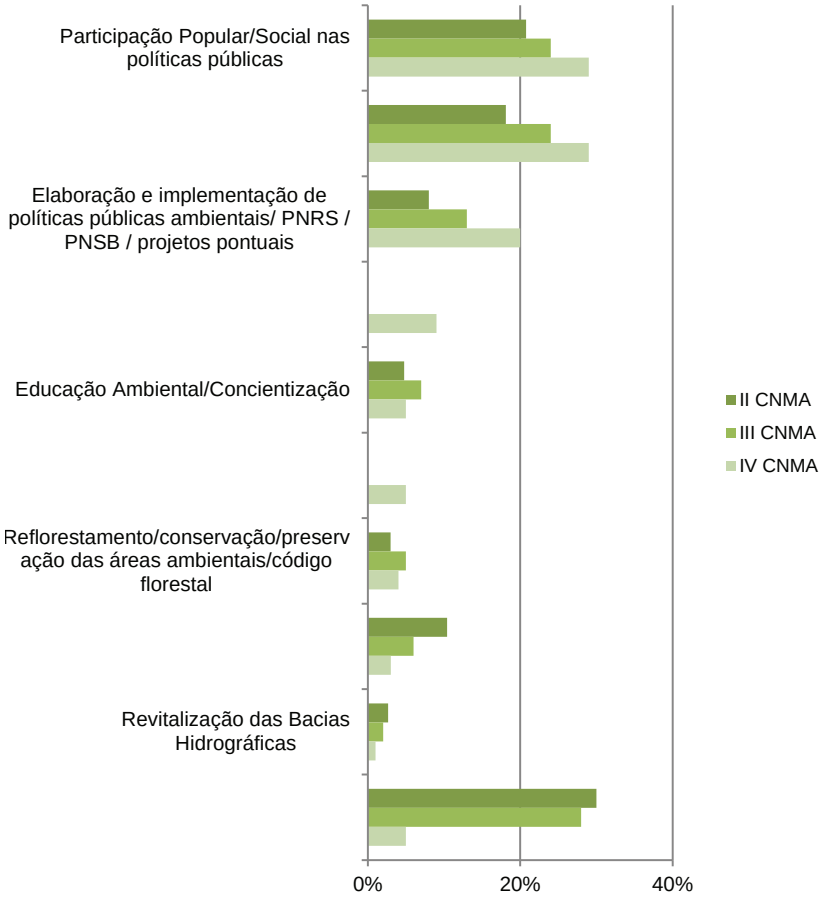
AV1) Qual é o maior acerto da política ambiental deste governo?	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Criação de fóruns, realização das conferências e diálogo entre poder público e sociedade	136	28,33%	90	32,26%	62	25,73%	288	28,80%
Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS Lei 12.305	78	16,25%	50	17,92%	51	21,16%	179	17,90%
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	32	6,67%	29	10,39%	24	9,96%	85	8,50%
Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA	28	5,83%	16	5,73%	9	3,73%	53	5,30%
Inclusão catador/ reciclagem/ Cooperativa	37	7,71%	10	3,58%	5	2,07%	52	5,20%
Código florestal	14	2,92%	10	3,58%	13	5,39%	37	3,70%
Controle e prevenção ao desmatamento/ queimadas	14	2,92%	10	3,58%	9	3,73%	33	3,30%
Aterros sanitários	8	1,67%	10	3,58%	5	2,07%	23	2,30%
Bolsa verde, bolsa família e inclusão social	11	2,29%	7	2,51%	4	1,66%	22	2,20%
Outros acertos	7	1,46%	6	2,15%	8	3,32%	21	2,10%
Produção e consumo sustentável	6	1,25%	4	1,43%	5	2,07%	15	1,50%
Comitê de bacias hidrográficas	7	1,46%	4	1,43%	3	1,24%	14	1,40%
Certificação/ Licenciamento ambiental/ Fiscalização	5	1,04%	4	1,43%	5	2,07%	14	1,40%
Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB Lei 12.305	4	0,83%	2	0,72%	7	2,90%	13	1,30%
Área de proteção ambiental/ Pq ecológicos - APAs	7	1,46%	1	0,36%	3	1,24%	11	1,10%
Cadastro Ambiental Rural - CAR	0	0,00%	4	1,43%	6	2,49%	10	1,00%
Preservação da Amazônia	7	1,46%	0	0,00%	2	0,83%	9	0,90%
Apoio Financeiro	4	0,83%	2	0,72%	2	0,83%	8	0,80%
Criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA	3	0,63%	2	0,72%	3	1,24%	8	0,80%
Agenda 21	3	0,63%	1	0,36%	1	0,41%	5	0,50%
Escolha da ministra do meio ambiente	1	0,21%	1	0,36%	2	0,83%	4	0,40%
Desenvolvimento de energias alternativas	1	0,21%	1	0,36%	2	0,83%	4	0,40%
Participação dos povos indígenas	4	0,83%	0	0,00%	0	0,00%	4	0,40%
Reflorestamento	2	0,42%	1	0,36%	0	0,00%	3	0,30%
Programa Alimentos Seguros - PAS	1	0,21%	1	0,36%	0	0,00%	2	0,20%
Criação do Ministério do Meio Ambiente	2	0,42%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,20%
Outros citados por menos de 1%	28	5,83%	9	3,23%	12	4,98%	49	4,90%
Não houve acerto / NR	82	17,08%	33	11,83%	29	12,03%	144	14,40%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Comparando as citações entre a II CNMA, III CNMA e a IV CNMA, três acertos aumentaram a frequência: participação popular/social nas políticas públicas passou de 21% para 29%, a realização das CNMA (de 18% para 29% das citações) e a elaboração e implementação de políticas públicas ambientais/ PNRS / PNSB / projetos pontuais (de 8% para 20%).

Um ponto importante a se destacar é que cerca de 23% das ações citadas na II CNMA e III CNMA desaparecem na agenda de acertos, seja por prioridade, seja por "ter virado assunto do passado" ou por ter sido citado por menos de 2% dos delegados. Em ordem decrescente de importância: transversalidade interministerial, a escolha da Ministra e sua política administrativa, democratização/descentralização/ tripartite, preocupação do governo /conservação do Meio Ambiente, fortalecimento do SISNAMA, transposição do rio São Francisco, combate à corrupção, valorização dos profissionais/quadro técnico, investimento em fiscalização e Agenda 21. Outro assunto que perdeu importância foi o combate ao desmatamento e as queimadas, citado por 10% na II CNMA e por apenas 3% na edição atual.

Vale ressaltar dois acertos que fazem o movimento contrário, não aparecem de forma significativa na II CNMA e III CNMA e surgem na pauta da edição atual. São eles: Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (9%) e a inclusão do catador de material reciclado/cooperativas de catadores (5%). A educação ambiental e a conscientização da população, das empresas e governo se mantêm citadas por 3% dos delegados.

Gráfico 28 – Maior acerto da política ambiental na II, III e IV conferências



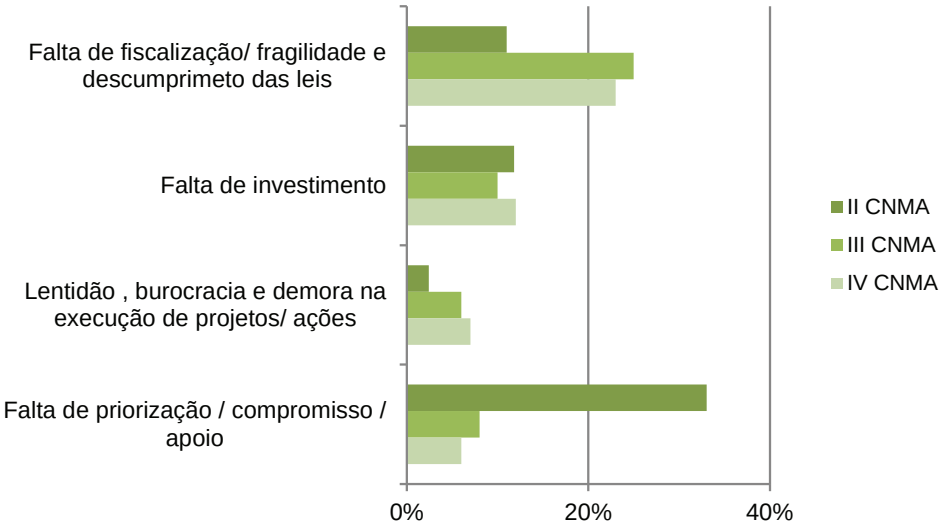
Em relação ao **maior erro** na Política Ambiental do governo, 89% dos delegados indicaram pelo menos um, destacando: falta fiscalização/aplicação das leis (19%), falta de recursos/investimento/ apoio do governo (12%), demora na execução de projetos/ações (7%), falhas/mudanças no Código Florestal (6%), não implantação dos projetos (5%), falta da política de proteção ambiental (5%) e falta educação ambiental (5%).

Tabela 37– Maior erro da política ambiental segundo setor

AV1) Qual é o maior erro da política ambiental deste governo?	Setor						Total	
	Sociedade Civil		Empresarial		Governamental			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Falta fiscalização/ aplicação das leis	111	23,13%	40	14,34%	36	14,94%	187	18,70%
Falta de recursos/ investimento/ apoio do governo	43	8,96%	37	13,26%	38	15,77%	118	11,80%
Demora na execução de projetos/ ações	28	5,83%	26	9,32%	20	8,30%	74	7,40%
Falhas/ mudanças no Código Florestal	29	6,04%	10	3,58%	19	7,88%	58	5,80%
Não implantação dos projetos	29	6,04%	16	5,73%	9	3,73%	54	5,40%
Falta da política de proteção ambiental	17	3,54%	17	6,09%	14	5,81%	48	4,80%
Falta educação ambiental	24	5,00%	10	3,58%	11	4,56%	45	4,50%
Falta planejamento/gerenciamento inadequado	17	3,54%	12	4,30%	12	4,98%	41	4,10%
Não aplicação da lei 12305 - política nacional de resíduos sólidos	22	4,58%	11	3,94%	6	2,49%	39	3,90%
Destinação do lixo/ Incineração	18	3,75%	14	5,02%	4	1,66%	36	3,60%
Liberação de licenças/ construção de usinas	14	2,92%	14	5,02%	4	1,66%	32	3,20%
Não dialogar com a sociedade	13	2,71%	10	3,58%	5	2,07%	28	2,80%
Desmatamento/ queimadas	11	2,29%	7	2,51%	7	2,90%	25	2,50%
Excesso de burocracia do governo/ desorganização	14	2,92%	3	1,08%	7	2,90%	24	2,40%
Descaso de modo geral/ falta de interesse	7	1,46%	9	3,23%	8	3,32%	24	2,40%
Não divulgação de programas ambientais	10	2,08%	4	1,43%	5	2,07%	19	1,90%
Não Inclusão catador/ reciclagem/ cooperativa	8	1,67%	5	1,79%	2	0,83%	15	1,50%
Falta de saneamento/ aterros sanitários	3	0,63%	8	2,87%	4	1,66%	15	1,50%
Não aplicação da lei 9433 - gerenciamento de recursos hídricos	8	1,67%	3	1,08%	2	0,83%	13	1,30%
Incentivo ao consumo	6	1,25%	6	2,15%	1	0,41%	13	1,30%
Transposição do Rio São Francisco	1	0,21%	3	1,08%	3	1,24%	7	0,70%
Projetos como Bolsa Verde/ CAR	5	1,04%	0	0,00%	1	0,41%	6	0,60%
Políticas e reservas indígenas/ quilombolas	3	0,63%	2	0,72%	1	0,41%	6	0,60%
Corrupção	2	0,42%	2	0,72%	1	0,41%	5	0,50%
Ausência da Agenda 21	0	0,00%	0	0,00%	3	1,24%	3	0,30%
Falta reforma agrária	0	0,00%	1	0,36%	2	0,83%	3	0,30%
Outros erros	32	6,67%	25	8,96%	17	7,05%	74	7,40%
Outros citados por menos de 1%	43	8,96%	33	11,83%	28	11,62%	104	10,40%
Não houve erro / NR	62	12,92%	22	7,89%	30	12,45%	114	11,40%
Total	480	100%	279	100%	241	100%	1000	100%

Comparando as citações entre a II CNMA, III CNMA e a IV CNMA, três maiores erros mantêm o padrão percentual: falta de fiscalização/fragilidade e descumprimento das leis, falta de investimento e lentidão, burocracia e demora na execução de projetos/ações. Vale ressaltar que a falta de priorização, compromisso ou apoio do governo parece não ser mais um erro muito citado. Na conferência atual foi lembrado por 6% dos delegados, mas na II CNMA representava o maior erro, citado por 33% dos entrevistados. O que sugere que, na visão dos delegados, este governo apresenta maior compromisso na execução de sua política ambiental.

Gráfico 29 – Maior erro da política ambiental na II, III e IV conferências



Considerando o gráfico acima, cerca de 45% dos delegados da II CNMA citou outros erros com menor magnitude e por este motivo figuraram na opção "Outros". Destacamos os assuntos que não aparecem na pauta atual dos maiores erros: transposição do rio São Francisco, aprovação da lei dos transgênicos, centralização do poder, criação de novos órgãos, desmatamento e corrupção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados na pesquisa com delegados foram valiosos para confirmar a importância das CNMA como espaço de discussão dos problemas socioambientais do Brasil, elaboração de propostas e priorização de ações.

Apresentam um fiel retrato sobre perfil do delegado, participação em instâncias colegiadas, percepção de problemas ambientas, atitudes em relação a redução e hábitos de descarte dos resíduos sólidos, bem como uma avaliação da política ambiental do MMA.

Os principais resultados apontam que o tema escolhido para a CNMA está muito bem alinhado às agendas e prioridades percebidas nos âmbitos nacional, estadual e local. Indicam que hoje a educação ambiental é a base para o aprimoramento de políticas públicas na área de saneamento e destinação dos resíduos sólidos. Mas também sinalizam a vontade política e a necessidade de investimento e fiscalização para que tais projetos de governo se fortifiquem e ganhem proporção e eficiência nos resultados.

PERFIL DOS DELEGADOS - Questionário

Pesquisador:_____ **Dia:**_____**/outubro/13**

A) Entrevistado: _____ **B) Tel: (___)**

C) Qual a sua cidade?_____ **D) Estado (sigla) ?**
_____

E) Delegado do Setor: 1.( ) Sociedade Civil 2.( ) Empresarial 3.( ) Governamental

F) De quais conferências o(a) sr(a) participou?
1. ( ) I CNMA
2. ( ) II CNMA
3. ( ) III CNMA
4. ( ) Não participei de nenhuma

G) O(a) Sr(a) já participou como delegado(a) ou facilitador(a) em alguma edição da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente?
1. ( ) sim
2. ( ) não

1) Qual o seu setor de atuação:
1.( ) Movimento Sindical
2.( ) Movimento Social
3.( ) Catadores de material reciclável
4 ( ) Empresarial
5.( ) Governamental
6.( ) Comunidade científica
7.( ) Povos indígenas
8.( ) Coletivo de Juventude pelo Meio Ambiente
9.( ) Comunidades tradicionais
10.( ) Quilombolas
11.( ) ONGs(organizações não governamentais)
12.( ) outros : _____
99.( ) NR

2) Há quanto tempo o(a) sr(a) atua na área socioambiental?
1.( ) Há menos de 1 (um) ano
2.( ) Entre 1 (um) e 5 (cinco) anos.
3.( ) Entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos
4.( ) Há mais de 10 (dez) anos
99.( ) Não sabe / NR

PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

1) O Sr(a) participa de alguma das Instâncias colegiadas? ***Iniciativa***
1.( ) Conselho municipal, estadual ou nacional de Meio Ambiente
2.( ) Comitê de Bacia Hidrográfica
3.( ) Fórum e/ou comissão de Agenda 21 local
4.( ) Conselho de Unidade de Conservação
5.( ) Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável (DLIS)
6.( ) Outros conselhos nacionais
7.( ) Outros conselhos estaduais
8.( ) Outros conselhos municipais
9.( ) Outros. quais? _____

2) Indique as 3 principais atividades desenvolvidas por sua organização: (MOSTRAR CARTÃO 1)

1. ( ) capacitação de lideranças
2. ( ) reflorestamento
3. ( ) organização comunitária
4. ( ) assessoria
5. ( ) defesa de direitos
6. ( ) educação ambiental
7. ( ) capacitação profissional
8. ( ) documentação / informações
9. ( ) educação a distância
10. ( ) campanhas de mobilização
11. ( ) educação popular
12. ( ) pesquisas e estudos
13. ( ) atenção à saúde /combate a doenças
14. ( ) execução de projetos de produção agrícola, industrial ou artesanal
15. ( ) outro. Qual? _____

PERCEPÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS DO MUNDO DO BRASIL E DA SUA REGIÃO

1) O(a) sr(a) poderia citar 3 dos problemas ambientais GLOBAIS desta lista que considera mais importantes: (MOSTRAR CARTÃO 2)

1. ( ) Diminuição da camada de ozônio
2. ( ) Desmatamento de florestas
3. ( ) Poluição de mares
4. ( ) Poluição de rios, lagos e outras fontes de água
5. ( ) Chuva ácida
6. ( ) Poluição do ar
7. ( ) Aumento do volume de lixo
8. ( ) Mudanças de clima
9. ( ) Extinção de espécies de animais e plantas
10. ( ) Desertificação
11. ( ) Efeito estufa
12. ( ) Perda da Biodiversidade
13. ( ) Lixo Nuclear
14. ( ) Outros: _____
98. ( ) Nenhum deles
99. ( ) Não sabe/ Não opinou

2) Aponte o PRINCIPAL problema ambiental do Brasil de hoje?_____
_____
_____
_____

3) Pensando agora nos PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS, gostaria que o(a) sr(a) citasse os 3 que considera mais graves. (MOSTRAR CARTÃO 3)

1. ( ) Poluição do Ar (emissão de poluentes)
2. ( ) Destruição dos manguezais e dunas
3. ( ) Falta de saneamento (destinação do esgoto doméstico)
4. ( ) Poluição das praias
5. ( ) Poluição sonora
6. ( ) Queimadas
7. ( ) Contaminação por agrotóxicos
8. ( ) Poluição dos mares e rios
9. ( ) Desmatamento na Amazônia
10. ( ) Poluição industrial
11. ( ) Seca
12. ( ) Perda da biodiversidade
13. ( ) Lixo urbano
14. ( ) Perdas das nascentes

15.( ) Assoreamento dos rios
16.( ) Outros: _____
98.( ) Nenhum deles
99.( ) Não sabe/ NR

4) Pensando agora nos PROBLEMAS AMBIENTAIS DA LOCALIDADE ONDE O(A) SR(A) MORA OU ATUA, gostaria que o(a) sr(a) citasse os 3 que considera mais graves. (MOSTRAR CARTÃO 4)

1.( ) Aumento das inundações
2.( ) Clima cada vez mais quente
3.( ) Cada vez menos chuva
4.( ) Rios e mares cada vez mais contaminados
5.( ) Aumento da quantidade de insetos e pragas
6.( ) Condições insalubres no local de trabalho
7.( ) Moradia em situação de risco ambiental
8.( ) Falta de saneamento
9.( ) Aumento da poluição do ar
10.( ) Colheitas cada vez mais ruins
11.( ) Diminuição de animais
12.( ) Diminuição das áreas verdes
13.( ) Solos cada vez mais pobres
14.( ) Outros: _____
15.( ) Não sabe/ NR

POLÍTICA AMBIENTAL

1) Aponte três destas ações da política ambiental do governo que o(a) sr(a) considera mais importante? (MOSTRAR CARTÃO 5)

1.( ) combate ao desmatamento na Amazônia
2.( ) interligação de bacias
3.( ) proteção e uso sustentável da biodiversidade
4.( ) incentivo à produção de energia alternativa
5.( ) apoio à constituição dos comitês de bacias
6.( ) combate a desertificação
7.( ) revitalização de bacias hidrográficas
8.( ) promoção de desenvolvimento local sustentável
9.( ) valorização das comunidades tradicionais
10.( ) criação de unidades de conservação
11.( ) inclusão da dimensão ambiental no planejamento governamental
12.( ) transversalidade interministerial
13.( ) destinação adequada dos resíduos sólidos
14.( ) redução da emissão de gases do efeito estufa
15.( ) Instrumentos econômicos de apoio à conversão para atividades produtivas sustentáveis
16.( ) outras: _____

2) Quais os programas do MMA que o(a) sr(a) conhece e que estejam sendo implementados no seu município? 90.( ) Não tem/nenhum 99.( ) NS/NR

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

3) O(a) sr(a) avalia que esse(s) programa(s) têm contribuído para a melhoria das condições socioambientais do seu município?

1.( ) sim
2.( ) não

4) Desta lista que vou ler para o(a) sr(a), por favor indique 3 programas do MMA que o(a) sr(a) avalia com melhor desempenho: (MOSTRAR CARTÃO 6)

1.( ) Corredores Ecológicos
2.( ) Combate à desertificação
3.( ) Água Doce
4.( ) Programa Nacional de Florestas
5.( ) Cerrado Sustentável
6.( ) Cadastro Ambiental Rural - CAR
7.( ) Gerenciamento Costeiro
8.( ) Revitalização de Bacias
9.( ) Gerenciamento de Resíduos Sólidos
10.( ) Zoneamento Ecológico-Econômico
11.( ) Projeto Orla
12.( ) Proteção de Florestas Tropicais
13.( ) Bolsa Verde
14.( ) Educação Ambiental
15.( ) Agenda 21
16.( ) ARPA
17.( ) Mata Atlântica
18.( ) Águas subterrâneas
19.( ) Produção e Consumo Sustentável
20.( ) A3P
21.( ) Instrumentos Econômicos

ATIDUDES EM RELAÇÃO A NÃO GERAÇÃO, REDUÇÃO E REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS SOLIDOS

1) Indique as 3 principais atividades que você pratica para reduzir a geração de resíduos sólidos (Ler as opções) (MOSTRAR CARTÃO 7)

1.( ) separar o lixo em sua casa em seco (papéis, vidros, plásticos, latas) e molhado (restos de alimentos);
2.( ) reduzir o consumo de energia elétrica
3.( ) preferir produtos orgânicos para consumo
4.( ) utilizar transporte público com mais frequência
5.( ) pensar antes de consumir por impulso
6.( ) não comprar tudo que os filhos desejam sem necessidade
7.( ) não desperdiçar água
8.( ) utilizar sacolas plásticas com moderação

2) Você já visitou alguma lixão? (perguntar para quem não é catador de material reciclável)

1.( ) sim
2.( ) não

3) Quem decide as compras no seu domicílio?

1.( ) Homem
2.( ) Mulher
3.( ) os dois

4) No seu ambiente de trabalho existe algum programa de redução e reciclagem de resíduos?

1. ( ) sim
2. ( ) não

HÁBITOS EM RELAÇÃO A DESCARTE DO LIXO (RESÍDUOS SÓLIDOS)

1) Onde você descarta seu celular?

1.( ) doa para instituições de caridade, amigos, etc.
2.( ) coloca no lixo em casa
3.( ) coloca na rua, no terreno baldio ou mato próximo
4.( ) coloca em postos/pontos de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais

2) Onde você descarta seus eletrodomésticos?
1.( ) doa para instituições de caridade, amigos, etc.
2.( ) coloca no lixo em casa
3.( ) coloca na rua, no terreno baldio ou mato próximo
4.( ) entrega a algum posto/ponto de coleta voluntária em estabelecimentos comerciais

3) Onde você descarta os remédios vencidos?
1.( ) coloca no lixo em casa
2.( ) coloca na rua, no terreno baldio ou mato próximo
3.( ) coloca em postos/pontos de coleta voluntária em estabelecimentos

AVALIAÇÃO

1) O(a) sr(a) gostaria de apontar qual é o maior acerto e o maior erro da política ambiental deste governo?

Maior acerto: _____
_____ _____
Maior erro: _____
_____ _____

PERFIL

1) Sexo: (observe, não pergunte)

1. ( ) Masculino
2. ( ) Feminino

2) Qual é a sua idade? _____ anos. 99.( ) NR

3) Qual a sua profissão?

_____
90.( ) Estudante 99.( ) NR

4) Qual o seu nível de escolaridade?
1.( ) Sem instrução
2.( ) Até a 4ª série (ou equivalente)
3.( ) Da 5ª a 8ª série(ou equivalente)
4.( ) Segundo grau (incompleto)
5.( ) Segundo grau (completo)
6.( ) Superior (incompleto)
7.( ) Superior (completo)
99.( ) NR

5) Qual sua renda mensal familiar? (MOSTRAR CARTAO 8)

R$ _____ (sm = salário mínimo)

1.( ) até 2 sm (R$1.356,00)
2.( ) de 2 sm até 5 sm (R$1.356,01 a R$3.390,00)
3.( ) de 5 sm até 10 sm (R$3.390,01 a R$6.780,00)
4.( ) de 10 sm até 20 sm (R$6.780,01 a R$13.560,00)
5.( ) mais de 20 sm (R$13.560,01)

6) Incluindo o(a) sr(a), quantas pessoas moram na sua residência? _____. 99.( ) NR

AGRADEÇA A ENTREVISTA !

PORTARIA MMA Nº 185, de 04 de junho de 2012
(Publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2012)

Convoca a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o
disposto no Decreto no 6.101, de 26 de abril de 2007, e no art. 2º do Decreto de 5 de junho de 2003, resolve:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, a se realizar no período de 24
a 27 de outubro de 2013.

Art. 2º A IV Conferência Nacional de Meio Ambiente terá como objetivo contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com foco em:
I - Produção e Consumo Sustentáveis;
II - Redução dos impactos ambientais; e
III - Geração de emprego e renda.

Art. 3º A IV Conferência Nacional do Meio Ambiente será presidida pela Ministra de Estado de Meio Ambiente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 4º A organização da Conferência contará com uma Comissão Organizadora Nacional, a ser designada por Portaria da Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Art. 5º O Regimento Interno da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente será aprovado pela Comissão Organizadora Nacional e editado por Portaria da Ministra de Estado de Meio Ambiente.

Art. 6º As despesas com a organização e realização da etapa nacional da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente correrão por conta de recursos orçamentários consignados ao Ministério do Meio Ambiente e de patrocínios que possam contribuir para a sua execução.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Izabella Teixeira

REGIMENTO INTERNO DA 4ª CNMA

Capítulo I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º. A IV Conferência Nacional do Meio Ambiente – CNMA – tem por objetivo promover o debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 2º. É objetivo específico da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Capítulo II
DO TEMÁRIO

Art. 3º. O tema da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente é a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 4º. São eixos temáticos da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente:
I – Produção e Consumo Sustentáveis;
II – Redução dos impactos ambientais;
III – Geração de Emprego, Trabalho e Renda; e
IV – Educação Ambiental.

Art. 5º. Os eixos temáticos devem orientar os debates realizados durante a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente por meio do Texto Orientador.

Art. 6º. O Texto Orientador direcionará os debates, sendo o ponto de partida dos trabalhos, apresentando um panorama sobre os assuntos relacionados aos eixos temáticos, com indicação das iniciativas implementadas e das perspectivas e possibilidades de avanços em cada área.

Capítulo III
DA REALIZAÇÃO

Art. 7º. A IV Conferência Nacional do Meio Ambiente subdivide-se nas seguintes etapas:
I - Etapas preparatórias
II - Etapa Nacional

Art. 8º. Os debates e proposições de todas as etapas da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente devem relacionar-se diretamente com os objetivos gerais e específicos da Conferência.

Seção I – Do Calendário

Art. 9º. As etapas da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente serão realizadas até outubro de 2013, seguindo o seguinte calendário:

I - Etapas preparatórias:
a) Conferências Municipais/Regionais: de 01 de abril até 30 dias antes da data de realização da Conferência Estadual correspondente;
b) Conferências Estaduais e Distrital: de 01 de julho a 10 de setembro de 2013;
c) Conferências Livres: 01 de abril até 10 de setembro de 2013;
d) Conferência Virtual: de 26 de agosto a 10 de setembro de 2013;

II - Etapa Nacional: de 24 a 27 de outubro de 2013.

§1º A não realização de alguma etapa preparatória prevista no inciso I, em uma ou mais unidades da federação, não se constitui impedimento para a realização da Etapa Nacional no prazo previsto.

§2º O respeito aos prazos previstos para a realização das Conferências Estaduais e Distrital é condição à participação dos respectivos delegados eleitos na Etapa Nacional.

§3º A Coordenação Executiva Nacional da IV CNMA poderá acatar recursos relativos a flexibilização dos prazos quando esta julgar necessário e pertinente.

Art. 10. A Etapa Nacional da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente será realizada na cidade de Brasília-DF.

Capítulo IV
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 11. A IV Conferência Nacional do Meio Ambiente será presidida pela Ministra de Estado do Meio Ambiente e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

Seção I – Da Comissão Organizadora Nacional

Art. 12. A Comissão Organizadora Nacional (CON) se constitui em instância de coordenação e organização da IV CNMA, que contará com uma Coordenação Executiva Nacional.

Art. 13. A CON terá 40 membros, sendo 16 representantes da sociedade civil, 06 do setor empresarial e 18 do poder público.

Art. 14. A Comissão Organizadora Nacional da IV CNMA é composta por um representante indicado pelas seguintes entidades:

I – Poder Público:
a) Ministério do Meio Ambiente – MMA;
b) Secretaria-Geral da Presidência da República - SGPR;
c) Casa Civil da Presidência da República;

d) Ministério das Cidades – MC;
e) Ministério de Minas e Energia – MME;
f) Ministério da Saúde – MS;
g) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS;
h) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;
i) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior – MDIC;
j) Ministério da Educação – MEC;
k)Câmara dos Deputados – CD;
l) Senado Federal – SF;
m) Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA;
n) Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA;
o) Confederação Nacional de Municípios – CNM;
p) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

q) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO; e
r) Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

II - Sociedade Civil:
a) Centro Multidisciplinar de Estudos em Resíduos Sólidos – CeRSOL;
b) Universidade de São Paulo - USP;
c) Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR (dois representantes);
d) Conselho Nacional de Seringueiros - CNS;
e) Coletivo de Entidades Negras de Minas Gerais – CEN – MG;
f) Central Única dos Trabalhadores - CUT;
g) Força Sindical;
h) Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE;
i) Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública - ABLP;
j) Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM;
k) Rede Brasileira de Agendas 21 Locais – REBAL;
l) UNICAFES: União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária;
m) UNE – União Nacional dos Estudantes;
n) CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; e
o) IMA - Instituto Nacional de Pesquisas e Defesa do Meio Ambiente.

III - Setor Empresarial:
a) Compromisso Empresarial para Reciclagem - Cempre;
b) Confederação Nacional da Indústria – CNI;
c) Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;
d) Confederação Nacional do Transporte - CNT;
e) Confederação Nacional do Comércio – CNC; e
f) OCB – Organização Das Cooperativas Brasileiras.

Art. 15. A Comissão Organizadora Nacional será presidida pela Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Em sua ausência ou impedimento, a Comissão Organizadora Nacional será presidida pelo Diretor de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 16. Compete à Comissão Organizadora Nacional:
I. debater e aprovar o regimento da IV CNMA;
II. organizar, acompanhar e avaliar a realização da IV CNMA;
III. colaborar com a Coordenação Executiva, na formulação, discussão e proposição de iniciativas referentes à organização da IV CNMA;
IV. acompanhar as atividades da Coordenação Executiva Nacional, devendo esta, em cada reunião ordinária, realizar breve apresentação das ações realizadas durante o período;
V. mobilizar os(as) parceiros(as) e filiados(as) de suas entidades, órgãos e redes membros, no âmbito de sua atuação nos estados, para preparação e participação nas etapas preparatórias da IV CNMA;
VI. acompanhar, orientar e monitorar o trabalho das Comissões Organizadoras nos estados, Distrito Federal e municípios;
VII. sistematizar e aprovar em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o Caderno de Propostas, a proposta metodológica e a programação da Etapa Nacional;
VIII. discutir e propor o regulamento da Etapa Nacional da IV CNMA;
IX. aprovar os relatórios parciais das etapas preparatórias e o relatório final da etapa nacional, em até 60 dias após sua realização, e apresentá-los ao Presidente da Conferência, que deverá dar-lhes publicidade e encaminhá-los à Presidente da República e aos Ministros de Estado que tenham

correlação com as deliberações;
X. discutir e deliberar sobre os casos omissos e controversos relativos à IV CNMA que não estejam previstas neste regimento;
XI. criar fórum permanente de acompanhamento e monitoramento dos resultados.

Art. 17. A Comissão Organizadora Nacional realizará reuniões mensais a fim de debater e deliberar sobre aspectos relacionados à IV CNMA.

Parágrafo único. A ausência injustificada de uma entidade em duas reuniões da CON ensejará seu desligamento da CON.

Art. 18. Poderão ser convocadas pessoas ou entidades especializadas em temas afetos à Conferência para reuniões específicas da CON.

Art. 19. A Comissão Organizadora Nacional da IV CNMA contará com uma Coordenação Executiva da CON que será composta por representantes do Ministério do Meio Ambiente e por representantes eleitos pela Comissão Organizadora.

Seção II – Da Coordenação Executiva Nacional

Art. 20. A Coordenação Executiva Nacional é composta por representantes do Ministério do Meio Ambiente e por representantes eleitos pela Comissão Organizadora, para prestar assistência técnica e apoio operacional à execução das atividades da IV CNMA.

Art. 21. Compete à Coordenação Executiva Nacional:
I. assessorar e garantir a implementação das iniciativas necessárias à execução das decisões tomadas pela Comissão Organizadora;
II. elaborar proposta de programação e pauta das reuniões da Comissão Organizadora Nacional e apresentar, em cada reunião ordinária, breve relato das ações realizadas;
III. articular e viabilizar a execução de tarefas específicas de cada atividade estabelecida pela Comissão Organizadora;
IV. providenciar recursos humanos e financeiros para a realização da Etapa Nacional da IV CNMA;
V. estimular e apoiar as Conferências Estaduais e do Distrito Federal do Meio Ambiente;
VI. organizar, promover e divulgar a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente;
VII. propor a metodologia das etapas preparatórias e da Etapa Nacional da IV CNMA;
VIII. receber e sistematizar os relatórios provenientes das etapas estaduais e do Distrito Federal, bem como das Conferências Livres e Virtual para a Etapa Nacional;
IX. elaborar o Relatório Final da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, assim como promover a sua publicação e divulgação;
X. Propor minuta de Regimento interno da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente e regulamento da Etapa Nacional da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Seção III - Da Relatoria

Art. 22. Os debates, contribuições e propostas aprovados nas etapas preparatórias serão sistematizados conforme metodologia definida pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 23. A Coordenação Executiva Nacional deverá sistematizar as propostas resultantes das Conferências Estaduais e Distrital, além daquelas advindas das Conferências Livres e Virtual, consolidando-as no Caderno de Propostas da Etapa Nacional.
§1º O Caderno de Propostas da Etapa Nacional fundamentará os debates e proposições da Etapa

Nacional e será disponibilizado previamente aos participantes.

§2º Não serão permitidas elaboração de novas propostas na Etapa Nacional.

Seção IV – Dos Recursos Financeiros

Art. 24. As despesas relativas ao transporte (passagem de avião, ida e volta, das capitais e/ou cidades com voos regulares para Brasília-DF), hospedagem e alimentação dos delegados durante a Etapa Nacional correrão por conta de recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente e outros advindos de patrocínio.

Capítulo V
DAS ETAPAS PREPARATÓRIAS

Art. 25. São etapas preparatórias da IV CNMA:
I - Conferências Municipais/Regionais;
II - Conferências Estaduais e Distrital;
III - Conferências Livres; e
IV- Conferência Virtual.

Seção I – Das Conferências Municipais/Regionais

Art. 26. As Conferências Municipais/Regionais deverão ser convocadas, preferencialmente, pelo Poder Executivo local ou por um conjunto de municípios, mediante edição de decreto que deverá ser publicado em meio de divulgação oficial e veículos de divulgação local.

§1º As Conferências Regionais, organizadas por um conjunto de municípios, deverão ser convocadas por seus respectivos Poderes Executivos ou por associações qualificadas no § 1º do artigo 27 e serão consideradas equivalentes às Conferências Municipais.

§2º O prazo para a convocação da Conferência Municipal/Regional exclusivamente pelo Poder Executivo inicia-se em 01 de abril até 01 de junho.

Art. 27. No caso do Poder Executivo não convocar a Conferência Municipal/Regional no prazo previsto, a sociedade civil poderá fazê-lo até 30 dias antes da realização da Conferência Estadual correspondente.

§ 1º A convocação da Conferência Municipal/Regional pela sociedade civil deverá ser realizada por três ou mais entidades em conjunto e atender aos seguintes requisitos:
XI. as entidades devem ser legalmente constituídas, em funcionamento há pelo menos um ano e estar em dia com suas obrigações fiscais;
XII. ampla divulgação do ato de convocação em veículo de divulgação local;
XIII. assinatura do Formulário de Requisição de Convocação por pelo menos 100 (cem) eleitores, qualificados com nome e número do título de eleitor.

§ 2º O Formulário de Requisição de Convocação na forma do Anexo I deste regimento, deverá ser encaminhado, pelos Correios ou via eletrônica, à Coordenação Executiva Nacional.

§ 3º A convocação de cada Conferência Municipal/Regional somente poderá ser realizada uma única vez.

§ 4º A Conferência Municipal/Regional será considerada convocada pelas entidades que primeiro remeterem à Coordenação-Executiva Nacional o Formulário de Requisição de Convocação preenchido e válido, cabendo, no caso de contestação de entidade(s) da sociedade civil, seu reexame por parte da Comissão Organizadora Nacional.

Art. 28. As informações relativas à convocação da Conferência Municipal/Regional deverão ser imediatamente encaminhadas à respectiva Comissão Organizadora Estadual – COE –, bem como à CON.

Art. 29. As Conferências Municipais/Regionais serão organizadas e coordenadas por Comissões Organizadoras Municipais/Regionais – COMU/CORE, observando-se, na sua composição, os percentuais de representação da Comissão Organizadora Nacional.

Parágrafo único - As Comissões Organizadoras Municipais/Regionais poderão seguir os procedimentos, a metodologia e os documentos de referência estabelecidos pela Comissão Organizadora Nacional e pela Comissão Organizadora Estadual ou Distrital.

Art. 30. As Conferências Municipais/Regionais discutirão o temário da IV CNMA relativo a esfera local que deverão servir de orientadoras para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em seus territórios e também elegerão delegados e encaminharão propostas relativas às Conferências Estaduais ou Distrital.

Parágrafo único. O número de delegados reservado a cada município ou região serão estabelecidos no Regimento Interno da respectiva Conferência Estadual.

Art. 31. O Relatório da Conferência Municipal/Regional deverá obedecer ao modelo disponível no Manual da Conferência Municipal/Regional disponível no site da CNMA na internet e ser enviado à Comissão Organizadora Estadual ou Distrital competente no prazo de 7 (sete) dias após a realização da respectiva etapa.

Parágrafo único. O relatório da etapa preparatória deverá conter somente as propostas referentes ao temário nacional.

Seção II - Das Conferências Estaduais e Distrital

Art. 32. As Conferências Estaduais e do Distrito Federal tratarão do temário nacional.

Art. 33. A convocação da Conferência Estadual ou Distrital deverá, preferencialmente, ser realizada pelo Poder Executivo, mediante edição de decreto que deverá ser publicado em meio de divulgação oficial e ou veículos de divulgação local.

Parágrafo único. O prazo para a convocação da Conferência Estadual ou Distrital pelo Poder Executivo Estadual ou Distrital encerra-se em 01 de maio de 2013.

Art. 34. No caso do Poder Executivo Estadual ou Distrital não convocar a Conferência Estadual ou Distrital no prazo previsto, a sociedade civil poderá fazê-lo até 01 de julho de 2013.

§ 1º A convocação da Conferência Estadual ou Distrital pela sociedade civil deverá ser realizada por cinco ou mais entidades em conjunto e seguir os seguintes requisitos:
I. as entidades convocadoras devem ser associações civis legalmente constituídas, no mínimo de abrangência estadual ou distrital, em funcionamento há pelo menos um ano e que estejam em dia com suas obrigações fiscais;

II. deverá ser dada ampla publicidade ao ato de convocação em veículos de divulgação de todo o estado; e
III. assinatura do Formulário de Requisição de Convocação por pelo menos 300 (trezentos) eleitores, qualificados com nome e número do título de eleitor.

§ 2º O Formulário de Requisição de Convocação na forma do Anexo II deste regimento, deverá ser encaminhado, pelos Correios ou via eletrônica, à Coordenação Executiva Nacional.

§ 3º A convocação de cada Conferência Estadual ou Distrital somente poderá ser realizada uma única vez.

§ 4º A Conferência Estadual ou Distrital será considerada convocada pelas entidades que primeiro remeterem à Coordenação Executiva Nacional o Formulário de Requisição de Convocação preenchido e válido, cabendo, no caso de contestação de entidade(s) da sociedade civil, seu reexame por parte da Comissão Organizadora Nacional.

Art. 35. As Conferências Estaduais e Distrital deverão ser coordenadas por uma Comissão Organizadora Estadual ou Distrital - COE -, observando-se, os percentuais de representação da Comissão Organizadora Nacional e realizadas entre 01 de julho a 10 de setembro de 2013.

§ 1º O Ministério do Meio Ambiente não se responsabilizará pela logística e translado dos delegados eleitos para a Etapa Nacional da IV CNMA daquelas Conferências Estaduais realizadas após a data prevista no caput deste artigo.

§ 2º Os delegados eleitos após esta data poderão se credenciar desde que as Comissões Organizadoras Estaduais arquem com as despesas de deslocamento e estadia.

Art. 36. As COE poderão seguir os procedimentos, a metodologia e os documentos de referência estabelecidos pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 37. O Coordenador-Geral da Comissão Organizadora Estadual ou Distrital será indicado pelo Governador do Estado ou do Distrito Federal, ressalvados os casos de convocação pela própria sociedade civil, quando será eleito na primeira reunião da COE.

Art. 38. Compete à Comissão Organizadora Estadual - COE:
I. coordenar, promover e realizar a etapa estadual ou distrital da IV CNMA;
II. orientar os trabalhos das Comissões Organizadoras Municipais;
III. elaborar o Regimento Interno Estadual;
IV. mobilizar a sociedade civil, o setor empresarial e o poder público, no âmbito de sua atuação no estado ou no município, para organizarem e participarem da IV CNMA;
V. viabilizar a infraestrutura necessária à realização da etapa estadual ou distrital;
VI. definir a programação da etapa estadual, conforme orientação da Comissão Organizadora Nacional;
VII. produzir e divulgar a avaliação da etapa estadual ou distrital;
VIII. elaborar e divulgar relatórios parciais e finais do processo da IV CNMA no estado ou Distrito Federal;
IX. fomentar a implementação das resoluções da IV CNMA, bem como das resoluções da etapa realizada no estado ou no Distrito Federal;
X. deliberar sobre a forma de eleição dos delegados da etapa estadual ou distrital, conforme orientação da Comissão Organizadora Nacional;
XI. deliberar, com a supervisão da Comissão Organizadora Nacional, sobre todas as questões referentes à etapa estadual ou distrital que não estejam previstas neste Regimento.

Art. 39. A COE contará com uma Coordenação Executiva Estadual ou Distrital, instituída pelo respectivo Poder Executivo, que prestará apoio operacional e assistência técnica na execução das atividades da Conferência Estadual ou Distrital.

Art. 40. As Conferências Estaduais e Distrital elegerão delegados e encaminham propostas diretamente à Etapa Nacional da IV CNMA.

Parágrafo único - O número de delegados da Etapa Nacional a serem eleitos nas Conferências Estaduais e Distrital está disposto no Anexo III deste Regimento.

Art. 41. Poderão ser realizadas conferências preparatórias à Conferência Distrital, pelas regiões administrativas do Distrito Federal; considerando-se, nesse caso, essas etapas como equivalentes a Conferências Municipais/Regionais.

Art. 42. O Relatório da Etapa Estadual ou Distrital deverá obedecer ao modelo apresentado no Manual das Conferências Estaduais/Distrital disponível no site da CNMA na internet e ser enviado à Coordenação Executiva Nacional no prazo de 7 (sete) dias após a realização da respectiva etapa.

§ 1º O relatório encaminhado após o prazo estabelecido no caput desse artigo não será considerado na elaboração do Caderno de Propostas da Etapa Nacional.

§ 2º O relatório da etapa preparatória deverá conter somente as propostas referentes ao temário nacional.

Seção III - Da Conferência Livre

Art. 43. As Conferências Livres, complementares às Conferências Municipais/Regionais e Estaduais, podem ser promovidas por segmentos da sociedade civil, pelo setor empresarial e pelo próprio poder público.

Art. 44. A Conferência Livre poderá ser realizada entre os dias 01 de abril a 10 de setembro de 2013.

Art. 45. A Conferência Livre não poderá eleger representantes, mas poderá encaminhar propostas diretamente à Coordenação-Executiva Nacional, que as consolidará para a Etapa Nacional da IV CNMA.

Parágrafo único. As propostas da conferência livre serão identificadas no Caderno de Propostas da Etapa Nacional como proposições originadas da Conferência Livre.

Art. 46. As Conferências Livres devem enviar o Relatório da Conferência Livre à Coordenação Executiva Nacional.

§ 1º O modelo do formulário Relatório da Conferência Livre encontra-se no Manual das Conferências Livres da IV CNMA disponível no site da Conferência .

§ 2º O Relatório da Conferência Livre, devidamente preenchido, deverá ser encaminhado à Coordenação-Executiva Nacional por meio do portal da IV CNMA na internet no prazo de 7 (sete) dias após a realização da respectiva etapa.

Seção IV - Da Conferência Virtual

Art. 47. A Conferência Virtual tem por objetivo ampliar e potencializar a participação da sociedade nas discussões relacionadas à IV CNMA.

Art. 48. A Conferência Virtual será organizada pela Comissão Organizadora Nacional por meio da internet.

Parágrafo único. A Conferência Virtual será realizada entre os dias 26 de agosto e 10 de setembro de 2013.

Art. 49. A Conferência Virtual não poderá eleger representantes, mas poderá encaminhar propostas diretamente à Etapa Nacional da IV CNMA.

Parágrafo único. As propostas da conferência virtual serão identificadas no Caderno de Propostas da Etapa Nacional como proposições originadas da Conferência Virtual.

Capítulo VI
DA ETAPA NACIONAL

Art. 50. A Etapa Nacional da IV CNMA realizar-se-á entre os dias 24 a 27 de outubro de 2013, em Brasília/DF.

Seção I - Dos Participantes

Art. 51. Serão participantes da Etapa Nacional da IV CNMA, nos termos do Anexo III, as seguintes categorias:
I - Delegados eleitos com direito a voz e voto:
a) 1060 (um mil e sessenta) delegados eleitos nas etapas estaduais e distrital

II - Delegados natos com direito a voz e voto:
a) 40 (quarenta) integrantes titulares da Comissão Organizadora Nacional - CON;
b) 3 (três) representantes de cada Comissões Organizadoras Estaduais/Distrital – COE/ COD, sendo 1 representante por segmento;
c) 12 (doze) membros do Conselho de Dirigentes do Ministério do Meio Ambiente;
d) 109 (cento e nove) membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e,
e) 57 (cinquenta e sete) membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

III - Convidados com direito a voz e sem direito a voto:
a) participantes convidados pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 52. A composição do grupo de participantes previstos no inciso I do artigo anterior deverá ser a seguinte:
I. 50% de representantes da sociedade civil, assegurando que destes, no mínimo 1/5 sejam de povos/ comunidades tradicionais e povos indígenas;
II. 30% de representantes do setor empresarial; e
III. 20% de representantes do poder público, assegurando que destes, no mínimo 1/2 sejam de governos municipais.

§ 1º As vagas destinadas a um segmento não poderão ser ocupadas por outro;

§ 2º O número de delegados estaduais e distritais será proporcional à população dos estados e do Distrito Federal, conforme apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, nos termos do Anexo III deste Regimento.

§ 3º Para a definição do número de delegados eleitos nas conferências estaduais e distrital, as 27 unidades da federação serão agrupadas em faixas populacionais, baseadas nos seguintes critérios:
a) até quatro milhões de habitantes – até 30 delegados;
b) de quatro a oito milhões de habitantes – até 40 delegados;
c) de oito a onze milhões de habitantes – até 50 delegados;
d) de onze a vinte milhões de habitantes – até 60 delegados;
e) acima de vinte milhões de habitantes – até 70 delegados.

§ 4º Para a escolha dos delegados titulares e suplentes de cada estado e Distrito Federal, será obrigatório observar a cota de no mínimo 40% de gênero.

§ 5º As Conferências Estaduais e Distrital elegerão os seus delegados titulares e suplentes para a Etapa Nacional segundo critérios estabelecidos pela Comissão Organizadora Estadual.

§ 6º Para a escolha dos delegados titulares e suplentes de cada estado e Distrito Federal, deverá ser observada a representação da juventude.

Art. 53. Cada Comissão Organizadora Estadual deverá enviar à Coordenação-Executiva Nacional a lista dos delegados titulares e suplentes eleitos nas respectivas Conferências Estaduais e Distrital em até 3 (três) dias após sua realização.

Art. 54. Em caso de ausência ou impedimento de delegado titular, este será substituído pelo delegado suplente.

§ 1º A substituição observará o correspondente segmento representado pelo delegado titular.

§ 2º O delegado suplente somente participará da Etapa Nacional na ausência do respectivo titular.

§ 3º A substituição deverá ser comunicada por meio da Comissão Organizadora Estadual (COE) à Coordenação Executiva Nacional com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização da Etapa Nacional.

§ 4º A não comunicação da substituição dentro do prazo de 15 (quinze) dias antes da realização da Etapa Nacional dispensa a Coordenação Nacional do encargo com as despesas de deslocamento do delegado até Brasília.

Art. 55. Os participantes relacionados no artigo 51 que possuam necessidades especiais poderão registrar essa informação no momento de sua inscrição na IV CNMA, com o objetivo de serem providenciadas as condições necessárias à sua participação na Etapa Nacional.

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. A Comissão Organizadora Nacional disponibilizará no site da IV CNMA a prestação de contas detalhada dos custos com a realização da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Art. 57. Os casos omissos e conflitantes neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora Nacional – CON.

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

A Comissão Organizadora Nacional, responsável por coordenar e organizar a 4ª CNMA, é integrada por 40 membros, divididos entre 18 representantes do poder público, indicados pelos titulares das pastas, e 22 integrantes da sociedade civil.

Entidades do Poder Público

- Ministério do Meio Ambiente: Luiz Antônio de Carvalho e Geraldo Vitor Abreu
- Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR):Daniela Gomes Metello e Marcelo Pires Mendonça
- Casa Civil da Presidência da República: Leíza Martins Mackay Dubugras e Welington Gomes Pimenta
- Ministério das Cidades: Sérgio Luis da Silva Cotrim e Nadja Limeira Araújo
- Ministério das Minas e Energia: Roberto Meira Júnior e Carlos Alexandre Príncipe Pires
- Ministério da Saúde: Guilherme Franco Netto e Tenille Carmo
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Milton Nascimento
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Leopoldo Vieira Teixeira
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio: Beatriz Martins Carneiro e Evandro Soares
- Ministério da Educação: José Vicente de Freitas
- Câmara dos Deputados: Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo
- Senado Federal: Carlos Henrique R. Tomé Silva
- Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA): Fernanda Aguiar e Vanessa Lima
- Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA): Helio Gurgel Cavalcanti e Luís Firmino
- Confederação Nacional de Municípios (CNM): Marion Luiza Heinrich
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): Ricardo Augusto de Souza Ayres Lopes
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Cleberson Carneiro Zavaski
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): Maíra Luísa Milani de Lima

Entidades da Sociedade Civil

Comunidade acadêmica
Centro Multidisciplinar de Estudos em Resíduos Sólidos (CeRSOL): Prof. Jorge Alberto Soares Tenório
Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo – USP: Profª Patrícia Faga Iglesias Lemos

Catadores
Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Alexandre Cardoso e Luiz Henrique da Silva

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
Confederação Nacional dos Seringueiros/Grupo de Trabalho da Amazônia (CNS/GTA): José Rubens Pereira Gomes
Coletivo de Entidades Negras de Minas Gerais (CEN-MG): Dikota Djanganga Keumzambe (Jane Maria Silva)

Trabalhadores
CUT: Jasseir Alves Fernandes
Força Sindical: Antonio Silvan
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG): William Clementino da Silva Matias
Organizações Não Governamentais
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE): Silvio José Marques
Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP): Ariovaldo Caodaglio
Instituto Nacional de Pesquisas e Defesa do Meio Ambiente (INMA): Aldo Arantes

Movimentos Sociais
Confederação Nacional das Associações de Moradores do Brasil (CONAM): Getúlio Vargas Junior
Rede Brasileira de Agendas 21 Locais (REBAL): Genilse Maria Cândido
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES): Valons de Jesus Motta
União Nacional dos Estudantes: Daniel Iliescu

Setor Empresarial

Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre): André Teixeira de Vilhena
Confederação Nacional da Indústria (CNI): Wanderley Coelho Baptista
Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF): Damião Cordeiro de Moraes
Confederação Nacional do Transporte (CNT): Marilei de Oliveira Menezes
Confederação Nacional do Comércio (CNC): Cristiane Soares
Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB): Marco Olivio Morato de Oliveira

COMITÊ INTERNO DE APOIO À 4ª CNMA - PORTARIA Nº- 213, DE 8 DE JULHO DE 2009

Agência Nacional de Águas: Maurício Andrés e Egon Krakhecke

Assessoria Internacional: Carlos Fonseca e Júlio César Baena

Assessoria Parlamentar: Izabella Ribeiro de Castro e Rhêmora Ferreira da Silva Urzeda

Assessoria de Comunicação: Francine Diniz Baptista e Rodrigo Marcos da Costa Braga

Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis: Ricardo Augusto de Souza Ayres Lopes, Agostinha Pereira e Ruben Ledo.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro: Maria Teresa de Jesus Gouveia e Lusimar Lamarte Gonzaga Galindo da Silva

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental: Nilo Diniz, Nadja Janke e Mariana Roberta da Silva.

Secretaria de Biodiversidade e Florestas: Antonio Carlos Tafuri e Felipe Monteiro Diniz.

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável: Flávia Cabral e Marcela Bergo Davanso.

Secretaria Executiva: Tarcísio Tadeu Nunes Júnior e Vitor Cipriano de Fazio.

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano: Mariana Alvarenga do Nascimento, Thyego Pery Monteiro de Lima e Lúcia Fernanda Alves Garcia.

Serviço Florestal Brasileiro: Fernanda da Silveira Campos e Flávia Abdala Carui.

REGULAMENTO INTERNO DA 4ª CNMA - PLENÁRIA NACIONAL

Capitulo I – Da finalidade

Art. 1°. O objetivo deste regulamento é definir as regras de funcionamento da Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente – 4ª CNMA, convocada pela Portaria Ministerial nº 185 de 04 de junho de 2012, disponível em http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/iv-conferência, e com Regimento aprovado pela Comissão Organizadora Nacional, conforme Portaria nº 180 de 28 de maio de 2013, disponível em http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/iv-conferência.

Capitulo II – Da organização

Art. 2°. A Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente será realizada, no período de 24 a 27 de outubro de 2013, no Centro Internacional de Convenções do Brasil – CICB, situado no Setor de Clubes Esportivo Sul, Trecho 2, Conjunto 63, Lote 50, próximo à Ponte JK.

Art. 3°. A 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente será constituída por:

- Plenária de Leitura e Aprovação do Regulamento;
- Mesa de Abertura oficial;
- Mesas de debate;
- Grupos de trabalho;
- Plenárias de eixo;
- Plenária final.

Capitulo III – Do credenciamento

Art. 4°. O credenciamento será realizado no dia 24 de outubro de 2013, das 8h às 18h, e no dia 25 de outubro de 2013 das 08h às 12h.

Parágrafo Único: Os delegados e delegadas suplentes poderão efetuar o credenciamento somente na ausência previamente justificada do titular, respeitando a ordem aprovada na Conferência Estadual de Meio Ambiente, desde que tenha em mãos a declaração de desistência do titular.

Art. 5°. Os delegados e delegadas suplentes que não estiverem com a declaração do titular serão credenciados no dia 25 de outubro de 2013, das 12h às 14h, respeitada a ordem dos suplentes nos seus respectivos segmentos aprovada na Conferência Estadual de Meio Ambiente.

Capitulo IV – Do temário

Art. 6°. A 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, conforme Regimento Interno Nacional, abordará o Tema: "A Política Nacional de Resíduos Sólidos" de acordo com os eixos temáticos e sob o Lema "Vamos Cuidar do Brasil".

Sobre os eixos:

- Produção e Consumo Sustentáveis;Redução dos Impactos Ambientais;
- Geração de Trabalho, Emprego e Renda;
- Educação Ambiental.

Capítulo V – Da Leitura e Aprovação do Regulamento

Art. 7°. A leitura e aprovação do regulamento tem como objetivo definir as regras de funcionamento da Etapa Nacional da 4ª CNMA.

Capítulo VI – Da Abertura Oficial

Art. 8°. A abertura oficial da 4ª CNMA tem o objetivo de oficializar o início dos trabalhos de discussão e priorização das propostas selecionadas pelos delegados eleitos em todo o país, visando a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 9°. A abertura oficial será coordenada pela Ministra do Meio Ambiente.

Capítulo VII - Das Mesas de Debate

Art. 10°. As Mesas de Debate tratarão do tema "Política Nacional de Resíduos Sólidos" e serão organizadas de acordo com os quatro eixos temáticos da 4ª CNMA com o objetivo de:

- Fazer uma abordagem técnica por eixo da CNMA e temas relacionados à implementação da PNRS;
- Ampliar o debate dentro dos grupos de trabalho.
- Art. 11. As Mesas de Debate serão expositivas e serão compostas por dirigentes do Ministério do Meio Ambiente e convidados.

Capítulo VIII – Dos Grupos de Trabalhos

Art. 12. Os grupos serão distribuídos em 16 salas identificadas pelos eixos temáticos previstos no Art. 6° deste Regulamento.

Parágrafo Único. O acordo de convivência e regulação do tempo de intervenção de cada um dos participantes será firmado no início dos trabalhos de Grupo, com coordenação do Mediador(a).

Art. 13. Cada Grupo de Trabalho será formado no máximo de 100 pessoas, sendo composto da seguinte forma:

- Por delegados e delegadas com direito a voz e voto, conforme Regimento Interno Nacional;
- Por convidados e convidadas com direito a voz e sem direito a voto, conforme Regimento Interno Nacional;
- Por um mediador e por um relator previamente contratados e capacitados para este fim. Art. 14. Os Grupos de Trabalho deverão ser pautados:

1. Pelo "Caderno de Propostas Nacional" com todas as propostas de ações por eixo temático, sistematizadas, priorizadas nas etapas preparatórias da 4a CNMA.
2. Cada grupo trabalhará um eixo temático e irá priorizar até 20 propostas para serem enviadas à Plenária de Eixo do dia 26 de outubro.
3. Os grupos de trabalho poderão propor alterações de redação nas propostas priorizadas, sem contudo, alterar, por completo, o seu sentido original.

Capítulo IX – Das Plenárias de Eixo Temático

Art. 15. As plenárias de eixo têm como objetivo analisar e priorizar as ações para Plenária Final reunindo todos os delegados e delegadas que dialogaram sobre o mesmo eixo temático nos Grupos de Trabalho.

Parágrafo Único – As plenárias de cada eixo temático priorizarão até 40 propostas para a Plenária Final.

Capítulo X – Da Plenária Final

Art. 16. A Plenária final terá sua realização no dia 27 de outubro e será conduzida da seguinte forma:

- Esclarecimento da priorização das ações por Eixo Temático;.

- Anúncio dos resultados da priorização; e
- Encerramento da 4a CNMA.

Art. 17. Cada Eixo temático terá 15 propostas priorizadas ao final do processo.
- Cada delegado poderá priorizar até 20 vezes, sendo que destas no máximo 5 vezes a mesma ação.
- Caso ocorra empate nas propostas que ultrapassem as 15 priorizações por Eixo Temático, haverá desempate por maioria simples (50% mais 1 dos votos) dos delegados e delegadas.
- Art. 18. As 15 ações priorizadas por Eixo Temático deverão ser apresentadas ao plenário assim que for concluído o processo de priorização.

Art. 19. Simultaneamente ao período de priorização, haverá a tribuna livre no auditório principal para manifestação dos delegados e delegadas sobre assuntos diversos.

Capítulo XI – Da Tribuna Livre

Art.20. O espaço terá seu funcionamento no dia 27 de outubro, e será dedicado à livre expressão de debates e opiniões dos delegados e convidados.

- O horário de funcionamento será das 10h00 às 15h00 e acontecerá concomitantemente ao momento da Priorização Eletrônica das Ações.
- As entidades integrantes da Comissão Organizadora Nacional formarão uma comissão de coordenação responsável pela condução das atividades na Tribuna Livre;
- Os coordenadores deverão coibir linguagem grosseira ou ofensiva; indução ou incitação de preconceito quanto a origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, crença religiosa ou qualquer outra forma de preconceito ou discriminação; discursos caluniosos e propaganda política;
- O acordo de convivência e regulação do tempo de intervenção de cada um dos participantes será firmado no início dos trabalhos da Tribuna Livre.

Capítulo XI – Das moções

Art. 21. As Moções deverão ser apresentadas junto à Secretaria Geral da 4ª CNMA até às 18h do dia 26 de outubro, em formulário próprio, disponível no local do credenciamento.

- As moções para serem acolhidas devem estar assinadas por no mínimo 10% dos delegados credenciados, sendo que moções assinadas por pelo menos 50% + 1 destes delegados já estarão automaticamente aprovadas;
- Não serão aceitas proposições de ações, ou qualquer outra proposta sobre os temas em debate na 4a CNMA sob forma de moção;
- Não serão aceitas moções que contenham linguagem grosseira ou ofensiva; indução ou incitação de preconceito quanto a origem, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, crença religiosa ou qualquer outra forma de preconceito ou discriminação; material calunioso e propaganda política;
- Todas as moções que atenderem aos critérios deste Regulamento estarão automaticamente aprovadas e serão encaminhadas aos seus destinatários pela Comissão Organizadora Nacional da 4a CNMA;
- O primeiro signatário da moção poderá utilizar a tribuna livre para fazer a apresentação da moção.

Capítulo XIII - Disposições Finais

Art. 22. Os participantes deverão zelar pelo bom nível dos debates, não sendo aceita a linguagem grosseira ou ofensiva; indução ou incitação de preconceito quanto à origem, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, crença religiosa ou qualquer outra forma de discriminação; calúnia e propaganda política para candidatos, partidos ou coligações.

Art. 23. Qualquer participante que agredir fisicamente outra pessoa do ambiente da 4ª CNMA será descredenciado e retirado imediatamente do local do evento.

Art. 24. Ao relatório final da 4º CNMA será dada ampla divulgação e será encaminhado à Presidenta da República, aos Ministros de Estado e aos Presidentes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria Geral da República e do Tribunal de Contas da União pela Coordenação Executiva Nacional.

Art. 25. O relatório final também estará disponível em CD áudio e material em braile, conforme o Decreto de Acessibilidade nº 5.296/2004.

Art.26. Os espaços da IV CNMA respeitarão as regras de acessibilidade, conforme Decreto de Acessibilidade nº 5.296/2004.

Art. 27. A 4ª CNMA compromete-se com a separação dos resíduos recicláveis descartados pela etapa nacional e os destinará às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal, conforme Decreto nº 5.940/ 2006.

DELEGADOS NACIONAIS

1. ACRE
Adalnira Nogueira de Melo
Adelaide de Fátima Gonçalves Oliveira
Agenor Geronimo de Souza
Andréia Silva e Silva
Antonio Francisco de Paula
Asterio Nogueira Vieira
Camila Consolo dos Santos
Clautevir Costa Lima
Francisco José Costa de Nascimento
Jacson da Silva Queiroz
João Paulo de Assis Pereira
José Cláudio Araújo Bomfim
Juarez Baptista
Leda Ferreira da Silva
Luizete Silva e Silva
Maria Antonieta Nunes de Mello
Maria de Fátima Soares
Maria Madalena Freire Rodrigues
Maria Socorro Santos
Marta Maria Nascimento de Oliveira Martins
Noemi de Souza Furtado Assumpção
Raimundo Martins da Silva
Sílvia Gomes Viana

2. ALAGOAS
Ana Lúcia Ferraz de Menezes
Anna Luísa Marques de Albuquerque França
Antonio Marcos Lobo
Carlos Alberto Marques Pessoa Junior
Daniela Nobre dos Santos
Edneusa Vieira Gadi
Elianice Inacio Leite
Eliene da Silva
Eraldo Nunes da Silva
Eva Priscyla de Moraes Barros
Fernando Antonio Vieira Veras
Geraldo Manoel dos Santos Júnior
Gildo Santana de Souza
Gilmar José de Queiroz
Ismar Macário Pinto Júnior
Ivens Barboza Leão
Janice Gomes Cavalcante
José Matias Irmão
Márcia da Silva
Ramon Santos Carvalho
Regiane da Conceição Lima
Ricardo Ferreira da Silva
Selma Maria da Conceição
Sonia Maria Barroso
Ulysses Gomes Cortez Lopes
Valdenira Chagas dos Santos
Valderi Felix da Silva

3. AMAZONAS
Adenilde Pinto de Almeida
Alcides Cordovil de Assis
Alexandre Kadota
Andreson Rodrigo Gatto Moura
Clauber Silva Cavalcante
Crizolda Assis de Araujo
David Franklin da Silva Guimarães
Edilson da Costa Albarado
Eley Rute Oliveira da Costa
Etienne Therese Salgado Cavalcante
Gerson Teixeira Cardoso Filho
Irineide Souza de Lima
Ivan de Jesus Palheta
João Rodrigo Leitão dos Reis
Jordi dos Santos Souza
Jorge Rodrigues dos Santos
Jose Adailton Alves
Leber Ramos de Mendonça
Luis Castro Andrade Neto
Marfely Farias de Freitas
Maria Cíntia Lima Azulay
Maria da Gloria Sales de Souza
Maria do Carmo Trindade Serra
Maria Edilene Neri de Sousa
Marilene Nascimento de Lima
Nilson Hirorshi K. Sato
Raimundo Alves Nogueira
Raul Lima de Miranda Neto
Suelen Cardoso Ramos
Valdenir Moraes Batista

4.AMAPÁ
Ana Maria Correa Brabosa
Antonio Carlos Dias do Rosário
Benedita Tavares da Silva
Cleudes Maria Ferreira Costa
Daiane Olegária do Nascimento
Denis Marques de Oliveira
Edilene Rodrigues de Almeida
Francisco das Chagas Pereira
Gedson Gomes Martins
Girlene Picanço Chucre
Haroldo Nazaré Venâncio Barbosa
Ivan Cardoso da Gama
Izabel Cristina Rodrigues de Souza

Janilce do Socorro Silveira de Souza
Josafá Nunes Pimentel
Maria do Socorro do Carmo Leite
Maria Lúcia Machado Costa
Maria Rozangela Almeida dos Santos
Marta Carmo de Brito
Miguel Angelo de Souza Martins
Neuberto Antônio Pelas Dantas
Neuzete da Silva Martins
Odaílson de Souza Bonfim
Osena Maria Sales Sfair
Pablo Richard Alberto Pereira
Pedro Ivo de Souza Araujo
Rita da Conceição Lopes da Silva
Sebastião Costa de Figueiredo
Suzianne Priscila Melo Lacerda Favacho
Tatiane Silva de Sousa

5.BAHIA
Adenildo Bernardo dos Santos
Aderlinda Bastos Santana
Alcebíades Dias Laranjeira Segundo
Alcides Soares de Oliveira
Alessandro Goes Lima
Almir Costa Requião
Antonio Alves Sobrinho
Antônio Paulo Reis Barbosa
Ari Machado Monteiro
Arlinda da Silva Oliveira
Aurino Ferreira dos Anjos
Bernardedth Sousa Rocha Simões
Brenno Rebouças Moitinho
Célia Maria Ribeiro Ramos
Célio Costa Pinto
Cid Edson Lima Póvoas
Dailene Nascimento Sousa
Dante Albano Menezes Lopes
Edilene Santos Carvalho
Edna Maria Brandão Santos
Emidio Santos Pereira Filho
Euderico José de Oliveira Filho
Henrique Machado de Oliveira
Idalécio dos Santos
Isodelia Santos Neves
Jamile de Nascimento Rodrigues
Jeane dos Santos
Jorge Luiz Farias Silva
José Adelmo Ferreira dos Santos
José Carlos Lélis Costa
Kitty de Queiroz Tavares
Luiz Carlos de Araújo Júnior
Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho
Marcos de Souza Dantas
Marcos Rogério Beltrão dos Santos
Mariana Stefanelli Mascarenhas
Marileia Peixoto Monteiro França
Mila Fiusa Wanderley Rocha
Moacir Borges Dias
Nelda Helena da Cunha
Neuzivan dos Santos Santana
Orlando dos Santos Barros
Paulo Henrique Muricy Nunes Junior
Raimundo Francisco da Silva
Sandra Alves Teixeira
Sheila Fonseca
Sueli Teresa Abad

6.CEARÁ
Adalgisa Maria Ferreira
Adriana Araujo Castello Branco S. Jorge
Ana Luiza de Lima Ribeiro
André Wirtzbiwi Alexandre
Angelica Maria Leite Jorge
Antonia Massília Santos Silva
Antonia Vieira do Nascimento
Antonio Wigor Florencio da Silva
Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira
Carlos Ramon Bezerra A. Costa
Charliany Bezerra de Morais
Clesley Maria Tavares do Nascimento
Francisco Alvino
Francisco das Chagas Albano
Francisco das Chagas da Silva
Jaires Lima da Silva
Jane da Silva Guedes
João Gomes Pereira
João Júlio de Holanda Sombra
João Paulo Teixeira Paulino
Jose Edson Soares
José Iramilson Costa Pereira
Luis Carlos M. De Souza
Maria da Conceição Cruz de Aguiar
Maria Ivani Gabriel de Almeida
Maria José de Sousa Holanda
Maria Lucila de Carvalho
Maria Marli de Lavor Lima
Noadias Sousa de Oliveira
Pedro Hermano Barreto Magalhães
Pedro Oliveira dos Santos
Polyana Silva Coimbra Cruz
Priscila Carolina Caminha Portila Siqueira
Ranuzia Barbosa de Freitas

Rossana Barros Silveira
Sergio Ricardo Maia Isaias
Sidney Kal-rais Pereira de Alencar
Silvania Clébia Mendes de Sousa

7.DISTRITO FEDERAL
Ana Claudia de Lima Santos
Anne Amaro Oliveira
Carlos Vinicius Barcellos Dieguez
Celso Dalcin
Daniel Gonçalves Rodrigues
Ebenezer Martins Gomes
Eva Maria Tome Angelo
Felipe Linhares Lustosa da Costa
Fernando Jorge Bressan de Oliveira
Francisco Rodrigues de Oliveira
Galeno Ribeiro de Moura
Henrique Rodrigues Torres
Jaqueline Sousa da Silva
Joel Carneiro da Silva
José Doralvino Nunes de Sena
Lélia Barbosa de Souza Sá
Lindiva José Santana
Marcos Helano Fernanda Montenegro
Maria Conceição Nascimento Brito
Maria Fernanda de Faria Barbosa Teixeira
Murilo de Sousa Borges
Nanci Gharib Shehata
Otacílio Ferreira Santana
Paulo Celso dos Reis Gomes
Rafaela Aloise de Freitas
Raimunda Alves Ribeiro
Raquel Rodrigues Ferreira
Renato Fernandes Pereira
Ronei Alves da Silva
Rosivaldo Pereira do Carmo

8.ESPÍRITO SANTO
Ana Lúcia Oliveira dos Santos
Anderson Soares Ferrari
Andressa Lemos Fernandes
Antonio Sirico da Silva
Benilce Manoel dos Anjos Oliveira
Caroline Weber Santos
Daniel Lucas Prudêncio
Dauri Correia da Silva
Caroline Weber Santos
Eliane Silva de Araujo
Enaldo Moura dos Santos
Fabio Correa Soares
Fábio Giori Smarçaro
João Paulo da Fonseca Lamas
João Paulo Dominguez Carvalho
João Pereira Neto
José Maria Rafalski
José Pedro Pascoal
Leonardo José de Castro Veloso
Manoel Luiz Silva de Almeida
Marco Antônio Soares dos Santos André
Maria das Graças Jantorno Rocha
Maria de Lourdes Leppaus Dias
Maria Jorgina da Silva
Maria Madalena de Jesus Ferreira
Natanael Blanco Benà Filho
Pollyana Cunha Pinheiro
Sebastião Fernandes de Araujo
Vilma Aparecida do Carmo

9.GOIÁS
Adriana Mab da Gama Moreira
Ana Paula de Mesquita Santos
Antonio José Costa
Ary Soares Santos
Carlos Roberto da Silva
Carolina Fernanda Silva de Castro Campos
Dianiley da Silva Pinto
Edna Xavir Barbosa
Fabiana Borges da Silva Watanabe
Fábio Biolcati
Gislene Luis da Silva
Hemerson Carlos da S. Joca
Hugo Leonardo de Araújo Godinho
Jordana Gabriel Sara
José Moreira dos Santos Junior
Jurandir José Medeiros dos Santos
Katiússia Lemes Resende
Luana Maria de Oliveira Santos Lisboa
Luciana Machado Martins
Luiz André Brandão
Luiz Carlos Zytkuewisz
Marcelo do Nascimento Ror
Marcelo Rodrigues Mendonça
Marinalva Irineu Torres Machado
Mylene Lima dos Santos
Osmar Wilker Matias Silva
Roberval Dias Martins
Rogério Augusto Pacheco
Richard Macedo Avolio
Solange dos Santos Castro
Valdeci de Sousa
Vânia Rodrigues de Campos Santana
Vilma Ribeiro Magalhães Feitosa

10.MARANHÃO
Alberlan Raposo Carneiro
Alcionei Carvalho Almeida
Aldeny Rocha Ribeiro
Antonio Costa Vale
Arllan Silva Matos
Aurin Rezende Ribeiro
Benedito das Merces Castro Neto
Carmelia Oliveira Torres
Claudia Rejane Oliveira Vilar
Daniel Dias de Souza
Elias Pinheiro dos Santos
Esmerilsa Soares dos Santos
Evadilson da Silva Costa
Francisca Santos Pereira
Francisco de Carvalho Souza
Francisco Viana Sousa
Gilson de Holanda Lopes
Gleycianne Maria Lima Mendes
Jacirene França de Souza
Jordania Maria Pessoa
José Ivo gonçalves Sousa
Lyss Maristhany Queiroz Melo
Luzete Souza da Silva
Maria Juvelina Buena Pedroza
Maria Marlene Cardoso Pinto Silveira
Melquisedeque da Silva Morais
Melquisedeque dos Santos Marins
Osvaldo Gomes de Albuquerque
Ozelito Possidonio de Amarante Junior
Paulo Roberto Lima Bandeira
Raimundo Nonato da Silva
Roberto Santos Ramos
Silvia Luana Lima Marques
Walber Costa Loubo
Walter dos Santos

11.MINAS GERAIS
Alessandro Massimo Alessandro
Alexandra Gomes Bahia
Alexandre Stehling dos Santos
Alysson Prates Queiroz
Ana Cristina Fernandes
Ana Paula Moreira de Faria
Betty Giovannoni oliveira
Carla Adriana Rodrigues de Carvalho
Carolina Quiel dos Santos
Daniela Araújo Passos
Denner Luiz Veloso
Elvis Christian de Assis Damaceno
Flávio Henrique de Oliveira Santos
Gevânia Aparecida Silveira Namorato
Heder Murilo Vieira
Ivonete Antunes Ferreira
José Hermano Oliveira Franco
Jussara Silvia Gonçalves Ferreira
Kelly Cristina Costa
Lívia Cristine Dutra Ferreira
Lourena Rios Tibery
Luana Pedroso Pinto
Luciano Ramos da Silva Fernandes
Luiz Antônio Barbosa
Marcelo Alves de Souza
Marcos Alves de Magalhães
Marcus Messias Filho
Maria do Rosário dos Reis
Marisa da Silva Neiva Ferreira
Mauricio Moreira dos Santos
Nelci Barreiros da Silva
Neli de Souza Silva medeiros
Nicia Beatriz Monteiro Mafra
Paloma de Oliveira Freitas
Paulo Cesar José Giarola
Pedro Luiz Teixeira de Camargo
Renato Gomes
Rita de Cassia Pio Vieira Maciel
Roberto Soares Nogueira
Ronevon Huebra da Silva
Sergio Pereira de Souza
Silas Gomes Xavier
Valdete Firmina Roza
Valeria Souza Lage Carvalho
Waldison França Furtado

12.MATO GROSSO DO SUL
Adelson Alberto dos Santos
Ademir Souza Pereira
Adriana João de Assunção Silva
Antonia Ramona Felipe Nantes
Eduardo César Cardoso
Esmeraldo Dias Pereira
Fátima ale el Seher
Flavia Akemi Ikuta
Floris Tenório Junior
Gabriel Sgrignoli Mello
Helena Clara Kaplan
João Felipe Gomes Marcos
Lorivaldo Antonio de Paula
Lucimara Acosta Brum
Luiz Alberto
Luiz Clemente de Souza

Manoel Domingues Moreira
Marcos Paulo Figueiredo de Almeida
Maria Joana Riquelme
Moyses Simão Kaveski
Raimundo Moreira
Regiane Ddé de Oliveira
Renato Vieira da Rocha
Ricardo Ferreira Fernandes
Ricardo Santos Porto
Roberto Carlos Martins
Ronaldo Ferreira Ramos
Tânia Francini Steinle Melo
Vanderlei Amaro
Vilson Mateus Brusamarello
Zirleide Silva Barbosa

13.MATO GROSSO
Ana Carolina Borges Pinheiro
Ander Clebison Silva dos Santos
Anderson José Grizão Araújo
Amujacy Irinéia Ferreira de Morais
Benjamin Gonçalves da Silva
Cassia Claudino Soares Marques
Daniela Costa Azevedo
Ezaltino Manoel Metelo
Glaucia Soares Figueiredo
Jhony Reus Scholz
Lidiane Augusta Coelho de Barros
Luciane Bertinatto Copetti
Luiz Sergio Candido da Silva
Marcelo Eydi Mioki
Mariza Misturini
Nadir da Silva
Neuza França da Silva
Nicolau Priante Filho
Renato Locatelli
Romário Augusto Morais Santos de Souza
Rubens Anunciação Jr
Rui Antonio Machado da Silva
Silvio Valdevino Oliveira Pinho
Tathiane Dalmut Isoton
Wilson Gambogi Pinheiro Taques

14.PARÁ
Adenilson Rosa de Araujo
Antonio Carlos Ribeiro Maradei
Arnaldo César Coelho Moreira
Carlucia Oliveira Silva Borges
Diógenes Silva Brandão
Doraci Marinho Souza Lopes
Edmilson Alves Peixoto
Edson Moura de Souza
Eduardo Xavier de Lima
Enil do Socorro de Sousa Pureza
Flavia Coelho de Oliveira
Isabel Ivana Batista Sirotheau
Ismael Mac-Robson Avelar
Jadson dos Santos
Jonas de Jesus Fernandes da Silva
Jorge Luiz da Anunciação Corrêa
José Maria Ferreira da Silva
José Maria Lopes Oeiras
Jucimara Oliveira Nahum
Katia Andrade de Hadad
Leni Raimann
Lúcia Raimunda Alves Miranda
Marcia Regina Reis Costa
Nádia da Luz Alves da Silva Gomes
Nelson Alves de Carvalho Filho
Otavio da Silva Nascimento Júnior
Pedro Paulo Siqueira Furtado
Podalyro Lobo de Sousa Neto
Ricardo Augusto Soarez Gimenes
Ricardo Luiz Amaral Santos
Rosa Ibiapina dos Santos
Silvina Macedo dos Santos
Wanderléa da Costa Almeida
Zelma Luzia da Silva Campos

15. PARAÍBA
Ataildes Carolino
Claudomiro Nicolau dos Santos
Danielle Fernandes Dantas Lima
Edmilson de Almeida Silva
Emanuel Jeronymo Lima Oliveira
Fábio Espinola Anizio
Fernando Gonçalves de Medeiros
Isa Alissana Lins da Costa
Janio Francisco de Oliveira
José Everaldo Nunes Martins
José Luiz Souza de Oliveira
Luiz José dos Santos
Marcio Justino da Nóbrega
Marcus Vinícius Cordeiro
Maria Aparecida Pessoa de Andrade
Maria das Lágrimas Leite Minervino
Maria de Fátima Morais Morasine
Maria Inocêncio Pereira
Reginaldo Batista do Nascimento
Sandra Maria
Sarah Suely Silva
Sérgio Ricardo de Araújo Porto

Severina Luís de França
Severino da Silva Sousa
Tarcisio Valério da Costa
Wellintânia Freitas dos Anjos

16.PERNAMBUCO
Abraão Rodrigues Lira
Agagiane Roberto Santos
Alciene Wright de Oliveira
Aldenir de Araújo Saraiva
André Luiz Queiroz de Andrade
Ana Catharina Perez de Barros
Ana Lúcia Carneiro Leão
Ana Maria Cardoso de Freitas Gama
Anna Rosa Gonçalves da Silva
Audemario Prazeres
Augusto dos Santos Semente
Carlos Diógenes F. de Lima Filho
Charleu Tenório du Seleu
Daniele Cristina Alves da Silva
Débora Cristina da Silva Lima
Demóstenes Saraiva Lucas
Élcio F. F. Dutra
Erivania Ferreira da Silva
George do Rêgo Barros da Silva
Ilvanere Leite da Silva
João Marcelo Gomes Ferreira
José Davi Calado Ferreira
José Francisco de Assis Romeiro
José Roberto Amorim Leandro
Josineide Santana dos Santos
Lúcia de Fátima Cordeiro Santos
Lucinalva Maria Conceição Souza
Luiz Medeiros Leal Filho
Mabio Antônio Tenório da Silva
Maria Botelho Lins e Mello
Maria de Lourdes dos Santos
Maria Leonízia Almeida
Maria Lucineide da Silva
Maria Luiza Rodrigues de Aquino
Marivaldo Oliveira da Silva
Ocelia Gomes dos Santos
Paulo Pedro de Carvalho
Raimundo Guaraci do Carmo Cardoso
Rodolfo Aureliano da Silva Neto
Rosinete Maria Souza Moreira
Sandro José Ferreira de Lima
Tarciana dos Santos Castelo Branco
Tatiane Cibele de Souza Gomes
Vania Maria da Silva
Vicente Carlos de Sousa
William Wagner Pessoa

17.PIAUÍ
Alexandre Silva de Almeida
Antonio de Sousa Silva
Antonio Francisco Santos de Oliveira
Antonio Leitão Araújo Filho
Claudia Semirames Silva Guimaraes
Daline Soares Nunes
Dayana Ketty Barros
Dezideria Maria Barbosa Nery
Erlon Genis Lira Barros
Fiorenzo Bonetta
Francisco Assuelio Silva Freitas
Francisco das Chagas de S. Lira
José Martins de Santana Neto
Lhanna Mhara Sousa Sampaio
Lucas Oliveira Ribeiro
Lukano Araujo Costa dos Reis Sá
Manuella Simplicio Viana de Carvalho
Marcelo Amorim de Moura
Maria Antonia de Oliveira dos Santos
Maria Dilma Andrade Vieira dos Santos
Maria do Socorro Gomes da Silva
Maria Ferreira de Sousa Lima
Maria Ivamara Soares Macedo
Natã Rogério Soares Borges
Raimundo José da Silva Santos
Reynolds José Benicio
Rosangella Maria de Carvalho Sousa
Teleno Bartolomeu Nobre Rocha

18.PARANÁ
Acir Ribeiro de Queiroz
Ana Domingues
Ana Maria Schmidt
Antonio de Siqueira
Carlos Eduardo Malaquias Tomaz
Ceres Maria Ferralhi
Danielli Casarin Vilela Cansian
Daylle Fabrícia Ratti
Edna Freitas Menezes Martins
Eduardo Gomes Paulino
Elcio Herbst
Eliana Roratto Berchembrock
Eliane N. Chiuratto Train
Elias Belarmino Correia
Ewerton de Oliveira Pires
Fernando Oliveira e Silva
Francis Douglas Rodrigues da Silva
Germano Toledo Alves
Grégori Oldoni Pazinato
Juliano Bueno de Araújo

Laura Jesus de Moura e Costa
Luciane Moscalesk
Luís Carlos dos Passos Soares
Maria Cristina Gusso Gralik Baccarin
Maria Isabel Pereira Correa
Marielly Mika
Patricia Romagnolli
Paulo Henrique Santos do Rosário
Pedro de Jesus Tatim Brum
Priscila Almeida Emerenciano
Rafael Haddad Manfio
Ricardo Luiz Borges
Ricardo Sfeir de Aguiar
Roberto Barbosa Souza
Sebastião Eurich
Serli Correa dos Santos de Almeida
Sidnei Cieslak
Tereza do R. T. Lemes
Thais de Sousa Lemos
Thaise Moser Teixeira
Waldomiro Ferreira da Luz
Willian Carli

19.RIO DE JANEIRO
Abilio Valério Tozini
Adrielle Saldaha Clive
Alexandre Carlos Rocha
Alinne Silva e Silva Severo
Ana Karla de Araujo
Antonia Souza da Silva
Bemvindo Augusto Dias
Bruno de Oliveira Rocca
Bruno Duarte Cavalcante Leite
Carmelita Reis
Cibelia Antonia dos Santos
Claudete da Costa Ferreira
Cláudia Martins Alves Carvalho
Custodio da Silva Chaves
Denise Rosa Lobato
Diego Khouri Mota
Ediel Caldas dos Santos
Emílio Shooji Masuda
Flávio Gonçalves de Souza
Geraldo Bento de Sousa
Heraldo Luiz da Silva
Irian Fátima Ferreira de Abreu
Ivan Sá Earp de Melo e Silva
Jauster Ferreira de Lima
Jorge Antônio da Silva
Jorge José Gomes da Rocha
José Alcides da Silva
José Augusto Bernardes Lima
Karen Bastos Cubas
Kátia da Silva Ribeiro
Kátia Perobelli da Rosa
Luciana Costa de Freitas
Marcelo Soares Fortes
Maria do Carmo Barbosa de Oliveira
Maurício de Moura Costa
Mônica Leite Gomes
Nancy Lino de Oliveira Souza
Natan Schioer
Nathália Ferreira da Cunha
Nathália Mafra Garbois Zacaron
Nilton de Souza Aguiar
Pedro Moura Costa
Rosayni Aparecida Batalha
Roberto Rosa Olivella
Rodrigo Otávio Carvalho Moreira
Rogério Borges Martins
Roselaine Schumacker Frez
Rosineide dos Anjos Fagundes
Silvano Xavier Azevedo
Sirley de Souza Ornelas
Silvia Batalha Mendes
Vinícius Rocha Crespo de Oliveira
Zilto Bernardi Freitas

20.RIO GRANDE DO NORTE
Ana Anita Alexsandra Freitas
Ana Fabricia de Araújo Souza
Anderson Medeiros Martins
Arisllâmio Kedson Lima
Cleber dos Santos
Eliane Bandeira e Silva
Elias Epaminondas da Silva
Emanoel Alcoforado
Emanuel Ferreira
Fernando Henrique de Medeiros Fernandes
Francisco Claudio da Costa
Francismara Pereira de Melo
Geraldo vicente da Costa Neto
Heverthon da Rocha
Joab Gomes de Lima
Joaquim Antônio de Lemos
Katia Regina Freire Lopes
Laércio Barbalho da Cruz
Manoel Vitoriano Rodrigues
Márcio Silva Medeiros
Maria Bernadete de Souza Leite
Maria do Socorro Santos Silva
Maria Eduarda de Souza e Silva

Mary Sorage da Silva Medeiros
Paula Salmana Medeiros Oliveira
Ruthe Helenna Marques Gurgel
Rykson Ramond Rodrigues de Vasconcelos
Zilda Karla Silva

21.RONDÔNIA
Antonio Roberto de Magalhaes
Clarides Henrich de Barba
Cleverson Cassiano
Eliezar de Oliveira
Erica Cristina Pupp
Estela Maris Anselmo Savoldi
Fábio Robson Casara Cavalcante
Flávio Morais Nogueira Júnior
Iraci Gonçalves Moreira Toledo
Iris Ferreira da Silva
Jorge Valdemir Murer
Juraci Rodrigues Martins
Marcos Rodrigues De Oliveira
Maria Janete Monteiro de Souza Gonzaga
Marli Ronik
Marilyn da Silva oliveira
Marta Terezinha Salmeia
Nágila Maria Paula Oliveira
Olavio Nienow
Orildo Ferreira dos santos
Patrícia Mathara dos Santos
Raimundo Moreno Faustino
Reinaldo Ferreira Campos
Roberval Roberto Amorin Carvalho
Rute Barbosa da Silva
Valdenilda Coiryn Massacá Karitiana
Walace Hoffmann Cardoso

22.RORAIMA
Adeilda de Oliveira Peixoto
Alaor dos Santos Xavier
Alexsandro Carlos das Chagas
Andréia Costa Santos
Cícero Joaquim de Moura
Cleonice Pereira Francelino Ângelo
Délio de Oliveira Tupinambá Junior
Gilson Morais Rodrigues
Irene Bacelar Reis
Luís Felipe Santos Gonçalves Silva
Janderrube de Brito Viana
João da Silva
João Nascimento Silva
Karuliny Taveira Maia
Kleyton Soares da Cunha
Maria de Jesus da Luz Morais
Marluce de Souza Barros da Silva
Moacir José dos Santos
Péricles Verçosa Perruci
Rafael da Silva Mesquita
Raylanne de Lima Santos
Richard Marcelo Silva Costa
Sanderson Rodrigues Silva

23.RIO GRANDE DO SUL
Ademir Nazarem Vargas Menezes
Adenir Dias Prado
Adilson João Steffen
Ana Elizabeth Carara
Antonio Carlos Vulfe Notzold
Barbara Milene Silveira Machado
Daniela Barbosa Maino
Darci Barnech Campani
Deibi Eduardo Bassei Bianchi
Delcio Bernar da Silva
Diego Rodrigues Trindade
Domingos Savio Salvador
Dorval Paganella
Douglas Jacinto da Rosa
Eduino de Mattos
Eloisa Rodrigues Quines
Eva Vilma Soares de Lucca
Fagner Antonio Jandrey
Francesca Werner Ferreira
Gabriel Canani Sampaio
Gabriel Feichas Alves
Gislaine Maria da Silva Pacheco
Ibrail Vergueiro
Jéssica Boniatti
João José Corrêa da Silva
John Michael Malueira Goragski
José Silvano Martins Gross
Juramar Vargas
Laura Helena Machado Lemoyne
Lilian da Silva Demenighi
Luciano Menezes
Luciano Vargas Menezes
Marcelo Rates Roncato
Maria Tugira da Silva Cardoso
Marli Medeiros
Nildete da Silva Pereira Santos
Norine Iara Paloski
Paulo Fernando Alves de Farias
Ricardo Moacir Konzen
Sandra Helena Finkler
Taísa Trevisan
Tiago Jose Pereira Neto

24.SANTA CATARINA
Alvarito Baratieri
Andréa Luiza dos Santos
Andrey Eduardo Marques Castro
Cariny E. M. Figueiredo
Carla Fabrícia Ronchi Fuck
Carlos André Athanazio Veiga
Cleber Marciel Neumann
Cristiane Aparecida Remizio Shuelener
Daniel Brüggemann Vaz
Diego Furtado
Dorival Rodrigues dos Santos
Elisabete Margot Vieira
Genuir Bassani
Gilson Luiz Farinon
Giseli Jeremias Grellmann
Hélio da Silva Leite Júnior
Jacqueline A. Martins
Loiva Terezinha Trombini
Lucy Cyriaco Lagedo
Márcia Gilmara Marian Vieira
Marcílio Zanella
Marcos Junghans
Mario Fillipe Schulz
Mario Ricardo Guadagnin
Michelle Pelozato
Monica Koch
Orélio Luiz Bral
Reinhardt Sievers
Rejane Varela
Rudnei Ananias
Silvio Murilo Cristóvão da Silva
Simone Caroline Piontkewiz
Tania Regina Janesch Wolf
Teresinha Jaques da Silveira
Valdoci Saul
Valerio Exterkoetter
Vanessa Philippi Cecconi
Vinicius Pasquali Antunes Pinto
Walmor Ertel

25.SERGIPE
Aldo Mota de Santana
Arilmara Abade Bandeira
Edivaldo dos Santos de Jesus Martins
Fernanda da Cruz]
Francisca Pereira da Silva
Gealisson Santos Silva
Givanildo Santos Santana Bispo
Itaanderson Passos Lima
João Abdias dos Santos
José Alicio Santos
Jose Marcos de Oliveira
Karen Viviane Santana de Andrade
Kelly Silveira Teles
Lilian Menezes de Jesus
Lizaldo Vieira dos Santos
Luiz Carlos de Oliveira
Magda Oliveira Rocha Costa
Maria do Socorro Ferreira da Silva
Mayra Mendonça Morais
Quitéria da Silva
Sarita Socoro Campos Pinheiro
Simone Vieira Cabral
Valdirene Tavares Souza de Jesus
Vicente Oliveira Bispo
Vito Dragone Torres

26.SÃO PAULO
Adelina Santos Mangabeira Gomes
Adriana Cristina Leite Silva
Albano Marcos Neto
Alessandra dos Reis
Ana Gabriela Toledo
Ana Soraya Nascimento
Andrea Francomano Bevilaqua
Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Antonio Carlos Nery Pinho
Antonio Mauro Alves
Armando Octaviano Jr.
Carlos Alberto Pinheiro de Souza
Carlos Roberto Salviano Gomes
Cristiano Aparecido da Silva
David Teixeira Pinto
Eduardo Ferreira de Paula
Elias Neto
Elizeu da Silva Felix
Emilio Silva Damacena
Fabio Alexandre de A. Nunes
Fernando Henrique Marinheiro Lourenço
Fernando Jose Medeiro
Francisco Chen de Araujo Braga
Francisco Inácio Costa
Francisco Innocencio Pereira
Gabriela Gomes Prol Otero
Gustavo Antonio Panim Ciocca
Helena Aparecida de Almeida
Helson Willian Shiksho
Jacileide Augusta Vilar Martins
Jarbas Jose Pires
João Ernesto da Silva
Jorge Luiz Silva Rocco

Jose Eduardo Victorino
Juan Jose Blanco Prada
Jussara Maria Mendes
Leila Maria Gonçalves da Fonseca Zanetti
Leniro Guedes Lemos Junior
Lissa Galvão
Loredana C. Piquesan Glasser
Luciana Schlindwein Gonzalez
Luiz Carlos Bosio
Luiz Roberto Fogolin
Luzia Maria Honorato
Marcelo Godoy Correa
Maria Aparecida Soares
Maria Cristina Viana
Maria do Carmo Cruz Santos
Maria Salete Marreti
Maria Selma Silva
Mario Antonio Massi
Meirielen Caroline da Silva
Odair Alves
Paulo Cesar de Jesus
Nanci Darcolete Mesquita
Nara Barreto Malta
Renata Castiglioni Amaral
Ricardo Lopes Garcia
Roberto S. Alberto
Sanenari Oshiro
Sidnei Bibiano Silva dos Santos
Silvia Maria Mesquita Degani
Simone Kandratauvicius
Valdemir A. Ravagnani
Yara Maria Garbelotto

27.TOCANTINS
Alexandre César dos Santos Jr.
Aurélio Pessoa Picanço
Claudio Alves da Motta
Domingos Carvalho Lima
Drielle da Silva Moreira
Emanuel Nere Gonçalves
Elcimar Pessoa da Silva
Eudes Ribeiro dos Santos
Fanny Dolores Maria de Morais
Fernando Gomes da Silva
Gilberto Gleide Alves Feitosa
Isabela Martins Raposo
João Bosco Matins Bringel
João Paulo Alves Calçado
Juarez Frota Martins
Marcelo Schweitzer de Alburqueque
Marcina Gomes Silva
Marco Aurélio Cassoli Jacob
Maria Cristina Coelho Dias
Olavo Paschoal
Olímpio Mascarenhas dos Reis
Otacílio Martins Cardoso
Raimundo Gomes de Sousa Filho
Valcir Sumekwa Xerente

DELEGADOS NATOS

Adriana Gomes de Melo
Adriana Rodrigues Cabral
Alan Barbiero
Aldo Silva Arantes
Alexandre Cardoso
Alexandre Comin
Analia Sanches Dorneles
André Teixeira Vilhena
Ariovaldo Caodaglio
Bartira Costa
Beatriz Martins Carneiro
Bruno Lucio Scala Manzolillo
Caio Marcelo Valença
Carlos Edegard de Deus
Cristiane Casini
Cristiane Soares
Dalio Ribeiro
Dalton Macambira
Damião Cordeiro Moraes
Daniela Gomes Metello
Diana Dutra
Dikota Djanganga
Edna Marajoara
Eligiario Noe Boeira
Elisabete Braga
Eugênio Spengler
Fábio Camargo
Fernanda Wartmann
Francisco dos Santos Lopes
Franklin de Souza
Frederico Oliveira
Genilse Maria Cândido
Genival Nunes Silva
Geraldo Abreu
Grayton Tavares Toledo
Hassan Sohn
Hélio Gurgel Cavalcanti
Ieure Amaral Rolim
Ivo Mello
Jader Oliveira
Jane Freitas
Jasseir Alves Fernanades
João Ricardo Guimarães Caetano
Jorge Alberto Soares Tenório
José Arli Barros
Jose Erialdo
José Francisco da Silva
José Mairton França
José Ronald Boueres Damasceno
Kamilla Botelho do Amaral
Lelio Luzardi Falcão
Liberacy Souza
Lorena Saboya Vieira
Luciano Lopes Dias
Luiz Antonio de Carvalho
Luiz Eduardo Cheida
Luiz Henrique da Silva
Marcílio Caron Neto
Marco Olívio Morato
Marcos Abreu Torres
Mariana Meirelles
Mariangela Melo
Marilene Oliveira Machado
Marion Luiza Heinrich
Marisa Ramos
Mauricio Andres Ribeiro
Mônica Fragoso
Néio Lúcio Fraga Pereira
Ney Maranhão
Nonato Lima
Patrícia Faga Iglecias Lemos
Patrique Xavier de Lima
Paulo Robinson da Silva Samuel
Pedro Ivo Rosa Borges
Rafael Eduardo Teza de Souza
Raimer Rodrigues Rezende
Ricardo Ayres
Roberto Brandão
Roberto Vizentin
Saint-Clair Santos
Sergio Cotrim
Sérgio Luiz Cardoso
Suely Araújo
Tadêu Santos
Valdir Passos
Valtemir Bruno Goldmeier
Vandete Maldaner
Vanessa Lima
Vania Viana
Vicente andreu
Victor Bicca Neto
Walter José de Queiroz
Wanderley Coelho Baptista
Welington Gomes Pimenta
Zuleika Torquetti

GLOSSÁRIO

Aterro controlado: é uma técnica de disposição de resíduos sólidos municipais que utiliza alguns princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte na conclusão de cada jornada de trabalho. Geralmente não dispõe de impermeabilização de base nem de sistemas de tratamento de percolado ou do biogás gerado. É de qualidade bastante inferior ao aterro sanitário.

Aterro sanitário: técnica de disposição de rejeitos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza os princípios de engenharia (impermeabilização do solo, cercamento, ausência de catadores, sistema de drenagem de gases, águas pluviais e lixiviado) para confinar os resíduos e rejeitos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário. (Adaptado da NBR).

Biodigestor: é um tanque protegido do contato com o ar atmosférico, onde a matéria orgânica contida nos efluentes é metabolizada por bactérias anaeróbias (que se desenvolvem em ambiente sem oxigênio). Neste processo, os subprodutos obtidos são o gás (biogás), uma parte sólida que decanta no fundo do tanque (biofertilizante), e uma parte líquida que corresponde ao efluente mineralizado (tratado). Este pode ser utilizado para produção de microalgas que podem servir de insumo para piscicultura em sistemas de policultivo.

Chorume: líquido de coloração escura com cheiro forte e desagradável produzido a partir do lixo orgânico em seu processo de decomposição. O chorume atinge as águas subterrâneas (aquíferos, lençol freático), assim como contamina os solos e o ar, produzindo gases do efeito estufa, especialmente o metano.

Coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição (Lei n° 12.305/2010).

Coleta seletiva solidária: com o Decreto Presidencial nº 5.940/2006, o Governo Federal instituiu a Coleta Seletiva Solidária que contribui para o acesso dos catadores de materiais recicláveis à cidadania, à oportunidade de renda e à inclusão social.

Compostagem: é o processo de decomposição aeróbia de matéria orgânica que ocorre por ação de agentes biológicos microbianos na presença de oxigênio e, portanto, precisa de condições físicas e químicas adequadas para levar à formação de um produto de boa qualidade. (Adaptado de CEMPRE, Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado. 3º ed., São Paulo, 2010).

Consumo Sustentável: envolve a escolha de produtos ou serviços que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível. Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais – positivas ou negativas. Outro quesito importante neste conceito é a saúde e a segurança dos consumidores. (Processo de Marrakech).

Lixão: é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos municipais, que se caracteriza pela simples descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública; depósito de resíduos a céu aberto; vazadouro. (Adaptado de CEMPRE, Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado. 3º ed., São Paulo, 2010).

Lixo Marinho: qualquer tipo de resíduo sólido produzido pelo homem, gerado em terra ou no mar, que, intencionalmente ou não, tenha sido introduzido no ambiente marinho, incluindo o transporte destes materiais por meio de rios, drenagens, sistemas de esgoto ou vento.

Produção Sustentável: pode ser entendida como sendo a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais produzidos.

Reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e, se couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Recicláveis: materiais recicláveis são aqueles que, após sofrerem uma transformação física ou química, podem ser reutilizados no mercado, seja sob a forma original ou como matéria-prima de outros materiais para finalidades diversas. Ex: papel, metal, vidro etc.

Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. Ex: papel higiênico usado, absorventes femininos, fraldas descartáveis, guardanapos sujos, restos de esponja de aço etc.

Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, em estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente viáveis em face da melhor tecnologia disponível. Ex: pilhas e baterias, cloro, água sanitária etc.

Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos da Lei nº 12.305/2010. Ex: campanhas para diminuir uso das sacolas plásticas.

Trabalho decente: envolve oportunidades de trabalho que ofereçam salário justo, bem como segurança no local de trabalho, proteção social para as famílias, melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para que as pessoas expressem as suas preocupações, organizem-se e participem das decisões que afetam suas vidas, e igualdade de oportunidade e tratamento para mulheres e homens. Elas são essenciais na busca pela redução da pobreza e são meio de se alcançar um desenvolvimento sustentável equitativo e inclusivo (Organização Internacional do Trabalho – OIT).

Valorização econômica dos resíduos: processo de tratamento de resíduos sólidos que aumenta o seu valor agregado.

DCRS - Equipe Técnica
Aida Feitosa
Ana Carla Almeida
Ana Flora Caminha
Antonia Samir Ribeiro
Dayse Souza Leite
Débora Moreira Angelim
Lúcia Lopes
Maura Machado
Neila Cristina de Resende
Patricia Ramos Mendonça
Mariana Nascimento

Apoio Técnico
Grasiele Ramalho Lopes
Kelma de Souza
Rafael Honorato
Valmir Conceição Rodrigues

Consultores
Carlos Henrique Painel
Dellany Oliveira
Dora Sugimoto
Janaína Silva Melo
Márcio Ranauro
Maria Thereza Teixeira
Sara Poletto

Facilitadores
Adriano Santos
Áureo Guinco Júnior
Davi Bimbatti
Elisangela Machado
Fabiana Prado
Flávia Mourão Parreira do Amaral
João de Jesus
Luana Tonial
Mauro Soares
Osvaldo Tagliavini
Rafael Lira
Rita Silvana Santana
Rosana Rezende
Vanessa Beco
Verônica dos Anjos

Relatores
Ana Karolina Mendonça
Aracy Roza
Cassilene Augusta da Silva
Chryss Macedo
Eduardo Strucchi
Fharah Mahrmud
Gabriela Barbosa Batista
José Marcius Dias Coradine
Julia Abdala
Julia Tolentino
Larissa Santos
Luana Santos
Manuela Abdala
Marcelo Tadvald
Mauricio Nunes
Stephanie Cavalcanti

Equipe Técnica - Conferências Estaduais e Etapa Nacional
Adelias Freires Bastos
Aida Maria Silva
Alex Barroso Bernal
Aloísio João de Oliveira
Ana Luísa Teixeira de Campos
Andréa Paula de Carestiato Costa
Conrado Locks Ghisi
Erick Aguiar
Jader Alves de Oliveira
Joaquim Oliveira
José Luis Neves Xavier
Lúcia Fernandes Alves Garcia
Lúcio Costa Proença
Marcela Bergo Davanso
Mariana Roberta Silva
Marilia Moreira Viotti
Nadja Janke
Neusa Helena Rocha Barbosa
Renata Maranhão
Renato Saraiva
Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda
Roseli Andrade
Sabrina Andrade
Salomar Mafaldo de Amorim
Tarcísio Tadeu Nunes Júnior
Thiago Hector Uehara
Thiago Barros
Thyego Pery Monteiro de Lima
Vana Tercia Silva de Freitas
Wellington Pimenta
Will Sandes de Melo

IPEA
Albino Alvarez
Ana Paula Silva
Fábio Alves
Fernanda Lira Goes
Herton Ellery Araújo
Sandro Pereira

Realização da Pesquisa:
Overview Pesquisa

Coordenação da Pesquisa:
Patricia Ramos Mendonça

Agradecimento especial:
Ariel Pares – Diretor da SAIC/MMA
Carlos Klink – Secretário da SMCQ
Fernando Lyrio – Gabinete da SMCQ/MMA
Francisco Campello – Diretor da SEDR/MMA
Geraldo Siqueira – Gabinete da Ministra
Nilo Diniz – Diretor da SAIC/MMA
Paulo Guilherme – Secretário da SEDR
Roberto Brandão Cavalcanti – Secretário da SBF
Roberto Vinzentin – Presidente do ICMBio
Silmara Silva – Diretora da SECEX
Vicente Andreu Guillo – Presidente da ANA
Volney Zanardi – Presidente do IBAMA

PETROBRAS

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Ministério do
Meio Ambiente